UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

O PRIVATISMO E A *ORDEM PRIVADA*
A leitura do Brasil na sociologia política de Nestor Duarte

RAFAEL GOMES

São Paulo
2007

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

O PRIVATISMO E A *ORDEM PRIVADA*
A leitura do Brasil na sociologia política de Nestor Duarte

RAFAEL GOMES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

ORIENTADOR: Prof. Dr. GILDO MARÇAL BRANDÃO

São Paulo
2007

AGRADECIMENTOS

Quando se trata da realização de trabalhos acadêmicos, parece quase redundante afirmar que são sempre resultado de variados tipos de colaboração. No caso deste estudo, foram decisivos os estímulos que obtive, das formas as mais distintas, principalmente nos momentos mais complicados de sua elaboração.

Neste sentido, gostaria de agradecer especialmente ao meu orientador Prof. Dr. Gildo Marçal Brandão. Pois, aliando rigor e estímulo intelectual, foram vários os momentos em que pude contar com valiosas sugestões, sem as quais muito desta dissertação não poderia ser realizada. Nestes anos de convívio, desde a minha iniciação científica, devo acrescentar que foram de fundamental importância a confiança que vem depositando em meu modo de abordar os temas e sua insistência no valor de trabalhos como esse, sem contar, ademais, a admirável paciência que vem demonstrando com minha maneira um tanto conturbada de lidar com os prazos.

Agradeço também aos professores doutores Bernardo Ricupero e Osmir Dombrowski, que aceitaram participar de minha banca de mestrado, oferecendo significativas observações sobre a dissertação. O mesmo deve ser estendido à Prof.^a Dr.^a Gabriela Nunes Ferreira e ao Dr. Luiz Guilherme Piva, que participaram de minha banca de qualificação e contribuíram para o desenvolvimento da proposta.

No processo de finalização do trabalho foram essenciais os funcionários do Departamento de Ciência Política, tanto pela atenção dispensada às minhas dúvidas, como pelo cuidado com que me auxiliaram a cumprir o prazo determinado. Meus agradecimentos a Maria Raimunda, Ana Maria, Márcia, Vivian e Leonardo.

Do mesmo modo, foi igualmente preponderante para a conclusão da pesquisa a bolsa de estudos concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

Dos anos em que ingressei no curso de Ciências Sociais da USP até a Pós-graduação tenho a felicidade de encontrar, na maior parte das vezes, um

ambiente propício ao desenvolvimento intelectual e à preservação do bom humor. Em grande medida, venho contando para isso especialmente com a San, Tatiana, Josué, Rodrigo e Uvânderson.

Também neste período, venho tendo a satisfação de continuar contando com os amigos de sempre, que invariavelmente me ajudaram a renovar minhas forças, compreendendo inclusive os longos períodos de ausência (principalmente da noite) que o trabalho acabava exigindo. Demasiado seria mencionar todos, mas eles sabem de quem estou falando, e sabem também que melhor pessoa para representá-los é a Luciane, amiga cujo apoio vem me acompanhando há muito tempo.

Finalmente, agradeço aos meus familiares e em especial aos meus pais Clélia e Luís, que para além do suporte e motivação nunca questionaram minha opção em me tornar um cientista social, carreira nem sempre conhecida e cuja natureza e ritmo de trabalho nem sempre são compreensíveis.

No mais, gostaria de salientar que a responsabilidade pelas deficiências que o estudo possa apresentar, não obstante as diversas dívidas e contribuições, deve ser reportada exclusivamente a mim e à minha incapacidade, ou teimosia, de nem sempre reconhecer quando me deparo com boas idéias e sugestões.

RESUMO

O tema desta dissertação é o pensamento político de Nestor Duarte. O objetivo é demonstrar, através da análise do conceito de *Ordem Privada*, que o diferencial de sua obra reside na ênfase que dá ao político e ao modo como o faz. Formulado inicialmente em seu trabalho mais conhecido *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional: Contribuição à Sociologia Política Brasileira* (1939), e posteriormente reiterado em *A Reforma Agrária*, livro de 1953, a idéia implica não apenas a constatação do privatismo em sua versão mais radical, mas também leva a identificar que o problema central do fenômeno é a constituição de uma profunda organização social, que ao mesmo tempo em que aparece como se substituísse o Estado revela-se, no fundo, o seu contrário, voltada que é para os particularismos e não para o que é público, mais coletivo. O estudo se baseia nas duas obras citadas acima e se desenvolve da seguinte maneira: primeiramente, as insiro no conjunto da produção duarteana e justifico a forma que consideramos mais adequada para abordá-las; tendo em conta a proposta, a partir dos textos selecionados, identifico nelas as principais categorias associadas ao diagnóstico de ordem privada; no prosseguimento da pesquisa, procuro então explicar o significado da expressão “sociologia política brasileira” na formulação do argumento, identificando nisso qual a “contribuição” que o autor pretende oferecer com o emprego de tal perspectiva; por fim, explico como Duarte apresenta a reforma agrária como solução para o problema.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Nestor Duarte; 2. Ordem Privada; 3. Privatismo; 4. Pensamento Político Brasileiro; 5. Ciência Política.

ABSTRACT

The theme of this dissertation is the political thought of Nestor Duarte. The objective is to demonstrate that, analyzing the concept of *Private Order*, is the emphasis in political aspect and manner to do what is unlike in this workmanship. Beginning formulated in this work more known *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional: Contribuição à Sociologia Política Brasileira* (1939) and reiterated in *A Reforma Agrária*, book of 1953, the concept not implicates only in to conceive the privatism in the more radical version, but also conduct to the identification of a strength social organization that appears as substituted of State and, in truth, reveals his contrary, always destined for particular interests and not for what is public, more collective. The work bases in the two mentioned workmanships and it's organized in this form: first, placed the books in the set Duarte's intellectual production and justifies the best manner for the approach; after to select the texts, identifies the principal categories associated to the diagnostic of private order; continuing the research, tries explicating the meaning of expression "Brazilian political sociology" in the formulation of his argument, identifying in this which the "contribution" that the author search to offer with the employment of this perspective; finally, explicates how Duarte presents the agrarian reform while solution for the problem.

KEYWORDS: 1. Nestor Duarte; 2. Private Order; 3. Privatism; 4. Brazilian Political Thought; 5. Political Science.

Abreviaturas de obras de Nestor Duarte

- O P** **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional: Contribuição à Sociologia Política Brasileira.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2ª Edição: 1966; 1ª Edição: 1939.
- R A** **A Reforma Agrária.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1ª Edição: 1953.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
I. PENSAR O BRASIL: problemas teóricos e históricos	
1. A questão e a produção intelectual do autor	18
2. Conceitos, Obras e Contextos	34
II. A LEITURA DUARTEANA: sob o signo do privado	
3. Privatismo e Ordem Privada: implicações políticas	47
4. Antecedente: Portugal e a organização social no Brasil	59
5. Sociedade Agrária e Feudalismo	68
6. Povo e “Povo Político”	88
III. “SOCIOLOGIA POLÍTICA BRASILEIRA”: a “CONTRIBUIÇÃO” de Duarte	
7. Dualidades e Oposições	104
8. A Realidade e o valor da abstração	115
IV. REFORMA AGRÁRIA: a proposta de mudança	
9. Adesões e Resistências	124
10. Feudalismo, Capitalismo e Democracia	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
BIBLIOGRAFIA	148

INTRODUÇÃO

Em conversas mantidas com alguns colegas, era comum vê-los reagir com certo estranhamento quando mencionava o tema de minha dissertação. Em geral, acabavam convergindo para um mesmo tipo de pergunta, que assim pode ser resumida: afinal, por que estudar Nestor Duarte?

O que parecia uma reação exagerada revelava-se, no entanto, bastante compreensível, pois apenas ilustrava, na verdade, o quanto permanece pouco abordado o pensamento político deste intelectual baiano, que conjugou as carreiras de advogado, professor, jornalista, escritor e homem público.

Uma primeira evidência deste pouco interesse encontra-se no fato de sua obra mais conhecida *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* – publicada pela primeira vez em 1939 – seguir sem merecer estudos mais numerosos. Algo facilmente confirmado ao se contrastar a reduzida atenção que lhe é dirigida com as repercussões que continuam provocando as grandes interpretações das quais é contemporânea, sobretudo, as de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.¹

A mesma constatação pode ser aplicada ao seu livro de 1953 *A Reforma Agrária*, que resulta de reflexões sobre projeto de mesmo nome, apresentado seis anos antes no Congresso Nacional, quando Duarte exercia o primeiro mandato como deputado federal. Neste caso, acrescente ser pouco comum relacionar sua proposta, voltada para alterar profundamente o perfil da sociedade brasileira (visto

¹ **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional: Contribuição à Sociologia Política Brasileira.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2ª Edição: 1966; 1ª Edição: 1939. Para facilitar a leitura e não tornar exaustiva a menção ao livro, também utilizaremos, em diversos momentos, a abreviatura do título “O P”. Em relação a este pouco interesse por Nestor Duarte é indicativa a ausência de um estudo sobre sua obra nos dois volumes de **Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico**, recente coletânea de textos dedicados à análise do pensamento social e político brasileiro, organizado por Lourenço Dantas Mota (São Paulo, Ed. SENAC, 2001). Quanto ao interesse por obras como *Casa-grande & Senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo*, que vem se avolumando de forma crescente nos últimos anos em contraste com a obra de Duarte, pode-se dizer que o fato acaba acompanhando a constatação de Antônio Cândido de que são essas obras as que “podemos considerar chaves”. Ao mesmo tempo, permite identificar uma atualização do que o crítico constata no ano de 1967 em conhecido “Prefácio”: “Os homens que estão hoje um pouco para cá ou um pouco para lá dos cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil, sobretudo, em função (desses) três livros”. “O Significado de *Raízes do Brasil*” In **Raízes do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras. Edição Comemorativa dos 70 anos: 2006, p. 235.

como predominantemente agrário), com as formulações e preocupações contidas na primeira obra.²

O interessante disso tudo é que embora alguns colegas também refletissem essa pouca proximidade ou quase desconhecimento do autor, acabavam tendo essa sensação aparentemente amenizada quando destacava que a centralidade do meu trabalho recaía sobre o diagnóstico radical de Duarte: o de que nossa sociedade, desde seus primórdios até o tempo “presente”, seria regida por uma *Ordem Privada*.

O fato a ser destacado é que esta expressão parecia provocar, ao mesmo tempo, curiosidade pelo seu emprego e uma maior familiaridade com a minha proposta. Curiosidade pelo radicalismo que a expressão obviamente insinua, enquanto sinônimo do domínio quase absoluto do privado; e uma maior familiaridade porque ao falarmos em ordem privada também remontávamos às constatações, já largamente difundidas no pensamento social e político brasileiro, de que teríamos enraizado entre nós, das mais distintas maneiras, o fenômeno geralmente denominado de “privatismo”.³

Por consequência, podíamos perceber que a referência ao diagnóstico duarteano culminava em inseri-lo, mesmo para os mais leigos, entre aqueles autores que viam a raiz da limitação ou do impedimento da vida pública na pujança ou persistência de elementos reforçadores da lógica privada. E até pela

² **A Reforma Agrária**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1ª Edição: 1953. Procurando evitar as repetições excessivas em muitas passagens, também abreviaremos o título deste livro para “**R A**”.

³ De acordo com o que nos aponta Adrián Gurza Lavalle, a persistência da constatação do privatismo, enquanto fenômeno constante na vida brasileira, já se tornou propriamente uma “tradição”, pois se faz freqüente no interior do pensamento político e social brasileiro, desde as perspectivas mais clássicas até as mais recentes. Segundo o autor, trata-se de certa tradição de análise que aborda o espaço público a partir da “peculiaridade” da vida privada. Ou seja, “enquanto *ethos* encravado na mais remota história do país, nas suas determinações mais profundas, ora definindo as feições mais pujantes do caráter brasileiro e uma sociabilidade amenizadora das diferenças, ora condenando o que é ou deveria ser público ao personalismo, ao subdesenvolvimento e à asfixia diante da hipertrofia da vida privada, à amoralidade dos costumes, ao patrimonialismo, à incivilidade, ao familialismo, à insolidariedade, à indistinção entre o público e o privado, ao clientelismo e à precarização dos direitos ou de qualquer arranjo de normas com pretensões de universalidade”. Termos que, como lembra Lavalle, são “comuns na caracterização do espaço público no Brasil, cristalizados em obras como as de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Azevedo e Nestor Duarte, mas também presentes de forma explícita em outros grandes autores do pensamento político-social brasileiro, como, por exemplo, Francisco Oliveira Vianna, Paulo Prado ou Manuel Bonfim”. **Vida Pública e identidade nacional: Leituras Brasileiras**. São Paulo, Ed. Globo, 2004, p. 21.

carga que a expressão suscita, isso orientava a imaginá-lo, de alguma forma, como o intérprete que mais acentuaria essa concepção.

Assim, mencionada a sua perspectiva de uma ordem privada, era possível constatar que a impressão que passavam a ter de Duarte não se afastava das encontradas na avaliação de alguns comentaristas. Pois, ainda que pouco numerosas, é comum que análises que o mencionam partam da intensidade de seu argumento para encará-lo como o representante mais exaltado da linha de interpretação chamada de “privatista”.⁴

E realmente, a quem se debruçar sobre as duas obras aqui citadas, ou principalmente sobre a primeira, será difícil discutir a pertinência em assim classificá-lo.

Entretanto, consideramos pertinente questionar se essa classificação bastaria para esgotar a complexidade e as implicações a que chega o intelectual. Particularmente, sugiro que para além dessa tipificação mais generalizada há aspectos do diagnóstico de Duarte que merecem ser explorados de modo mais cuidadoso, o que pode ser justificado tomando como base dois elementos extraídos da sua análise e que não foram ainda devidamente esmiuçados.

O primeiro deles é que a expressão “ordem privada” deve ser vista como um *conceito* não usual nas reflexões sobre o Brasil. Um conceito que não só traduz a afirmação mais radical de que viceja o privatismo entre nós, como ressalta até o limite o caráter ordenador do fenômeno. Ou seja, o destaque de Duarte é para a constatação de que, em nosso caso, o privatismo produz profunda “organização social”, e não o total atomismo social com o perigo de facciosismos efetivos ou de fragmentação territorial como pensaram ser possível não poucos autores nacionais.

⁴ É o que se encontrará, por exemplo, em Simon Schwartzman “Representação e Cooptação Política no Brasil” In **DADOS**, Rio de Janeiro, IUPERJ, N°. 70, pp.17-18; em José Murilo de Carvalho “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual” In **Pontos e Bordados: escritos de história e política**, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998, p. 141; e em Bolívar Lamounier **Da Independência à Lula: dois séculos de política brasileira**. São Paulo, Ed. Augurium, 2005, p. 25, ver nota 06 na mesma página. Além de “privatista”, essa linha interpretativa a que pertenceria Nestor Duarte também é chamada de “feudalista”. Como veremos, no caso de nosso autor, haverá uma identificação, até mais do que outros, do feudalismo (como o que existiria entre nós) com o sistema ou o regime que consagraria, por definição, o domínio privado e a deformação política.

Ao invés disso, mesmo quando Duarte se refere a uma dispersão populacional no interior do país, com o conseqüente isolamento de grupos, antes a trata como fruto dessa profunda “organização”, cuja origem resultaria da força das unidades mais particulares e “íntimas”, estando inscrita em “sentimentos” dos mais latentes e sempre contrários ao espírito público.

O segundo elemento que gostaríamos de salientar é que a “ordem privada” conceituará um determinado *tipo de sociedade*, que teria preservado reiteradamente – ainda que com algumas variações mais superficiais – as feições agrárias, resultando para o intérprete em uma realidade *feudal*.

A tese não deixa de causar certa estranheza a mentes contemporâneas, até por não ser absurdo dizer que, ao longo do tempo, nos fomos tornando cada vez mais capitalistas, idéia continuamente sedimentada nas próprias teorias que procuraram demolir a noção de que em alguma etapa tenhamos passado por um período feudal, e que ressaltaram inversamente, aliás, que seríamos capitalistas de nascença.

Entretanto, nestes dois pontos, o importante é que quando Duarte tenta mostrar a existência de uma ordem privada, procura extrair ao máximo, e de maneira destacada por ele mesmo, as implicações políticas do privatismo. Ou antes, é a atenção dada às conseqüências políticas do fenômeno que permite a ele derivar uma ordem privada como uma *constante*. Mesmo quando discute sobre o feudalismo entre nós, é essa ênfase política que vem à tona, para além das noções sociais e econômicas mais comumente relacionadas ao assunto.

Como se poderá extrair das duas obras, a questão fundamental para Duarte é que a organização social sob o domínio do privado engendra um *poder* que não se desdobra em política. De tão sedimentada, aparece como se fosse sua substituta, quando, na verdade, não guarda do caráter político mais do que uma subversão.

Duas passagens antecipam bem este tom sobre o qual nos debruçaremos.

A primeira, extraída de *O P*:

A ausência do Estado ou a sua imperfeita acomodação no dorso de uma sociedade que pôde subsistir prescindindo de sua presença, tirou ao indivíduo os ensejos de atingir aquela condição de cidadania, de categoria política, ou não lhe

deu tempo ainda de alcançá-la pela forma compreensiva e total que marca o nascimento e a construção social do homem público.

*Dentro de uma ordem política assim imperfeita ou inacabada, a que se contrapôs uma ordem privada tão viva e extensa, a resultante foi o desequilíbrio antes de mais nada.*⁵

E a segunda, retirada de *RA*:

O feudalismo é sempre uma associação do mando político ao do senhor privado, cuja força reside na própria condição de proprietário de terras.⁶

Feitas as observações, supomos haver, portanto, um diagnóstico que se revela capaz de aguçar nossa curiosidade, ainda que produzido e reiterado em épocas aparentemente tão distantes, ou de permanecer ainda pouco explorado.

Para darmos conta dele, consideramos adequado partir do modo como Duarte desenvolve o conceito de ordem privada com o objetivo de demonstrar que é a ênfase no aspecto político e a forma como o faz o diferencial de sua obra. Até mesmo por isso, procuraremos pelo significado da “sociologia política” que acompanha sua interpretação, sem a qual Duarte não poderia identificar o caráter ordenador do privatismo ou as suas extensões mais profundas que deformariam o espírito público e o Estado brasileiro. Daí, inclusive, não ser gratuito o subtítulo de *O P: Contribuição à Sociologia Política Brasileira*.

Detendo-nos especificamente sobre este livro, notamos que esse olhar sociológico-político desenvolve-se a partir da mobilização de vasta literatura, incluindo desde autores portugueses e brasileiros mais clássicos (como, dentre outros, Alexandre Herculano, Vanhagen, Silvio Romero, Capistrano de Abreu), até os mais contemporâneos (Pedro Calmon, Hermes Lima e principalmente Oliveira Vianna, Freyre e Holanda). Duarte então realiza uma leitura singular do Brasil, aproveitando as conquistas do ensaísmo “sociológico” dos anos 30 e, ao mesmo tempo, destacando-lhe a dimensão política, aspecto que longe de estar ausente na maioria das obras do período, não assumia, porém, tanta centralidade.

De certa maneira, pode-se dizer que com este ensaio o autor retomou uma preocupação política que estava mais explícita em escritos da década de 20,

⁵ *OP.*, p. 122. Os itálicos são meus.

⁶ *RA.*, p. 14.

embora desenvolvesse sua abordagem de forma bem distinta daqueles ao incorporar as inovações da década posterior.

Por esta razão, não estamos afirmando que outros autores não tenham se interessado por uma perspectiva mais política ou não a tenham adotado, como se fosse exclusiva do pensamento duarteano. O que estamos dizendo é que serão mais decisivamente, segundo o próprio Duarte, as condições e o empecilho ao desenvolvimento político que constituirão o eixo de sua leitura sobre nossa formação.

Agora, tal constatação também não significa que a interpretação duarteana se limite apenas ao político, pois o seu modo de compreensão será global e estrutural, tomando a política como uma dimensão da vida social, cuja “diferenciação” em relação a outras dimensões – principalmente à economia, à religião e à família – servirá como um indicativo das possibilidades de se gerar no Brasil uma nação moderna. Como veremos posteriormente, o autor sabe que a autonomização da política se faz paralela e condicionada à autonomização de outras “esferas”, tornando necessário, portanto, conhecer como essas se constituem e interferem no processo.

A questão para o intelectual baiano é que na trajetória do país a “política” se funde ou se restringe dentro do complexo social representado pelo latifúndio monocultor. Reunindo as faculdades “familiar”, “jurídica” e “econômica”, essa unidade auto-suficiente acabaria confundindo o que seria político ao mando do grande proprietário.

Com exceção dos centros urbanos, este mando é então apresentado por Duarte como o grande empecilho para a constituição de uma dimensão política diferenciada das demais, na medida em que nunca se encontra com o que seria sua verdadeira essência, voltada para o geral e para a vida pública.

É por isso que tal argumentação nos leva à idéia de que temos um “povo”, mas este (embora com qualidades irrefutáveis) não seria “político”, visto que a maioria da população brasileira ainda seria esmagadoramente rural, submetida ao domínio dos latifundiários, que concentrando nas mãos as maiores extensões de terra a obrigaria a uma vida rústica, quase nômade, sem a possibilidade nem

mesmo de criar contatos e associações mais duradouras, isto é, justamente o que seria a base para a criação de uma verdadeira “comunidade política”.

Será devido a essa concorrência com o poder da terra grande, representado pelo senhor e a família extensa comandada pelo primeiro (com seus parentes, agregados e capangas) que se tornará difícil o advento de um poder comum, que pudesse evitar o poder dispersivo acarretado por tal situação.

E não por acaso, será em face deste quadro que Nestor Duarte aproveitará as sugestões em *O P*, e apresentará um projeto de reforma agrária como solução para a ordem privada ainda reinante. Uma proposta com claras preocupações políticas de longo alcance, percebidas claramente nas linhas de *A Reforma Agrária*.

Afinal, como bem argumenta Osmir Dombrowski, o elemento essencial desta resposta ao predomínio agrário-feudal será: “(fixar) o homem ao campo e (romper) com o isolamento que caracteriza o mundo rural; favorecendo, dessa forma, o fortalecimento dos vínculos sociais e proporcionando as condições para o pleno desenvolvimento político.”⁷

Logicamente, como ficará claro no desenvolvimento da análise, embora *R A* apareça ao lado de *O P* como uma das obras em que nos baseamos, não pretendemos examinar a primeira com a intenção de realizar uma abordagem mais aprofundada da questão agrária brasileira, nem nos atermos ao modo como o projeto de Duarte insere-se em tema tão complexo.

Em vista disso, o exame de *O P* assume proeminência no trajeto que adotamos, levando em conta que o que interessa em *R A* é como se desdobra a idéia de uma ordem privada e seus fatores constitutivos, só que, desta vez, considerando que a perspectiva de Duarte é a de quem pode apresentar efetivamente uma saída para extingui-la. Pois, ainda que o termo “ordem privada” não seja mencionado no interior do texto sobre a reforma agrária, a presença do conceito é reiterada, não só aproveitando as indicações expostas no ensaio como a ela acrescentando outros aspectos que merecem maior atenção.⁸

⁷ **A Reforma Agrária no Brasil: primeiros projetos (1945/1955)**. São Paulo, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da USP, 1998, p. 42.

⁸ É relevante considerar, em acordo com Dombrowski, que com isso não estamos afirmando ter certeza se Nestor Duarte “não havia elaborado sua proposta, ou se avaliava que a conjuntura

No que se refere ao tratamento dispensado às obras, privilegiaremos uma análise mais interna dos textos, o que, no entanto, não significará descartar os demais trabalhos do autor, ou não atentar para as vinculações existentes entre as categorias por ele desenvolvidas e os contextos históricos em que as formulou. Na verdade, o caminho adotado é antes partir do universo conceitual interno aos textos para chegar aos seus contextos, não entendendo os dois enfoques como necessariamente opostos ou intrinsecamente separados.

Tanto é assim que na primeira parte do estudo, a partir de algumas indicações e passagens de *A Ordem Privada...* e *A Reforma Agrária* desdobraremos alguns problemas e polêmicas da época, bem como apresentaremos outros trabalhos de Duarte antes de expormos os motivos para nos centrarmos especialmente naqueles dois livros. Afinal, não desconhecemos a variada produção do autor, que engloba três romances, além de textos jurídicos e jornalísticos. Tampouco deixamos de notar os pontos de contato entre os mesmos, adiantando ou reproduzindo, inclusive, idéias relacionadas ou que ganharão corpo na noção de ordem privada.

Como encerramento desta etapa, procuraremos justificar ainda a pertinência de nossa abordagem, diferenciando-a daquelas que se vinculam às perspectivas “empiristas” e às perspectivas “historicistas ou contextualistas” em suas versões mais extremadas.

A segunda parte do estudo se constituirá em uma avaliação mais detalhada sobre a leitura que Nestor Duarte realiza. Para isso, organizaremos a exposição em quatro pontos que consideramos fundamentais: em primeiro lugar, nos concentraremos nas implicações políticas mais gerais de sua noção de privatismo e de ordem privada; em seguida, analisaremos como liga as origens de grande parte dos nossos problemas políticos à organização social portuguesa; o caráter rural e feudal atribuído à nossa ordem privada será o terceiro ponto sobre o qual

política não oferecia as condições necessárias para sua implementação” quando escreveu *O P.* O fato, conforme prossegue o cientista político “é que o deputado somente apresentaria seu projeto de lei de reforma agrária, quase dez anos depois, em um momento no qual tanto o regime como as idéias autoritárias pareciam soterrados sob os escombros de uma guerra mundial”. O que, no entanto, “não impede que seu projeto possa ser compreendido como uma continuidade do esforço de análise empreendido em *A Ordem Privada...*, afinal, é a forma de apropriação e exploração da terra que resulta na grande propriedade que conforma a realidade econômica, social e política por ele estudada”. Idem, p. 32.

nos deteremos; enquanto que a distinção que faz entre povo e povo político constituirá o último ponto abordado.

Na terceira etapa, procuraremos aprofundar a discussão sobre o sentido em que essa leitura pode ser considerada uma demonstração de “sociologia política brasileira”, e quais os possíveis significados da “contribuição” que Duarte pretende oferecer com este tipo de análise.

Levando em consideração esse olhar sociológico-político, também pretendemos compreender um dos aspectos que reputamos como essencial: a forma como descreve a relação entre as *idéias* e a *realidade* que as circunda. Perguntaremos então se é possível, pela maneira como estabelece essa relação, identificar a tradição intelectual e política a que o autor se vincularia.

Na quarta parte, avaliaremos de que maneira a proposta de reforma agrária pode ser entendida como programa para superar a ordem privada, tendo em conta, principalmente, o significado que adquire na análise e as resistências e adesões que o autor veria como suscitadas pela proposta.

Em seguida, finalizaremos tal etapa investigando como esse projeto reitera uma idéia cara o autor: a de que o domínio privado só pode ser suprimido com a passagem de uma sociedade feudal para uma sociedade capitalista e democrática, mudança que só se daria através de uma ruptura política e não por meio de um processo evolutivo meramente linear.

I. PENSAR O BRASIL: problemas teóricos e históricos

1. A questão e a produção intelectual do autor

De acordo com Octávio Ianni, aqueles que se proporião a pensar o país o fariam “de forma particularmente sistemática no contexto de conjunturas críticas ou a

partir de dilemas e perspectivas que se criam quando ocorrem rupturas históricas”. Com isso, proporião “problemas históricos e teóricos da maior importância”.⁹

Tomando tal “singularidade” como característica central do pensamento social brasileiro, é curioso que o sociólogo não mencione Nestor Duarte como representante de alguma das “linhagens” ou “famílias” em que divide as “grandes interpretações” do Brasil.

Curioso, sobretudo, porque o diagnóstico duarteano de que predominaria entre nós uma paisagem hostil ao desenvolvimento político – por conta da perpetuação de uma ordem privada – foi formulado e reiterado mais claramente em meio a “conjunturas críticas”, em que “dilemas” e “perspectivas” foram apresentados ao autor quando rupturas (ou quase rupturas) históricas aconteceram ou estavam por acontecer.

Neste sentido, ainda que o significado de *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* não se restrinja a uma mera reprodução do ambiente e do tempo em que foi produzida, é inegável que transborda de suas linhas o clima de vigência do Estado Novo, experiência política que se instalara em 1937 (dois anos anteriores à publicação do livro) e com a qual o argumento de Duarte claramente se defrontava.

A começar, por exemplo, pela afirmação de que as órbitas de influência das unidades mais particularistas e “íntimas” da sociedade eram ainda o que havia de mais organizado em nossa sociedade, mesmo após nove anos da chegada de Vargas ao poder.

Uma das passagens que confirma tal permanência é a que reconhece na “organização familiar” (a família patriarcal brasileira, estruturada em torno do mando do grande proprietário), a única “ordem perfeita e íntegra” que teríamos até então:

É mesmo o único centro de organização que essa sociedade possui. Tudo nela ou é desorganização, a indicar a transplantação difícil ou impossível de formas anteriores, ou está em via de organizar-se, sem tempo e condições ainda para processar-se definitivamente. Haja vista as cidades, o poder civil, a organização política nacional, a integração do país futuro.¹⁰

⁹ **Pensamento Social no Brasil / Octávio Ianni.** Bauru-SP, EDUSC, 2004, pp. 41-42.

¹⁰ **OP**, p. 64.

De cara, a perspectiva se chocava com aquelas correntes teóricas que já enxergavam à época o advento do período como marco decisivo no desenvolvimento do aparato burocrático e coercitivo central, indicadores da implantação definitiva do Estado moderno entre nós.¹¹

Da mesma forma, a associação altamente negativa que Duarte faz entre as anomalias impeditivas do desenvolvimento das instituições políticas ao que entendia como caráter agrário-feudal chocava-se tanto com os argumentos que viam no movimento de 30 a realização ou cristalização plena dos processos em curso de evolução industrial e urbana, como com a insistência por parte de setores intelectuais e políticos que militavam em defesa de uma suposta vocação agrária do país.¹²

No mais, a insistência em descrever a dispersão persistente da grande massa populacional, como indicativo de vigor da nossa ordem privada, acabava questionando o alcance da penetração social do Estado e as expectativas criadas em torno da centralização em voga. Entendendo não ser esta última a única engenharia institucional apropriada ao nosso gênio, ou a única condição para realizar os fins de uma nação moderna à altura das grandes potências:

Um dos preconceitos mais sutis e influentes de nossas concepções políticas consiste em identificar o processo de formação de nossa nacionalidade com a política de centralização do poder.¹³

Essas polêmicas da época evidentemente não resumem todo o conteúdo do ensaio. No entanto, podem ser derivadas de suas páginas do início ao fim. Partindo de uma análise mais pormenorizada do argumento, da maneira como o articula, pode-se desdobrá-las mesmo de onde, aparentemente, não estariam presentes. Inclusive, onde parece residir um “silêncio” sobre determinados pontos.

¹¹ Para tal consciência ver de Azevedo Amaral **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

¹² Para uma melhor compreensão do ruralismo brasileiro enquanto um movimento, e da idéia do que seria essa vocação ver Sônia Regina de Mendonça **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo, Ed. HUCITEC, 1997. Especialmente o capítulo IV “*A Vocação Eminentemente Agrícola do Brasil: A Ordem a Serviço do Progresso*”, pp. 83-111.

¹³ **O P**, p. 113.

Exemplo disso é o desejo de uma sociedade moderna, industrial e comercial, o que pode ser identificado na própria negação de que esta seria uma realidade tão generalizada:

Puro engano será o de certas vozes que começam a clamar, entre nós, contra o êxodo dos campos em benefício das cidades litorâneas. O fenômeno, ao contrário, não tem nenhum caráter de generalidade, nem encontra a sua razão única de ser e de causação na produção industrial, que é incipiente, ou ainda inexistente entre nós. (...)

O País continua 'essencialmente agrícola', radicado ao campo, indeslocável no meio rural, a não ser pela grande máquina de amanhã.¹⁴

Ao ressaltar as limitações desses processos, restritos em seu entender às capitais e ao litoral, Duarte parece manifestar o desejo de vê-las efetivadas. Na verdade, mostrando o que as impede aponta a importância de tais processos como uma meta a ser atingida na transformação da realidade.

Um trecho que fundamenta essa evidência encontra-se na avaliação da “casa-grande”, instituição que resumiria a ordem privada brasileira e seus resultados de longo alcance:

... (a casa-grande) impede a urbanização da massa populacional, já dispersa na vasta extensão territorial,... defende a propriedade imóvel contra a propriedade móvel que vai dar surto ao comércio das cidades e permitir a formação e ascensão da burguesia, como classe eminentemente comercial e anti-ruralista...¹⁵

Contudo, até pela própria maneira como a obra se organiza, a observação de tais aspectos não se mostra nada fácil a uma primeira leitura. A forma como Duarte dispõe os capítulos e o ritmo que imprime à argumentação – sendo freqüentes as idas e os recuos históricos – fluem para confirmar, de maneira contundente, a permanência do passado. Dificulta, portanto, a identificação da etapa histórica a que se refere e, em alguns casos, incorre em anacronismos, o que não pode ser entendido sem considerar as aspirações modernistas do autor de desafiar o entendimento tradicional da história e sobre as quais discutiremos posteriormente.

Essa maneira de proceder já se vê confirmada no primeiro capítulo, que se centra na análise da organização social e política portuguesa. Pois, embora com

¹⁴ O P., pp. 91-92.

¹⁵ Idem., p. 71.

um recorte mais definido e acabado, não se atém nele às etapas em que a história do país costumava ser dividida, permitindo-se ir do passado ao presente de maneira bastante sintética, com vistas a extrair as constantes lusitanas.

No restante do livro, a tonalidade da interpretação adensa-se, a começar pelo capítulo II, que procura mostrar como fatores estruturais transportados daquela organização viriam a ser exaltados na colônia, sendo decisivos para configurar um sistema feudal de longa vitalidade.

Assunto que praticamente será retomado no capítulo III, quando Duarte se deterá sobre o caráter e a dinâmica da sociedade colonial, experiência em que o “tipo social brasileiro” viria se moldar. Assim como no quarto capítulo, onde tal assunto se prolonga, adquirindo centralidade na análise a organização familiar.

Finalmente, os dois últimos capítulos aprofundam a interlocução com outros autores e se aproximam mais do presente vivido pelo autor. O quinto prende-se mais à experiência pós-Independência, principalmente ao Império, com poucas menções à República. Nele, chama a atenção como será ressaltado o não rompimento com o período colonial, não obstante os primeiros e valiosos sinais de diferenciação política. Já o capítulo VI pretende definir os fatores que contribuíram para configurar o estado “atual” da ordem privada, chegando mesmo a sugerir, sem no entanto propor, algumas alternativas para sua dissolução.

É claro que este e outros pontos voltarão a ser abordados de forma mais detalhada na segunda parte do presente trabalho. Antes disso, porém, é importante considerar que em cada capítulo de *O P*, assim como ocorrerá com *A Reforma Agrária*, será possível verificar uma forma particularmente contundente com que Duarte expõe preocupações políticas que já estavam, ou se tornariam, presentes em outros trabalhos. E como não poderiam deixar de ser, sempre ligadas à trajetória política do autor.

Por isso, ainda que de forma sucinta, exporemos a seguir algumas vinculações entre diferentes trabalhos de Duarte, produzidos em momentos políticos distintos, até para depois justificarmos o porquê de se tomar as duas obras citadas, e não as demais, como o principal material a ser considerado no exame da questão.

Uma boa maneira de começar é atendo-se ao seu primeiro romance *Gado Humano*, publicado pela primeira vez em 1936.¹⁶ Neste, Duarte descreve, por exemplo, o cenário de aridez, no qual pesa a rusticidade de uma gente submetida à ignorância, à subserviência ao fazendeiro, sem perspectiva que não a oferecida pelo latifúndio isolado. Cenário que será visto em *O P* como algo generalizado para a quase totalidade do território.

Neste cenário quem não se submete, deve, ou acalenta inocente esperança parte em busca de outras paragens, sempre se deparando com o mesmo universo árido, avesso à fixação da moradia. É esse o drama da gente simples que o escritor desnuda no romance, sempre constrangida pelo poder das grandes fazendas do sertão, e que por isso quase regressam à condição nômade.

Do mesmo modo, um conflito tão caro a Duarte será corporificado no protagonista Ângelo, herdeiro de uma grande propriedade, a Santo Afonso. Conflito que, como demonstrará em *O P*, poderia se fundir na pessoa que se formava nos grandes centros, trazendo de lá as idéias mais avançadas, e, ao mesmo tempo, se submetia ao regresso, representado pelo latifúndio, ao voltar para o interior.

No romance, essa situação se corporifica em certa comiseração de Ângelo com a gente tão miserável que o servia, na mesma medida em que a ela por vezes também dispensava o velho tratamento que os fazendeiros costumavam a dar a seus subordinados, vendo-os, inclusive, como se fosse um verdadeiro “rebanho”.

A descrição de Duarte encaminha-se para salientar que, embora geralmente detentor do “domínio” sobre a vida que o cercava, tais circunstâncias deixavam o grande proprietário longe da opulência. Ao invés disso, o quadro propunha-se a exemplificar quão atrasado e decadente havia se tornado essa dominação, tornando esse atraso, não poucas vezes, o próprio fundamento do domínio fazendeiro.

¹⁶ Utilizo aqui a primeira edição de **Gado Humano**. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti. Este romance é particularmente importante, na medida em que não só marca a estréia de Duarte na ficção, como também adquire uma relação de especial significado temático com *O P* e *R A*. Especialmente quanto ao ensaio, pode ser verificada, para além do aspecto temático, também uma confluência em matéria de entendimento estético que exploraremos na terceira parte da dissertação.

A contundência com que aponta esse conflito evidencia como o autor remonta às próprias experiências que deve ter observado em seu trajeto pessoal.¹⁷ Nascido em Caetité, sertão baiano, no ano de 1902, Nestor Duarte descendia de uma família influente do Recôncavo. Filho do magistrado Francisco Duarte Guimarães, seguiria a carreira do pai, dedicando-se à sua formação em Direito e constituindo toda a sua carreira posterior na cidade de Salvador.

Fundindo na mesma pessoa o intelectual e o político – comum aos filhos das famílias mais prestigiadas no estado – o jovem advogado e jornalista acabaria integrando as frentes políticas voltadas para modernizar primeiro a Bahia, tentando superar no estado o domínio latifundiário, para depois tentar modernizar o país.¹⁸

Essa inquietação substancializava-se em uma preocupação com o papel e os deveres do Poder Público, a começar pelo cuidado em distinguir o “direito público” do “direito privado”. Afinal, de acordo com o que Nestor Duarte descreve em *O P*, tal confusão podia ser constatada em todo nosso percurso desde Portugal, sendo ainda mais profunda em nossa ordem privada.

Na obra jurídica do autor, um trabalho que antecipa tais preocupações é *O Direito: Noção e Norma* (1933), tese de concurso que apresenta com o objetivo de assumir a cátedra de Introdução à Ciência do Direito na Faculdade de Direito da Bahia (instituição na qual se tornaria professor emérito). Nela, Duarte se esforça para demonstrar o valor de aplicar o método de Émile Durkheim na compreensão

¹⁷ Em sua dissertação de Mestrado, Giselle Laguardia Valente se debruça mais detidamente sobre a obra ficcional de Duarte. Para a autora, *Gado Humano* e os outros dois romances que se seguem “são representações do real, traduzindo uma sensibilidade do vivido e trazendo em seu bojo uma versão fictícia e uma documental”. Ainda segundo ela, tais romances “no momento de sua publicação, não deram a ele consagração e notoriedade, (nem) se colocaram como *best-sellers* de sua época”, também “não foram reeditados, com exceção do primeiro, apesar de terem sido publicados por grandes casas editoriais brasileiras”, “não se colocando na linha de obras primas”. Concluindo, Valente afirma, sem se ater a aspectos estéticos, que “pode ser encaixada no que poderia se chamar de ‘literatura menor’”, o que “não significa desqualificá-la”. **Nestor Duarte: Liberalismo e Reformas Sociais na Construção da Nação Republicana**, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2004, p. 158. Sobre essa quase que obsessão em se aproximar da realidade nas obras ficcionais, é interessante como referencial de análise o texto de Antônio Cândido sobre a obra de Lima Barreto, sem com isso, evidentemente, pretender discutir ou aproximar em importância ficcional o autor carioca a Nestor Duarte: “Os Olhos, a Barca e o Espelho” In **A Educação pela Noite**. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2006, pp. 47-59.

¹⁸ Para um aprofundamento sobre os dados biográficos o verbete “Nestor Duarte” do **Dicionário Histórico-Biográfico pós-1930**, CPDOC, organizado por Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu.

dos fenômenos jurídicos e na definição do lugar que o direito ocuparia na sociedade.¹⁹

Este lugar e o entendimento de que os fenômenos jurídicos deveriam estar ligados, antes de tudo, à compreensão de que a organização social antecederia ao indivíduo conformando-o revelam a preocupação em preservar um olhar mais sociológico sobre a compreensão e prática do direito, antecipando um dos vetores com o qual orientaria seu futuro ensaio e ainda usaria para justificar sua proposta de reforma agrária. Sem contar, além do mais, que o argumento reflete a atividade que exerceu como professor de psicologia, moral e sociologia na Escola Normal da Bahia até 1928.

Imbuído destas inclinações, que visavam dotar o Poder Público de seu verdadeiro papel, a começar pela justiça, Duarte comporia o grupo liderado por Otávio Mangabeira, tornando-se, com o advento do período Vargas, uma das lideranças que reivindicaria uma “Bahia para os baianos” contra a nomeação de interventores, e em especial àqueles com origem em outros estados, acompanhando assim a maior parte das forças políticas locais.

Esta posição lhe custaria duas cassações de mandato: a primeira, quando deputado estadual (1929-1930), e a segunda, quando deputado constituinte estadual (1935-1938) como militante da LASP – Liga de Ação Social e Política –, organização fundada por jovens políticos baianos em apoio ao movimento constitucionalista surgido em São Paulo. Por isso mesmo, esta última cassação foi acompanhada de prisão por se opor ao Estado Novo.

¹⁹ **O Direito: Noção e Norma**. Salvador, Oficina dos Dois Mundos, 1933. Outros textos importantes na área jurídica são **Os Fundamentos do Direito Natural** e **As Direções do Positivismo Jurídico**, reunidos em edição de 1942. Salvador, Tipografia Naval. Neste último, Duarte procura combater a idéia de que o positivismo jurídico serviria, enquanto doutrina e prática, apenas a sistemas conservadores e autoritários. Sobre o assunto, afirma o autor:

“Em primeiro lugar, tanto o jusnaturalismo como o positivismo podem servir, indiferentemente, a sistemas conservadores e revolucionários, propícios ou não a teorias de força. Na história do pensamento jurídico, se multiplicam esses exemplos gerados nos empenhos da dialética doutrinária e política.

Em segundo lugar, o positivismo jurídico não está, necessariamente obrigado, pelas consequências do seu sistema de convicção, a aceitar o direito como produto da competência arbitrária do poder.

Ao contrário, o positivismo, negando como nega a concepção contratualista e voluntarista da história e do processo social, encontra-se nas estradas que conduzem à afirmação de que o direito é um produto condicionado a determinantes e necessidades sociais a que se rendem a vontade mesma e o próprio poder” (p. 12).

Este contexto de reivindicação por uma Bahia autônoma insere-se dentro do impasse que se apresentou à quase toda elite política baiana, nos seus mais diferentes matizes, diante dos desdobramentos da Revolução. Pois, diferente de outros estados, a Bahia não viria experimentar, pelo menos inicialmente, da “renovação do pacto” em “outras bases” que o governo central então constituído estabeleceu com as lideranças locais, situação na qual do mesmo modo que alguns recursos políticos eram eliminados outros também podiam ser ampliados.

20

Por vezes, o pacto implicava a nomeação de algum membro da elite política estadual fiel ao movimento ou convertido ao mesmo, ou então, culminava na prática do rodízio de cargo entre os diferentes grupos das oligarquias. Porém, no caso baiano, nenhuma liderança local foi alçada ao poder, sendo, pelo contrário, quase toda afastada dos cargos administrativos e governativos, fato consumado na nomeação de um interventor cearense: Juraci Magalhães.²¹

Na realidade, a posição do governo central em relação à Bahia e a conseqüente reação das forças estaduais ao movimento revolucionário explicam-se pela alteração do quadro de considerável “estabilidade política” vivenciada no

²⁰ A idéia de “pacto” nos é sugerida por Aspásia Camargo. Procurando entender as relações entre os conflitos regionais e a centralização em curso desencadeada com a Revolução, a autora observa que o “pacto agrário”, renovado em 30, não deve ser entendido como mera consequência do *poder residual* das oligarquias, mas sim como o resultado de um “acordo deliberado” que “elimina alguns recursos políticos (daquelas) ampliando outros”. Ainda segundo Camargo “(a) fecundidade do acordo é tanto maior quanto permite ao Estado a inclusão das ‘classes populares’, cujo pólo de conflito não é rural, mas urbano. O pacto firmado com as novas oligarquias desdobra-se assim, sem tropeços, em uma vertente populista, que inclui dois extremos de uma cadeia de aliança: a ‘oligarquia’ e as ‘massas’”. “A Revolução das Elites: Conflitos Regionais e Centralização Política” In **A Revolução de 30: Seminário Internacional**. Brasília, Ed. UnB, 1980, p. 12.

²¹ Para um panorama geral das interventorias durante o regime de Vargas ver Maria do Carmo Campello de Souza **Estado e Partidos Políticos no Brasil** (1930 a 1964). Editora Alfa-Ômega, 1976, especialmente pp. 87-95. Passagem conclusiva sobre o assunto encontra-se, por exemplo, na p. 95: “... a relação centro-estados, crucial no quadro das mudanças políticas almejadas pelos revolucionários de trinta e pela ideologia da época, encontrava no interventor seu instrumento-chave. O papel deste era claramente difícil, instrumento que era das tentativas de controle por parte do governo central e dos desejos dos estados em manter suas prerrogativas. Naturalmente, sua ação era mais eficaz nos estados mais fracos, menos estratégicos para os desígnios do poder central. Nos estados mais fortes, econômica e culturalmente mais representativos, e detentores, além do mais, de milícias apreciáveis, jamais a situação se aproximou sequer de um modelo hierárquico. Instrumento do controle federal, o interventor precisava por sua vez ser controlado pelo poder federal. Quem guardaria os guardas? De duas maneiras procurou o governo central manter esse controle em segunda instância. Uma... foi o processamento de um rodízio em algumas interventorias, a fim de dificultar o encastelamento político dos interventores. A segunda foi a criação de órgãos paralelos de centralização administrativa...”

estado antes da chegada de Vargas ao poder.²² Tal estabilidade resultou da progressiva conciliação que os distintos grupos estabeleceram em vista da necessidade de realizar reformas econômicas – ainda que não compartilhassem dos mesmos pontos de vista sobre como concretizá-las – e da necessidade de se unirem politicamente para tentar fazer com que a Bahia acompanhasse a dinâmica do centro-sul.

Não obstante os fracassos dos empreendimentos econômicos que procuravam reformar setores básicos, como o do açúcar e o do cacau,²³ sentidos desde o final do século XIX, assim como o malogro das iniciativas de industrialização²⁴, a oportunidade para concretizar a união se substancializou politicamente na possibilidade de garantir a candidatura à vice-presidência para um político baiano na chapa de Júlio Prestes. o que foi garantido por um acordo entre as principais facções na disputa pelo posto de governador, lideradas pelo ex-governador Francisco de Marques Góes Calmon e Otávio Mangabeira.²⁵

Para ocupar a vaga o nome então definido foi o de Vital Soares, eleito governador do estado no quadriênio 1928-1932 e que assim renunciava ao cargo.

²² Uma descrição geral do quadro político-partidário da Bahia antes da chegada de Vargas ao poder encontra-se em Consuelo Novais Sampaio: **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1975. Para o entendimento das tensões que ameaçavam a “política de acomodação” entre as frações da elite política baiana remontar, sobretudo, ao terceiro (pp. 59-126) e ao quarto capítulos (127-176).

²³ Ver Tatiana Brito de Araújo, **Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano 1875-1909**, Salvador, FIEB, 2002. Pedro Lopes Marinho, **O Estado e a Economia Cacaueira da Bahia** (mimeo). Para um balanço dos dados e da inserção da economia baiana na dinâmica nacional ver **A Inserção da Bahia na Evolução Nacional – 2ª. etapa: 1890-1930**. Fundação Centro de Pesquisas e Estudos – CPE (Bahia), Salvador, 1980.

²⁴ Em comum, tanto por parte das análises sobre a tentativa de ajustamento e modernização da agroindústria açucareira baiana, como das que se debruçam sobre o processo mais geral de industrialização e urbanização no Estado, está o diagnóstico de que a falta de uma macro-estrutura, permitida, inclusive, pela iniciativa governamental, foi decisiva para o malogro de tais experiências. Em relação ao processo de industrialização na Bahia entre 1899 e 1930, Luís Henrique Dias Tavares afirma dentro disso: “... estamos para advertir não propriamente uma involução, mas antes a verificação de que as empresas manufatureiras criadas não cresceram em virtude do sistema econômico baiano, estruturalmente agrário-mercantil. Com uma tal premissa, além de constataremos os pontos de estagnação comuns ao desenvolvimento de todo o Brasil – falta de capitais, precariedade do transporte, carência de força motriz, pobreza de mão de obra técnica, deficiência de mercado interno, salientamos a subordinação das empresas industriais baianas às grandes firmas comerciais através do mecanismo da consignação”. **O Problema da Involução Industrial da Bahia**, Salvador, Ed. UFBA, 1966, p. 8.

²⁵ Ver Paulo Santos Silva, **Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)**. Salvador, EDUFBA, 2000, p. 25.

Já o nome viabilizado para preencher a saída de Soares foi o do senador federal Pedro Lago.

Por meio dessa “acomodação”, explica-se assim que, com a exceção do grupo liderado pelo ex-governador José Joaquim Seabra (que também permaneceu afastado de qualquer cargo no período revolucionário), quase todos os nomes da elite política baiana procuraram resistir a Getúlio Vargas, pois com a vitória de Júlio Prestes, com Vital Soares ocupando a Vice-presidência, fixava-se a idéia de que haviam recuperado uma posição de destaque para o estado.²⁶

Neste quadro, atuante nas frentes de resistência ao novo regime, Duarte tornar-se-ia uma jovem liderança da “Concentração Autonomista da Bahia”. Uma força que no entender do historiador Paulo Santos Silva deve ser vista como “uma das mais duradouras correntes políticas até então existentes”, visto que, fundada em 1933, “esta corrente tornou-se uma força aglutinadora; reuniu e conferiu unidade às diversas facções baianas em torno da reivindicação da autonomia do estado frente ao poder central”. Ainda segundo Silva, se em 1937 ela se desarticulava por conta da implantação do Estado Novo, “reapareceria”, entretanto, em 1945, dessa vez mais “reforçada” e “ampliada”, assumindo liderança na condução da luta contra o governo Vargas.²⁷

Conforme antecipamos, Duarte será um crítico do processo de centralização varguista em *O P*. Pois enxergaria neste processo a compatibilidade com a ordem privada e não a sua supressão. Algo que sem dúvida coincidia com sua posição política no estado.

Contudo, teremos oportunidade de verificar que não se pode extrair do ensaio uma defesa regionalista da Bahia e de sua situação no período da Primeira República. Na verdade, a crítica ao processo de centralização e o entendimento de que seria melhor um modelo descentralizado de Estado não significa que o

²⁶ Posição esta que só fora alcançada no governo Prudente de Moraes (1894-1897). Ver Idem, p. 25: Com (as) composições, as lideranças do estado recuperavam uma posição de destaque para a Bahia, situação já experimentada no governo de Prudente de Moraes... ocasião em que também um baiano, Manoel Vitorino, ocupou a vice-presidência da República. A transição governamental de 1930 conduziria a uma posição de relevo no cenário político nacional, caso a chapa situacionista vencesse. A ‘Revolução de 1930’ desfez esta perspectiva de acomodação e bem-estar. Não havia porque as elites políticas estaduais aderirem ao movimento que desalojava os seus membros mais representativos do aparelho de Estado”.

²⁷ Idem, Ibidem, p. 15.

debate entre centralização e descentralização seja a questão que mais importa para o desenvolvimento político do país.

De todo modo, fato é que sua atuação como um dos líderes da concentração autonomista foi decisiva para se eleger à Assembléia Nacional Constituinte de 1946 pela Esquerda Democrática (ED), em uma coligação com a UDN (União Democrática Nacional), partido ao qual se filiaria posteriormente.

Na Assembléia, iria defender, entre outros pontos, o divórcio, a extensão do direito de voto aos soldados e sargentos e a eleição direta para prefeito no Distrito Federal e nas capitais do Estado, como aponta Sérgio Soares Braga.²⁸ Procurava com isso remover o que considerava entulho do Estado Novo e encaminhar soluções para problemas reputados por ele como essenciais: a influência da Igreja em decisões políticas e a situação degradante da mulher na sociedade brasileira (ponto este também marcante em *O P*, quando retrata a situação feminina na família patriarcal em comparação com a situação desfrutada nas sociedades mais “avançadas”, onde predominaria a “família nuclear”).

Em boa medida, o reflexo do que Duarte pensava a respeito de tais lutas pode ser encontrado em seu romance de 1958 *Tempos Temerários*, onde através da narrativa baseada na memória da personagem Custódio, militante acusado de envolvimento com os comunistas e perseguido pela polícia do Estado Novo, também polemiza com questões como o papel político da Igreja católica, a posição da mulher intelectualizada e engajada na nossa sociedade tradicional, e também com a atuação de outros setores da esquerda brasileira, em especial a representada pelo Partido Comunista.²⁹

A evidência disso começa com o conflito vivido por Custódio entre a sua formação religiosa, voltada para torná-lo um padre jesuíta, e a ideologia de esquerda, em especial a marxista, a que é levado por sua atuação política. No desenvolvimento do romance, a solução do conflito encaminha-se para um afastamento tanto da Igreja quanto do Partido Comunista. O que seria ilustrado no

²⁸ **Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946.** Campinas, Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas e Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.

²⁹ Utilizo a única edição em que foi publicado **Tempos Temerários**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.

final da obra quando, rompido com essas influências, Custódio e sua companheira Santa engajam-se espontaneamente numa luta camponesa no interior de Goiás, onde a personagem central morre empunhando armas.³⁰

Diante das turbulências de seu tempo, e integrando as alas mais à esquerda da UDN, o então deputado não iria passar incólume pelas divergências internas que marcavam o partido, e que eram próprias de uma organização que desde o início assumiu caráter de “frente”, aglutinando políticos de diferentes tendências e matizes com o fim comum de se opor a Vargas.

Afinal, é importante lembrar com Maria Victória Benevides que quando da formação da UDN: “Adversários de tempos imperiais, velhos inimigos, desafetos jurados, reúnem-se com a finalidade única de apressar a queda de Vargas e suprimir seu regime”, para depois se detectar, já no segundo semestre de 1945, “desmembramentos em pequenos partidos (PL, PR, PSP), além das defecções individuais – tanto pela esquerda, quanto pela direita...”.³¹

Até mesmo por isso, o político chegaria a filiar-se ao PST (Partido Social Trabalhista) e ao PL (Partido Libertador) antes de retornar à UDN em 1958. E fora em sua primeira passagem como deputado federal udenista que apresentou seu projeto de reforma agrária em 1947, seguindo-se a isso a experiência como secretário de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado da Bahia, na gestão de Otávio Mangabeira (1947-1951), e chegando a reeleger-se depois para a Câmara Federal em 1950.

Levando o mesmo nome do projeto, o livro publicado em 1953 acaba absorvendo esta experiência. Nele se reflete, após seis anos da proposição inicial,

³⁰ Em relação à condição feminina, a personagem Santa é ilustrativa da maneira como Nestor Duarte pensa o assunto, pois além das dificuldades para se firmar como mulher militante, enfrenta o peso de um estigma adicional: o de ter câncer de mama. Quanto às críticas ao Partido Comunista, Giselle Laguardia Valente as vê como a transferência para o ambiente do romance do rompimento pessoal das relações de Duarte com o Partido. Principalmente, por conta da aproximação deste último com Getúlio Vargas, embora tal não impedisse que o primeiro sempre manifestasse apoio, como a própria UDN o fizera, à manutenção de sua legalidade. No mais, ainda relacionado a este ponto, Valente identifica na narrativa do autor a sua visão de que é “impossível ao proletariado rural e urbano entender o que as esquerdas tentavam lhes dizer”. Para a historiadora, Duarte inclusive preconizaria, no excerto de *Tempos Temerários*, “a luta popular espontânea, como uma forma ‘justa’ de luta, desvinculada da ideologia marxista e dos seus padrões explicativos dos conflitos de classes”. *Op. Cit.*, p. 197.

³¹ **A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p 29.

quais os rumos que teriam tomado a questão. E a constatação básica de que parte é que, “sob o pretexto de exigir o assunto maiores estudos, o projeto pouco avançara”:

Pareceres que foram emitidos concluíram por essa forma ou esgalhavam o tema da reforma agrária em direções diversas, em buscas e indagações de outros problemas.³²

Por isso, em *R A* o procedimento adotado é argumentar no sentido de entender e refutar as resistências “naturais” e “imprevistas”, como também de aglutinar e coordenar as “exaltadas adesões” ao programa de reforma proposto, até para compreender o porquê de não ter avançado.

Contra as resistências, caberia desarticulá-las com base em argumentos que mostrassem a necessidade imediata de interferir na estrutura agrária brasileira, ou seja, no latifúndio em que se apoiava. Em favor das adesões, caberia definir mais precisamente o que se deveria entender por reforma agrária e o que lhe faria parte ou não.

Voltada para o convencimento, e diferente do ensaio, o trabalho encontra-se então disposto em sete capítulos, com os assuntos claramente delimitados ainda que relacionados. Nele, Duarte procurará oferecer ao leitor uma compreensão mais incisiva dos temas suscitados pela questão.

Fundamental para o percurso da obra, o primeiro capítulo centra-se na definição da “grande propriedade” ou “propriedade grande”, com os seus conseqüentes problemas em geral e no Brasil. Depois de expor quais seriam os pontos iniciais que justificariam a necessidade de uma reforma agrária, o segundo capítulo detalha os danos causados pelo estabelecimento e perpetuação da grande propriedade.

Os capítulos seguintes centram-se mais especificamente sobre o significado da reforma agrária. No terceiro, Duarte procura defini-la, estabelecendo no quarto qual a forma mais adequada de implantá-la no Brasil. No quinto, encara o problema das disposições constitucionais em relação à reforma agrária. Já no sexto capítulo retoma a questão da municipalidade, discussão que também se faz

³² *R A.*, pp. 09-10.

presente em *O P*, e sua relação com a reforma agrária, enquanto que o sétimo capítulo sintetiza as conclusões do autor.

Para Duarte, os problemas essenciais que teriam de ser sanados eram os efeitos sociais provocados pela predominância do latifúndio e que submetiam os trabalhadores rurais a condições degradantes, que no mais evidenciavam profundas repercussões políticas. Segundo o autor, os direitos conquistados com a legislação trabalhista pelos trabalhadores urbanos não se estendiam ao campo:

justas leis sociais não estendendo os privilégios ao mais tristes dos nossos trabalhadores.³³

Os cuidados ao apresentar a necessidade de mudar este painel passavam pela ênfase na transformação da mentalidade da população rural e dos setores mais conservadores (inclusive dos grandes proprietários), destruindo determinados receios que não encontrariam sentido de ser. Do mesmo modo, procurava demonstrar a necessidade de certos requisitos que uma verdadeira reforma agrária não poderia abrir mão. O que passava também por demonstrar que a reforma agrária deveria ser implantada, em toda a sua plenitude, como um processo de ações continuadas e não de forma imediata.

Com isso, Duarte parecia antecipar as preocupações com o clima de hostilidade que se criaria no país por conta das reivindicações que progressivamente ficariam conhecidas como “reformas de base” – protagonizadas, sobretudo, por setores urbanos, sindicatos, organizações e partidos de esquerda – e pelas resistências que a elas seriam impostas por forças conservadoras.

Não por acaso, essas preocupações seriam retomadas em 1968, em pleno ano de endurecimento do regime militar então implantado, no romance *Cavalo de Deus*. Desta vez, a maneira de fazê-lo será através da crítica à trajetória do

³³ **R A.**, p. 65. Duarte antecipa e integra, portanto, as perspectivas predominantes sobre a relação dos períodos de governo Vargas (o primeiro 1930/1945 e o segundo 1951/1954) e todos os governos “populistas” com a massa camponesa. Coincide, por exemplo, com a visão de Elisa Pereira Reis: “A despeito do espantoso desenvolvimento do país no período 1930-64, é altamente duvidoso creditar ganhos significativos a todas as classes pobres rurais no Brasil durante este período. Enquanto o país conhecia um considerável progresso industrial e os trabalhadores urbanos se beneficiavam da nova legislação social, a sorte dos camponeses e trabalhadores rurais não melhorou”. “Cem Anos de Questão Agrária” In **DADOS**. Rio de Janeiro, Vol. 32, N°. 03, p. 292.

sindicalismo brasileiro na figura de Damião, personagem de origem sertaneja que se tornaria líder político e sindical.³⁴

De origem humilde Damião insere-se na trama duarteana tolhido e manipulado pelas disputas entre o Partido Laborista (imbricado na máquina do Estado) e os comunistas para controlar a estrutura sindical. Além da crítica ao Partido Comunista, percebe-se agora a crítica indireta ao PTB enquanto representante da herança varguista, bem como aos seus excessos, que longe de auxiliar na implantação das reformas, serviam de mote, segundo Duarte, para acirrar as oposições a essas.

Na mesma linha, Duarte também critica no livro o oportunismo e o sensacionalismo da imprensa, que utilizando como subterfúgio as agitações provocadas pelos sindicatos praticamente as converteria em argumento anticomunista.³⁵

Sempre preocupado com os efeitos das turbulências, tais como as descritas no romance, para a preservação da democracia, Duarte seria mais uma vez desafiado pelo regime militar, abrindo espaço para mais uma vez perscrutar até que ponto mais uma experiência autoritária trazia embutida em si uma reiteração de determinadas constantes.

Buscaria então examinar os problemas levantados por tal fato, para só depois formular possíveis soluções. Quatro anos antes de sua morte, em 1966, esta seria a expectativa de um dos futuros fundadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tal como se vê no prefácio da segunda edição de *O P*:

O livro tem e já deve ter certo recuo histórico. Mas é precisamente isso que o torna mais oportuno e necessário diante das perplexidades e dos problemas críticos da hora presente, a exigir distância e altura para começar a ser entendida e decifrada.

*O autor tem recebido solicitações freqüentes para reeditar este livro. E o faz agora, na esperança de que um instrumento de estudo e de pesquisa, por mais isento que seja, é uma forma de participação inevitável na luta e nos compromissos do desenvolvimento e da grandeza política de nosso País.*³⁶

³⁴ Utilizo a única edição de **Cavalo de Deus**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968.

³⁵ O ponto é ressaltado também por Valente em *Op. Cit.*, pp. 208-209.

³⁶ p. XI e XII. Os grifos são do autor.

Isto posto, cabe agora esclarecer o porquê de nos debruçarmos em especial sobre *A Ordem Privada...* e *A Reforma Agrária...*, visto que, delineada a obra como um todo, podemos afirmar que “ (a) trajetória política, as obras de filosofia do direito, de sociologia, de direito agrário e os romances de Nestor Duarte revelam-se complementares” (?).³⁷

É que para nossos propósitos são nestas duas obras, especialmente na primeira, que tais preocupações, sintetizadas no conceito de ordem privada, aparecem mais claramente de maneira singular, como se constituíssem o traço final e mais acabado do argumento duarteano.

Neste sentido, podemos parafrasear Victor Goldschmidt, e concordar que “é... preciso reconhecer que um autor possui sob certa forma, idéias, antes de poder pensar em expô-las (e, no nosso caso, continua a tê-las posteriormente). Mas essas idéias não terão sua forma certa, sua descoberta não estará propriamente concluída, senão com o traço final da obra”.³⁸

Por isso, consideramos pertinente centrarmo-nos sobre as categorias internas ligadas à noção de ordem privada e que se encontram naquelas obras. Até porque, longe de não levar à abordagem de seus contextos (seja o local, seja o nacional) a atenção às mesmas pode melhor revelar o que a interpretação de Duarte possui de mais atrativo sem restringir o seu entendimento a um mero reflexo das épocas em que foram elaboradas.

2. Conceitos, Obras e Contextos

A definição do pensamento político de Nestor Duarte como objeto de estudo supõe evidentemente existir uma razão relevante para que seja retomado. De acordo com o que sugerimos até aqui, a análise do conceito de ordem privada pode ser um meio adequado para se chegar ao que possui de diferencial sua obra (particularmente, os livros voltados para uma reflexão mais explicitamente política).

³⁷ Valente, *Op. Cit.*, p. 168.

³⁸ **A Religião de Platão**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970, 142.

Porém, ainda assim, não estaria claro qual o sentido de examinar tal conceito no presente, podendo inclusive se argumentar, de distintas maneiras, sobre a validade ou não de tal empreendimento.

De nossa parte, partimos da idéia, como já enunciado, de que embora *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* não venha merecendo maiores explorações – ainda que seja considerado um clássico por muitos analistas – se mostra capaz de despertar interesse, seja pela curiosidade e ou estranheza que o radicalismo contido nela suscita, seja pelas indagações que problema ainda hoje tão trabalhado como o do privatismo provoca. Ou seja: mantida a constatação de que público e privado constantemente se confundem na experiência brasileira, o que a elaboração do termo ordem privada implica neste debate que permanece contemporâneo?

Da mesma maneira, podemos afirmar nesta linha que algumas categorias duarteanas, como a de feudalismo, levam inevitavelmente a percorrer o debate sobre o significado de sua aplicação em um contexto histórico no qual tal coisa não parecia absurda, ou sua inadequação não se tornara quase naturalizada; ou então, podemos acrescentar que o significado emprestado pelo autor ao seu projeto de reforma agrária, enquanto proposição para pôr fim à tomada da dimensão pública pela privada, traduz uma visão global que se distingue da concepção mais restrita que atualmente se tem do tema, caso sejam confrontadas.

Posto nestes termos, o tratamento que pretendemos dirigir às obras do autor se diferencia tanto das abordagens que privilegiariam o “empirismo”, como daquelas que privilegiariam o “historicismo” no estudo das obras e dos autores considerados “clássicos”. Pois, como afirma Jeffrey Alexander, as duas tendências, apesar de lembrarem à primeira vista dois campos inteiramente diversos, evidenciam no fundo uma coincidência fundamental: “ambas se opõem a que os objetivos da ciência social contemporânea se misturem com a discussão de textos históricos”; se opõem, portanto, à importância dos “clássicos” na ciência social contemporânea.³⁹

³⁹ “A importância dos clássicos” In **Teoria Social Hoje**. Antony Giddens e Jonathan Turner (org.) São Paulo, Ed. UNESP, 1999, pp. 23-24.

Adaptando a discussão de Alexander para nossos propósitos, e ao contrário daquelas, trataremos Duarte como um “clássico local”, o que, por si só, não significa tomar sua obra como documento datado, desde que, nos termos do sociólogo, por “clássico” não se deva entender nenhuma reverência automática, mas sim uma designação apropriada à obra que passa a ser compreendida como “o resultado do primitivo esforço da exploração humana que goza de status privilegiado em face da exploração contemporânea no mesmo campo”. E, ao mesmo tempo, entendendo o conceito de “*status privilegiado*” como “o que os modernos cultores da disciplina em questão acreditam poder aprender tanto com o estudo dessa obra antiga quanto com o estudo da obra de seus contemporâneos”.⁴⁰

Conforme expusemos, embora pouco abordado, as análises que se referem ao pensamento político duarteano acabam geralmente o classificando como o representante destacado de uma corrente de interpretação a qual se vinculariam vários autores (inclusive contemporâneos): a corrente “privatista” ou “feudalista”. O fato de o intérprete ser lembrado dentro desta tradição é um indicativo então de que pode desfrutar entre nós daquele “status privilegiado” de que nos fala Alexander.

Além do mais, trata-se de um dos autores que mais salientam em seu livro mais conhecido a tentativa de realizar um ensaio sob o prisma de uma “sociologia política”. Algo que, de partida, se constitui em estímulo para procurar entender o que queria dizer com a expressão, tendo em conta a própria evolução das ciências sociais no Brasil, e na medida em que, principalmente a partir das três últimas décadas, passa-se a reconhecer nossas dívidas para com os “ensaístas”, tomando-os dessa vez não apenas como nossos predecessores, mas também como fonte contínua de idéias e questões as quais quase sempre nos voltamos.⁴¹

⁴⁰ *Op. Cit.*, p. 23.

⁴¹ Essa relação entre as ciências sociais brasileiras hoje e o reconhecimento da importância dos ensaístas como parte integrante, inclusive, de uma de suas áreas mais diversificada e crescente – chamada, “com maior ou menor propriedade”, de “pensamento social no Brasil” ou “pensamento político brasileiro” – encontra-se nas páginas iniciais do artigo de Gildo Marçal Brandão “Linhagens do Pensamento Político Brasileiro” In **DADOS**. Rio de Janeiro, IUPERJ, Vol. 48, Nº. 2, 2005, pp. 231-233.

Logicamente, estruturado deste modo, o trabalho poderia ser questionado por aquelas duas tendências mencionadas acima.

A começar pelo ponto de vista empirista, poderíamos derivar de tal perspectiva que o valor de uma obra como *O P* provavelmente deveria se limitar a um registro datado, cuja importância seria determinada pelo quanto os pressupostos e conclusões do livro poderia ser corroborado ou colocado em xeque pelos dados que se acumularam até hoje.⁴²

Neste sentido, poderia se objetar para o nosso caso que o diagnóstico duarteano, ao salientar o caráter predominantemente rural e feudal da sociedade, não contempla transformações sociais, econômicas e políticas que tanto as ciências sociais como a historiografia mais recente (seguindo em alguns casos, inclusive, as pistas de contemporâneos do autor) apontam como fenômenos palpáveis à época.

No mais, além do questionamento que se poderia dirigir ao modo como o autor encara os processos de evolução urbana e industrial, também poderia ser apontado o fato dele não atentar para certas nuances que dinamizariam as relações entre o poder central e o poder local. O que implicaria, inclusive, na discordância de que poder econômico e poder político se correspondessem de uma forma tão intensa, ou então na discordância de que houvesse uma oposição tão forte entre o privado e o público como são ressaltadas pelo intérprete.

Dentro disso, pesquisadores contemporâneos poderiam apontar, por exemplo, que os impactos da industrialização e da urbanização em curso já eram percebidos, dentre outros, por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, livro que se fará extremamente presente na argumentação de Duarte em *O P*, o que só agravaria a suposta pouca atenção a estes fenômenos.

⁴² Jeffrey Alexander assim sintetiza o “desafio” que o empirismo impõe aos “clássicos”, através de como os positivistas fundamentalmente definem as ciências sociais: “(...) Para os positivistas, significa que, a longo prazo, a ciência social terá também (a exemplo das ciências naturais) de ignorar os clássicos, devendo a atenção a eles ser limitada a curto prazo. Os clássicos serão aniquilados pela mera informação empírica. Exegese e comentário – indícios seguros de *status* privilegiado – não tem lugar nas ciências sociais”. Continuando, Alexander afirma que essas conclusões “se baseiam em duas pressuposições. A primeira é que a ausência de textos clássicos na ciência natural denuncia seu *status* puramente empírico; a segunda é que ciência natural e ciência social são no fundo a mesma coisa”. *Op. Cit.*, p. 25. Exemplar de tal perspectiva, no entender de Alexander seria a posição de Merton.

Além do mais, vinculada a estes processos, também poderiam opor o fato do autor baiano, ao contrário de, por exemplo, Oliveira Vianna e principalmente Azevedo Amaral não ter atribuído devida importância à expansão do aparato estatal sob Vargas.

Indicativo de visões como essas, embora de nenhuma forma deixe de reconhecer a importância do pensamento político duarteano, podem ser encontradas de algum modo em Luiz Guilherme Piva, que ao intelectual baiano faz não poucas cobranças empiristas. De alguma maneira, situa Duarte como um autor de menor expressão frente a Amaral, Vianna e Holanda, sentenciando na análise de *O P*, dentre outras coisas, que por causa da não atenção à expansão industrial e à urbanização, sem contar a suposta redução do problema da escravidão, a economia acaba sendo “a grande ausente do livro”.⁴³

Do mesmo modo, linhas de pesquisa que partem do estudo de Victor Nunes Leal, poderiam rebater o radicalismo de Duarte no que diz respeito ao tratamento do privatismo e do poder local. Em primeiro lugar, porque para Leal a modalidade de privatismo operante na República, articulada de forma cada vez mais dependente da organização pública, é diferente do privatismo predominante na época colonial – este sim representado pelo controle dos proprietários de terras e escravos. Nesta chave, o coronelismo, enquanto “forma peculiar de manifestação do poder privado”, não podia ser uma continuidade do privatismo colonial. Pois, longe de ser resultado do fortalecimento do poder privado, ele antes era resultado de seu enfraquecimento, em particular, devido à decadente influência dos chefes locais, especialmente dos senhores de terras, em face da evolução progressiva do poder público. E em segundo lugar, porque, como prossegue o autor, os chefes políticos não deixavam de portar um espírito de “empreendimento público”, visto que era por meio de sua influência diante do Estado que hospitais e escolas eram construídos, reformas eram feitas, médicos, professores, juízes e funcionários públicos em geral eram contratados conforme as necessidades do município. E

⁴³ **Ladrilheiros e Semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940).** São Paulo, Ed. 34, 2000, p. 228.

não poucas vezes os custos das ações eram arcados com dinheiro dos próprios coronéis, mesmo com sua decadência econômica.⁴⁴

José Murilo de Carvalho é quem aponta para essa diferença de posições e para as linhas de pesquisa tributárias dessas visões, assumindo não que a obra de Duarte seja desimportante, mas sim tendendo a considerá-la um tanto datada, servindo antes mais como base para reformulações do argumento, enquanto Leal pareceria estar empiricamente mais correto: “(em Vitor Nunes Leal) o poder político não é reduzido ao poder econômico, o Estado e a ordem privada não se colocam como oposição inconciliável”.⁴⁵

Do ângulo dos historicistas, também chamados de “contextualistas”, um enfoque como o aqui proposto, que privilegia um estudo mais interno da obra e pressupõe a ligação com questões de interesse atual, acabaria comprometendo a possibilidade de verificar o que realmente o autor queria dizer no momento em que escreveu o texto.

Pois, levadas ao extremo, vertentes como as representadas por Quentin Skinner e J. G. A. Pocock sugerem que o significado dos textos somente pode ser encontrado levantando-se as imposições e limitações que os contextos *lingüísticos* exerceriam no momento de sua formulação. Não por acaso, permite-se desdobrar de tais linhas que, mais do que as obras, seriam os seus contextos que deveriam ser esgotados a fim de compreendê-las verdadeiramente.⁴⁶

Dessa forma, tratar da “ordem privada”, considerando o que o argumento ainda poderia suscitar no presente, levaria a contaminar com noções atuais a apreensão do real significado e da real intenção de Duarte, já que esses só

⁴⁴ Ver em especial os “Capítulos 1 e 2” de **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1975.

⁴⁵ Ver *Op. Cit.*, pp. 140-141.

⁴⁶ Para a discussão, utilizo principalmente o “Prefácio” de Skinner em seu conhecido livro **As Fundações do Pensamento Político Moderno** (São Paulo, Companhia das Letras, 1999), também o seu conhecido artigo “Meaning and Understanding in the History of Ideas” publicado na revista **History and Theory** (Vol. VIII Nº. 01, Michigan, 1978, pp. 03- 53), e o texto de Pocock “O Estado da Arte”, que aparece como “Introdução” no livro **Linguagens do Ideário Político** (São Paulo, EDUSP, 2003, pp. 23-62). Obviamente, não se pretende aqui uma avaliação mais aprofundada do assunto e dos autores, o que transcenderia aos limites deste trabalho. Ademais, é importante salientar que o destaque atribuído aos dois historiadores deve-se à importância que vêm assumindo muitas de suas assunções em estudos de teoria e pensamento político, mas não se perde de vista que são apenas representantes de determinadas vertentes do chamado contextualismo – tendência que agrega perspectivas bem amplas e, portanto, não se reduz ao historicismo da chamada Escola de Cambridge no qual Skinner e Pocock estão inseridos.

poderiam ser averiguados se restritos ao contexto preciso em que foi gestado o conceito.

Com base nisso, podemos assim verificar que tanto empiristas quanto historicistas coincidem ao afirmar a maior relevância dos contextos como pré-requisito para se chegar ao significado dos próprios textos.

Começando pelas correntes empiristas, poderíamos responder que não se desconhece que Duarte possa ter desprezado a intensidade de alguns fenômenos ou possa ter carregado nas tintas ao opor o mundo predominantemente rural e privatista que descreve à possibilidade de que pudessem nele conviver manifestações e espaços mais políticos.

Mas, reconhecer isso não significa afirmar que Duarte não tratou de manifestações como a industrialização e a urbanização, fenômenos em que, como já referido, o intérprete dispensa um tratamento peculiar, considerando-as ainda residuais não porque fossem desimportantes, mas porque, na verdade, não corresponderiam ao seu desejo de vê-las generalizadas por todo o território, alterando a paisagem do país.⁴⁷

Também não significa ser desnecessária a busca pelo que o autor entende por “política”. Pois, é procurando pelo seu significado no desenvolvimento da obra que podemos compreender o que o orienta a identificar radicalmente a inexistência de instituições verdadeiramente públicas ou a falta de uma ambiência integralmente coletiva.

Tampouco quer dizer que este mundo rural, imerso em relações tão atrasadas, embora pareça longe de nós, não possa nos oferecer uma *perspectiva* que merece ser explorada. Afinal, aplicando o que Raimundo Santos considera ser uma “marca” dos estudos brasileiros realizados sob a “chave da formação”, pode-se dizer que assim como Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, autores mencionados pelo sociólogo, também Nestor Duarte nos oferece uma “idéia de perspectiva”, a partir da maneira como também trabalhará a relação passado/presente.⁴⁸

⁴⁷ Como se pode ver discordamos, portanto, da visão de Luiz Guilherme Piva *Op. Cit.*

⁴⁸ Ver a entrevista de Raimundo Santos “Mundo Rural e Política”, concedida ao site **www.gramsci.org** (mimeo), p. 01.

O que torna possível afirmar, ainda com Santos, que se este mundo rural (“antigo”), tal como Duarte descreveu, encontra-se atualmente em declínio, há até mesmo por isso um “sentido” que é preciso valorizar: “É certo que o mundo rural ainda é, para imensos contingentes de brasileiros, um lugar de grande ‘miserabilidade física e moral’..., mas... há algum tempo a nossa agricultura já não é mais o *locus* das atividades mais atrasadas da economia. A convivência secular, mesmo contemporânea, entre o velho e o novo, conformando um sistema político elitista, sobretudo criando a cultura política clientelista, terminou garantindo uma sobrevivência residual àquela simbiose. Mas hoje este mundo antigo está em franco declínio, cujo sentido é preciso valorizar”.⁴⁹

Quanto à relação entre a necessidade de depurar os contextos lingüísticos como condição para revelar a verdadeira intenção do autor, enfatizada pelos contextualistas, poderíamos contestar em resposta que há aí uma pretensão exagerada que repousa em uma “confiança empírica na transparência do mundo social”, supondo que as “intenções sejam tão recuperáveis quanto os contextos (originais)”.⁵⁰

Pois, de acordo com a crítica de Jeffrey Alexander, essa pretensão de limitar ou resolver o significado dos textos em seus contextos de origem esbarra no fato de que não é incomum que as “intenções integrais” dos autores, no momento em que estão escrevendo, não sejam tão claras, ou até mesmo sejam desconhecidas, para eles próprios; imagine então, o quanto não seria para quem está tentando apreender tais intenções a posteriori.

Desdobradas para nosso trabalho, tais conclusões nos levam a ver que se o significado dos contextos e da intenção do autor não é tão transparente, torna-se praticamente impossível descartar o caráter interpretativo ou reconstitutivo na análise de textos tornados “clássicos” como *O P*. Embora isso não culmine em negar a verdadeira intenção de Duarte ao escrever o ensaio, resulta sim em admitir que aquilo que estava pensando possa ser descoberto partindo do próprio texto, entendendo-o também como um veículo intelectual de “direito próprio”.⁵¹

⁴⁹ Idem, p. 01.

⁵⁰ Jeffrey Alexander, *Op. Cit.*, p. 79.

⁵¹ A expressão é de Idem, *Ibidem*, p. 77.

No mais, a respeito da relação entre texto e contexto ou entre o “interno” e o “externo”, é ainda importante ter em mente que ambos não devem ser entendidos como elementos inteiramente dissociados na “integridade” da obra. O privilégio destinado a um ou outro são antes construtos teóricos, momentos necessários do estudo e não, como demonstrado no capítulo anterior, enfoques que se excluem de maneira imediata.

Algo que, nos termos de Antônio Cândido, pode ser sintetizado do seguinte modo: “hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que a explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários da interpretação”. O que termina na conclusão de que “o *externo* importa, não como causa; nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno”.⁵²

Quanto à possível “contaminação”, acusada pelos contextualistas, que o contexto presente exerceria sobre a análise dos textos passados, poderíamos justificar nossa abordagem ressaltando a própria natureza do objeto aqui estudado.

Afinal, como afirma Gildo Marçal Brandão, no caso da investigação de nossos “clássicos locais” - como seria Nestor Duarte – “não apenas o objeto a ser investigado não é uma preciosidade arqueológica, mas também sua exposição não pode ser dissociada do debate contemporâneo que lhe é momento e parte constitutiva”. Em vista disso, nesta condição, “não há como não confrontar leituras distintas do pensamento político- social brasileiro, especialmente os principais modelos de interpretação formulados nas últimas décadas, ao mesmo tempo verificando em que medida há continuidade ou ruptura entre as formulações clássicas dos convencionalmente denominados ‘intérpretes do Brasil’ e o trabalho

⁵² **Literatura e Sociedade.** Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2006, p. 08.

intelectual que vem sendo produzido na universidade segundo os métodos de investigação especializada”.⁵³

Tendo em vista essas indicações, não é por acaso que procuramos pelo diferencial da obra de Duarte não nos desvencilhando da maneira como seu argumento poderia ser ou é atualmente encarado. Na verdade, é por isso que começamos o presente estudo informando que o autor, quando é mencionado, aparece como membro da linha de interpretação privatista ou feudalista e, a partir disso, questionamos se encaixá-lo desse modo esclarecia todos os aspectos que levanta em sua interpretação.

Sinteticamente, como de certo modo já adiantamos, comentaristas qualificam como privatistas ou feudelistas aqueles autores que salientam a proeminência dos grupos e interesses particularistas, o que impediria, limitaria ou subverteria a política. Em geral, é ressaltado que a compreensão da realidade do Estado para os membros dessa linha se confunde com a derivação dos compromissos privados e locais ou com a sujeição reiterada da estrutura estatal aos mesmos.

Freqüentemente, essa linha é colocada como oposta à interpretação chamada “patrimonial” ou “estamental-burocrática”. Analistas do pensamento político e social brasileiro reconhecem que nesta tendência também há a constatação de que predomina a subversão da dimensão pública pelos interesses privados, mas este seria resultante não da pujança dos particularismos vinculados aos localismos oligárquicos, e ao poder dos grupos ou classe proprietários, e sim derivaria dos constrangimentos que o Estado imporia sobre a sociedade civil,

⁵³ Segundo Brandão, o problema de argumentos como o de Skinner é que ele procura juntar o que deveria ser tratado de forma separada. Na verdade seria consistente a crítica “feroz” que faz às tentativas de interpretar grandes textos do pensamento político esvaziando-os de historicidade. Pois, “procura evitar que todos sejam tratados como contribuições a alguma espécie de *theoria* ou *philosophia perennis*”. O problema é quando o historiador “recusa toda interpretação que ultrapasse o estrito significado histórico (ou historicista?)”, o que “acaba levando à cisão entre teoria e história, entre o momento histórico e o sistemático no tratamento das idéias e da compreensão de um texto, bloqueando, enfim, “qualquer relação entre os interesses teóricos contemporâneos e as pesquisas sobre o significado dos textos históricos”. Além disso, como prossegue Brandão, se uma das particularidades do estudo do pensamento político – e em nosso caso do pensamento político brasileiro – é que ele aspira ser parte constitutiva do objeto estudado, então, no exame de suas grandes obras, a referência àquelas leituras “deve operar aí como elemento de controle, e em vários momentos, como dimensão polêmica contra as análises que buscam entender um pensamento coerente e original a partir de seu exterior” (citando Gabriel Cohn). *Op. Cit.*, pp. 237-238.

dominado que seria por um estamento que acabaria por submeter ou separar os interesses gerais dos seus, e até por isso motivando as regressões para as unidades mais restritas.⁵⁴

Da mesma forma que Nestor Duarte é apresentado como o típico representante da tendência privatista, Raymundo Faoro, através da interpretação que realiza em *Os Donos do Poder*, é tido como a figura típica da tendência patrimonial.

Um exemplo de tal classificação é a que realiza José Murilo de Carvalho, que chega a chamar a atenção para o fato de que, direta ou indiretamente, os trabalhos contemporâneos que versam sobre poder local, privatismo, mandonismo e clientelismo estariam remetendo, na verdade, a um debate clássico na historiografia brasileira. Para o historiador, Duarte e Faoro estariam nesta discussão tendo suas posições “apenas atualizadas e aperfeiçoadas na produção mais recente”.⁵⁵

Outros exemplos neste sentido são os de Simon Schwartzman e Bolívar Lamounier quando, tomando Duarte e Faoro como essas figuras típicas, ambos procuram examinar a adequação histórica de suas conclusões.

No entender de Schwartzman, a tese duarteana de uma ordem privada faria sentido se restrita ao período colonial que se estende até a segunda metade do século XVIII, quando “um crescente enrijecimento do controle da administração colonial” sobre a economia teria acompanhado a passagem do sistema econômico baseado na cana-de-açúcar, no Nordeste, para um sistema de mineração do ouro e diamante no Centro-Sul, estando mais apropriada, portanto, para descrever os demais períodos a partir deste, a tese de Faoro.⁵⁶ Lamounier, por sua vez, tenta mostrar a compatibilidade das duas teses. Em primeiro lugar, afirma que faz sentido a idéia do patrimonialismo de Faoro desde que este seja tomado como mais fraco na experiência brasileira, “compatível com a hipótese de certa dispersão originária do poder”. Em segundo lugar, salienta que a tese de Duarte

⁵⁴ As tendências privatistas e patrimoniais, aqui apresentadas com certa simplificação, aproximam-se das trabalhadas por Fernando Henrique Cardoso em **Autoritarismo e Democratização**, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1975, pp. 165-171.

⁵⁵ *Op. Cit.*, p. 141.

⁵⁶ *Op. Cit.*, pp. 17-18.

estaria também correta se não se pensasse o poder privado como o sinônimo de uma classe senhorial politicamente compacta, e sim como uma classe que comportaria conflitos e dissensões internas. Assim, prossegue Lamounier, poderia se admitir que tanto o “patrimonialismo oficial” se feudalizava na prática – não sendo fenômeno impotente – como a visão de dispersão originária do poder não seria suficiente para desembocar em um sistema feudal como o vivido no medievo europeu.⁵⁷

Sem questionar a propriedade dessas classificações, resta perguntar, entretanto, se certa comodidade em assim situar o autor, não estaria levando a pensá-lo de uma perspectiva reduzida, tornando desinteressante retomar a sua leitura e contentando-se em considerá-lo o representante “típico” de uma linha interpretativa que se constitui de muitos autores que iriam de Oliveira Vianna, Nelson Werneck Sodré a Maria Isaura Pereira de Queiroz. Maneira pela qual se poderia, prendendo-se somente a ela, acabar ressaltando muito mais o ponto comum, e, por vezes, resultando em deixar de lado as particularidades que os caracterizam.

Por fim, no que diz respeito ao “conceito” de “ordem privada”, resta esclarecer que não se deve entender por isso o sinônimo de uma construção teórica sistemática, formulada previamente por Nestor Duarte com vistas a aplicá-la a um objeto determinado.

Na verdade, a compreensão de seu significado pode ser aproximada das sugestões que elabora Theodor Adorno sobre o método e o processo de construção conceitual que caracterizam o ensaio: “o próprio método do ensaio expressa sua intenção utópica. Todos os seus conceitos devem ser expostos de modo a carregar os outros, cada conceito deve ser articulado por suas configurações com os demais. No ensaio, elementos discretamente separados entre si são reunidos em um todo legível; ele não constrói nenhum andaime ou estrutura. Mas, enquanto configuração, os elementos se cristalizam por seu

⁵⁷ *Op. Cit.*(2005), p. 25, ver nota 06.

movimento. Essa configuração é um campo de forças, assim como cada formação do espírito, sob o olhar do ensaio, deve se transformar em um campo de forças.”⁵⁸

Por isso, a noção de ordem privada deve ser apanhada em cada aspecto que a integra, no próprio movimento da leitura que Duarte realiza, partindo do ensaio em que se origina, para depois chegar ao projeto em que, sob outro formato, permanece orientando a análise da situação agrária brasileira.

⁵⁸ “O ensaio como forma” In **Notas de Literatura I**. Tradução: Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Ed. Duas Cidades; Ed. 34, 2003, p. 31.

II. A LEITURA DUARTEANA: sob o signo do privado

3. Privatismo e Ordem Privada: as implicações políticas

A demonstração de como Nestor Duarte desenvolve seu diagnóstico deve passar pelo fato de que quando se refere à existência de uma ordem privada está querendo dizer que o privatismo brasileiro não é um fenômeno restrito apenas ao passado.

Na verdade, não obstante ressalte a centralidade da *Colônia* no tratamento do problema, a intenção do autor é partir do modo como se solidificou o fenômeno no período sem, no entanto, reduzi-lo a uma manifestação distante, descartando a

impressão de que não possuísse contornos atuais mais amplos à época em que escreveu o ensaio.

Sem desconhecer que certos traços posteriormente teriam assumido ou se assimilado com outras formas, é com base neste período – particularmente com o estabelecimento do regime das capitanias hereditárias – que Duarte identificará os fundamentos pelos quais se perpetuaria o domínio das tendências mais particularistas sobre as de caráter público ao longo da história brasileira:

É o primeiro estabelecimento (com a implantação do regime capitanial) de uma sociedade constante e duradoura no Brasil.

O estudo que se queira fazer da futura sociedade brasileira, das camadas que a formam, das estruturas que a compõem e sustentam, deve partir dessa época, sobretudo se se quer proceder a uma observação dos planos primeiros e mais profundos dessa sociedade. Um corte longitudinal há de nos revelar, ainda que soterrados pela sedimentação ulterior de novas camadas formadas por tantas influências diversas e remotas, os traços dessa organização a se refletirem nas formas e composição dos futuros estádios de nossa sociedade, principalmente na sua atividade de ocupação e apropriação do solo e relações econômicas e sociais que essa atividade suscitou e engendrou.⁵⁹

Neste caso, segundo o intérprete baiano, “não importa dizer” que essa forma de colonização também foi adotada em outros países, posto que “nem por isso prevaleceu como uma constante da sociedade que lhe sobreviveu”, como teria ocorrido conosco. O autor então apresenta a conservação das principais inclinações dessa época como o “fato mais significativo e característico” que cumpriria destacar em nossa sociedade.⁶⁰

Duarte insiste na afirmação de que, “como sempre”, a “organização social e política reflete a própria organização econômica”, assim como esta última “traduz as condições naturais”. Entretanto, dessa correspondência intrínseca, o que ele pretende ressaltar são os efeitos ou os percalços políticos causados justamente por tal enlace.⁶¹

Não por acaso, deixa claro no capítulo II de *O P* que embora seja acertado constatar a ocupação de qualquer solo nacional pelo proprietário privado ou pela propriedade privada como se fosse uma “regra geral”, seria um equívoco não

⁵⁹ *OP*, p. 22.

⁶⁰ *Idem*, p. 25.

⁶¹ *Idem*, p. 25.

perceber, particularmente em nosso caso, que essa ocupação geraria e legaria, através do sistema de capitanias, fortes prerrogativas para o latifundiário exercer e concentrar poder de maneira considerável, o que, por si só, trazia conseqüências fortemente deletérias para a evolução política do país:

(...) o fenômeno que desejamos retratar e apontar consiste menos nessa simples ocupação de todo o solo pela propriedade privada, do que na circunstância do proprietário privado guardar e exercer o governo, precedendo ao poder político, propriamente dito, que só surge e vive modificado pela concorrência e hostilidade daquele.⁶²

Dessa forma, não objetivando reconstruir episódios de maneira exaustiva, Duarte procura extrair o que na colônia teria se constituído como sólido e “indestrutível”, ou seja, essa “organização privada”. Iniciando por uma análise mais estrutural do período chega às extensões políticas do privatismo, identificando, assim, a feição de *ordem* que o fenômeno assumiria e seria continuada nas etapas posteriores.

Aliás, é interessante como, referenciado na colônia, relacionará termos tão fortes como “ausência de vínculos”, “dispersão”, “fração”... com um suposta sedimentação que descreve em relação às unidades mais restritas. Ao mesmo tempo, não é tão fácil assimilar de imediato como essa profunda organização social, de caráter particularista, impedirá a organização política e até ocupará seu lugar atendendo, no entanto, a funções contrárias ao espírito público:

Se à primeira vista podemos dizer que essa sociedade é desorganizada – e a expressão não tem nem procura ter valor propriamente exato – se tamanha dispersão, aliada ao individualismo informe de seu componente, pode dar a impressão genérica, *grosso modo*, de que a Colônia não obedece a uma organização, como se possível fosse a qualquer aglomerado considerável, como o seu, viver como horda sem lei nem regras, uma reflexão mais demorada nos levará a retificar o conceito, para concluirmos que essa sociedade colonial, dispersa, arquipelágica, móvel, inflexível, irrequieta, só é desorganizada, ou melhor, inorganizada, *no sentido político*. Sua indisciplina é propriamente política. É uma sociedade apenas anárquica por ser apolítica ou antipolítica. ‘Uma terra em que nenhum homem é republico, para repetir Simão de Vasconcelos.⁶³

Esse modo de observar o problema será o roteiro proposto e seguido em todo o livro. E é justamente este roteiro que tomará como mote para se diferenciar

⁶² Idem, p. 25

⁶³ Idem, pp. 59-60.

de outros autores e, logo, distinguir a natureza do seu empreendimento da dos demais:

Dizer... que nessa sociedade colonial prepondera o privatismo é *muito pouco*. Alguns de nossos escritores e historiadores chegam a tocar, de certo modo, nessas tintas. Vêm antes, porém, cambiantes, registram aspectos desse privatismo, chegam a afirmar a generalização do fenômeno, *mas não o tomam como fato a sistematizar na interpretação e na explicação dessa organização social*.⁶⁴

A demarcação dessa diferença é evidenciada ao final do terceiro capítulo, quando o intérprete seleciona para isso os seguintes autores: Pedro Calmon, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

Começando por Pedro Calmon, historiador baiano e o menos conhecido nacionalmente dentre os quatro, a discordância de Duarte reside no fato do trabalho daquele ter incorporado a “tese tradicional” de que “o Estado provém do poder familiar”. Embora reconhecendo as qualidades da *História Social do Brasil* produzida por Calmon, a visão duarteana salienta que o equívoco do historiador estaria em estabelecer essa relação sem se dar conta que do poder familiar não haveria a possibilidade de se evoluir politicamente ou se formar um Estado efetivo:

já... Aristóteles havia refutado a assertiva, mostrando que a família, diferindo do Estado por natureza e fim não podia chegar até ele.⁶⁵

Caso se aplicasse esse esquema à nossa realidade, prossegue Duarte, apenas se permaneceria em um mesmo estágio de política subvertida, com um Estado existindo de forma limitada.⁶⁶

Em relação a Oliveira Vianna, será este também o tom da crítica. Pois, segundo tal perspectiva, o autor fluminense, ainda que constataste o privatismo, acabaria abandonando o problema ao procurar a explicação de “tendências” ou “diretrizes” de nossa “fenomenologia social e política” caindo, além do mais, no “quase apologismo” da “instituição familiar” e “da organização tribal e gentílica”.⁶⁷

Quanto às reflexões de Gilberto Freyre sobre o fenômeno, Duarte as qualifica como “um pensamento e uma orientação precisa e permanente em torno

⁶⁴ Idem, p. 61. Os itálicos são meus.

⁶⁵ Idem, pp. 61-62.

⁶⁶ Idem, p. 61- 62

⁶⁷ Idem, pp. 61- 62.

do nosso familialismo”. Contudo, afirma que embora Freyre tenha identificado na casa-grande um “sistema econômico, social e político”, e que a “força” teria se concentrado nas “mãos dos senhores rurais”, teria antes se preocupado em produzir uma história social “*íntima*”, analisando a casa-grande antes “de fora para dentro” do que, como será o objetivo de Duarte no ensaio, analisá-la de “dentro para fora”, ou seja, da unidade familiar para suas implicações para o mundo político.⁶⁸

No que diz respeito a Sérgio Buarque de Holanda, Duarte considera *Raízes do Brasil* (“livro que se lê divergindo e negando, por vezes, mas que se deixa cheio de idéias e rico de conceitos, como uma visão que se amplia”) uma obra com propósito “claramente denunciado” de ligar o familialismo ao fenômeno político brasileiro. Também identifica no argumento buarqueano a oposição entre o fenômeno familiar e o Estado pleno, “como o faz vitoriosa corrente sociológica contemporânea”.⁶⁹

Contudo, para o intérprete baiano, *Raízes* não chega a alargar o problema político, pois o central em sua análise seria antes o problema cultural brasileiro, os fatores morais e psicológicos. Algo distinto, portanto, do que Duarte pretendia em *O P*, onde, sem esquecer ligá-lo a outros aspectos, o autor salienta que o principal objetivo seria produzir um livro de abordagem antes de tudo política: “Nós, de nossa parte, queremos ficar, apenas, no ensaio político”.⁷⁰

Tendo em conta essas diferenças, e relacionando-as a todo o desenvolvimento da obra, pode-se então concluir que o propósito do intérprete era procurar compreender o privatismo atendo-se às suas extensões políticas, à forma como do íntimo e da cultura ele iria impedir a penetração mais firme do Estado por todo o período colonial, o Império e a República. Ou então, como esse domínio se transporia para as “redobras” do Estado com a Independência.

Se estudos mais “sociológicos”, como os de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, ou um trabalho historiográfico sensível a este olhar, como o de Pedro Calmon, é o que permite entender a relevância do privatismo em nossa formação,

⁶⁸ Idem, p. 62.

⁶⁹ Idem, p. 62.

⁷⁰ Idem, pp. 62- 63.

será a interlocução com uma ênfase mais política nessa “sociologia” que permitirá a Duarte derivar uma ordem privada do fenômeno, acentuando ainda mais que Holanda a oposição entre o público ou mais geral (Estado) e o privado ou mais particular (família).

Definido o intento de Duarte, e aproveitando alguns pontos desta discussão, talvez seja interessante nos voltarmos para o final do capítulo I e atentar para o que Duarte entende de uma maneira mais clara por “política”, e como essa definição se substancializa nas noções que tem de “Estado” e “soberania”

É claro que não se trata de se ater a uma formulação teórica sistemática sobre o assunto – como diz o autor, “não vale aqui digressionar sobre a natureza conceitual e história do Estado, como fenômeno político” – mas tais noções são de fundamental importância para compreender o porquê de a ordem privada ser, em termos duarteanos, contundentemente “apolítica” ou “antipolítica”.

Em primeiro lugar, Duarte inclina-se a compreender a “política” como a dimensão por excelência do poder. Algo que evidentemente não implica em considerá-lo uma manifestação ausente em outras dimensões da vida social, mas que culmina em entender que é apenas na política que o poder é entendido não apenas como uma consequência ou um meio e sim como o seu próprio “fim”, residindo aí, portanto, a sua peculiaridade frente a outras dimensões.

Quando configurada em uma “esfera” própria, distinta de outras como a família, a religião, a economia... ela então se desdobra em “Estado” porque é na ordem estatal que “o poder do mando e governo é o próprio fim da organização, que só se institui para caracterizar e precisar esse poder”. É então neste tipo de ordem que o poder se organiza “para o poder mesmo”, “*não*” o exercendo por uma “*consequência de outra função ou atividade social*”.⁷¹

Por isso, na ótica duarteano, o Estado corresponde ao “fenômeno político diferenciado”, pois, se confunde com a:

organização, chamemo-la grupo ou ordem, pouco importa, que se constitui para exercer, com a força social, a função mais geral e extensiva de dirigir e governar a todos os membros e grupos menores componentes de uma determinada comunidade nacional.⁷²

⁷¹ O P, p. 14. Os itálicos são meus.

⁷² Idem, p. 14.

É ele gerado pela “necessidade de direção e governo da comunidade” que o próprio grupo “engendra e forma para melhor expressar e exercer o poder de governo da sociedade”:

É o governo desta (de toda a sociedade), enquanto os outros são o poder ou governo desse ou daquele grupo ou subgrupo em que ela se divide. Não é, por isso, o Estado um poder familiar, ou religioso ou econômico. É um poder diferenciado. Este é o seu conceito de fenômeno puro, estreme dessa ou daquela ideologia ou teoria que o concebia dessa ou daquela forma.⁷³

Dessa forma, correspondendo à índole da política e do Estado a lógica pública, coletiva e geral, e não a lógica privada, mais restritiva e particularista, tem-se que para Duarte quaisquer outras formas de poder que incorporassem o segundo tipo de lógica ou uma mistura das duas – como no caso da relação existente no Brasil entre o poder dos grandes proprietários e do Estado – seriam antes formas apenas só aparentemente políticas, tendentes à sua própria autonegação, ou a um ensejo que não pode se desdobrar completamente, e por si só, em poder político.

Em decorrência disso, a “soberania” típica do Estado só seria confirmada ao se constituir em “poder incontestável, inconcorrente, único”, sendo o “espírito político” por isso mesmo “extenso” e “largo”, com “nítido sentido extragrupal,... infenso a tudo que restrinja, particularize e divida a força social de que precisa dispor”.⁷⁴

Assim, o Estado só atinge soberania plena quando:

Dirige-se, por assim dizer, ao geral, à generalidade, cuja expressão mais própria e justa é o termo *res-publica*, a coisa pública, que ele traduz e representa.⁷⁵

Em vista de tais definições, poderia parecer que o emprego de termos como “esfera” para se referir a uma dimensão política realmente diferenciada e a ênfase em defini-la como a dimensão por excelência do poder mais “puro” se aproximariam aos empregados pela sociologia alemã, e em especial a de Max Weber. Afinal, lembremos, é se referindo a Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes*

⁷³ Idem, p. 14.

⁷⁴ Idem, p. 15.

⁷⁵ Idem, p. 15.

do *Brasil*, livro em que assumidamente o autor paulista é influenciado pela perspectiva weberiana, que o intelectual baiano identifica como sendo extremamente adequado o destaque à separação entre família e Estado, considerando tal vertente, ademais, “vitoriosa sociologia contemporânea”.

Contudo, embora pareça difícil que Duarte não conhecesse o sociólogo alemão – até porque, além de ter lecionado sociologia e produzido textos de temática jurídica com claras preocupações sociológicas, parece ter absorvido muito das intuições de *Raízes* – seu nome não aparece mencionado em nenhum momento do ensaio.

Além do mais, é de se ressaltar no decorrer da obra importantes diferenças no sentido e no desdobramento de alguns termos se comparada com a ótica weberiana. A começar, por exemplo, pela maneira como entende o “poder político” (o poder de fato “diferenciado” e “puro”) e conseqüentemente a idéia que faz de “Estado soberano”, Duarte tende a definir este último de maneira menos restrita aos “monopólios” que Weber entende como constitutivos deste tipo de “agrupamento político”, dentre os quais o fundamental “monopólio do uso legítimo da violência”.

Fora isso, é importante notar que Weber entende o Estado como expressão política caracteristicamente moderna, cujos monopólios e burocracias (militar e civil) seriam constitutivos de uma determinada etapa da história ocidental (pelo menos como tipo ideal), daí porque prefere designar, inclusive, as demais coletividades políticas por “agrupamentos políticos”, inclusive as cidades-Estado da Antiguidade.

Algo que não se verifica em Nestor Duarte, visto que este estende o uso do termo e toma inclusive a “cidade” antiga como o referencial de comunidade política, como o agrupamento mais representativo do que seria a organização estatal: “Atenas é o Estado”.⁷⁶

O que pode ser demonstrado é que a argumentação duarteana reforça a importância de se entender o Estado também como expressão de uma

⁷⁶ O P, p. 15. Para uma comparação ver de Max Weber, sobretudo, as partes iniciais de “A Política como Vocação” In **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo, Ed. Cultrix, 1999, pp. 55-57. E também o capítulo VIII “Las Comunidades Políticas” de **Economia y Sociedad**. Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, 2001, principalmente pp. 661-668 e pp. 682-694.

“solidariedade orgânica”, termo da sociologia de Durkheim que incorporado na obra resulta em ver a política e o Estado também como expressão de um contato social mais intenso, de uma “comunidade” de valores e “sentimentos” mais políticos, só tornados possível, no seu entender, em sociedades onde a divisão social do trabalho se processa diferenciando os estratos, as ocupações e as instituições, adquirindo caráter mais urbano e favorecendo a aglomeração de pessoas.⁷⁷

Traços que iriam se distinguir de uma ordem feudal como a nossa que, embora não sendo primitiva, fazendo uso mais uma vez, à sua maneira, de termos durkheimianos, tendia a impedir o processo de maior complexidade e conseqüentemente simplificar a sociedade na divisão entre aqueles que usufruíam da posse e dos privilégios do latifúndio e os que dele não os tinham, gerando “solidariedade”, quando muito, em torno dos domínios dos clãs senhoriais, mais isolados, que marcariam ainda a predominante realidade rural brasileira.

Adotando uma postura mais normativa, Duarte visa mostrar, sobretudo, que a política deve estar baseada em determinados princípios prévios, e com base em tais princípios deve ser derivada no Brasil, seja pela criação de novas práticas, seja pela renovação – sempre de forma democrática – das que se encontram subvertidas.

Dentro disso, como se verificará no presente trabalho, frente às visões de três autores com quem dialoga por toda a obra, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, pode-se notar, através dessa concepção de política, uma distância significativa em relação aos dois primeiros e uma maior proximidade em relação ao segundo.

No caso de Vianna, perceberemos que a disparidade será mais gritante. Pois, Duarte procura encontrar as causas para o aviltamento político no modo como se dá organização social brasileira, que é privatista. Ele deixa entender que

⁷⁷ Durkheim define “solidariedade orgânica” como aquela que essencialmente marcaria as “sociedades complexas”, distinta, portanto, da “solidariedade mecânica” que seria mais adequadamente expressa nas “sociedades primitivas”. O autor argumenta que nas sociedades complexas, a oportunidade de se constituir solidariedade, “orgânica”, se daria pela multiplicidade de funções, não se perdendo a proeminência da figura do indivíduo, enquanto que naquelas sociedades menos complexas a solidariedade, “mecânica”, fluiria pela quase que submersão do indivíduo e dos traços de diferenciação. Ver **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

nossa política só se formará plenamente caso se transforme a sociedade em paralelo a uma maior penetração social do Estado, devendo este último contribuir e se identificar com essa sociedade transformada. Em contraste, Oliveira Vianna procura afastar a idéia de que o problema político deva ser apresentado nestes termos. Para o autor fluminense, o problema imediato da política no Brasil, não estaria em transformar as bases de uma sociedade rural e privatista através de um processo de maior identificação entre o Estado e a sociedade. Residiria isso sim no fato de suas elites políticas não conseguirem fazer – desde a Abolição e o final do Império – com que o Estado, reconhecendo este caráter na sociedade, atuasse por cima dela.

Ainda segundo Vianna, haveria uma falta de realismo das elites dirigentes, já que estas não teriam se dado conta de que essa sociedade sem nenhuma organicidade (nem mesmo a “familiar” dos grandes proprietários, como Duarte demonstrará existir) deveria ser disciplinada por um Estado centralizador, que assim impedisse as disputas, o perigo de facciosismos e protegesse o homem simples do campo contra os abusos dos chefes locais.

O objetivo da política residiria, portanto, nas garantias civis e não nos direitos políticos, no desenvolvimento econômico (preservando-se, inclusive, a vocação agrária) e na preservação da integridade territorial. Deste ponto de vista, o Estado não deveria se preocupar em expressar-se como comunhão de sentimentos mais coletivos da sociedade como afirmará Duarte, e sim antes em tutelá-la para só depois futuramente (se algum dia isso ocorrer) se encontrar com ela na democracia (se é que essa poderia existir entre nós).⁷⁸

Quanto a Gilberto Freyre, o afastamento se dará, sobretudo, pelo fato de que a questão política para o primeiro não passa por algo que se deva construir e

⁷⁸ Debruçando-se sobre *Populações Meridionais do Brasil* Gildo Marçal Brandão assim resume seu conteúdo, identificando-o a um “programa conservador”: “A predominância da autoridade sobre a liberdade resultava... da inorganicidade da sociedade civil. Nação e liberdade não sobreviveriam sem um Estado forte, qualificado, imune aos particularismos, capaz de subordinar o interesse privado ao social e controlar os efeitos destrutivos desencadeados com a Abolição. Direitos civis e unidade nacional garantidos pela centralização política eis o programa de Oliveira Vianna. O amplo diagnóstico de *Populações...* contém uma política – o fortalecimento e a modernização do Estado, o resgate das raízes agrárias da vida social, a educação das oligarquias, a recusa à democracia liberal e representativa, etc...” . “Populações Meridionais do Brasil” In Lourenço Dantas Mota (org.) *Op. Cit.*, p. 317.

conquistar, como pleiteia Duarte, e sim em considerá-la segundo as relações já existentes, verificando nelas (diferente de Vianna) diversos pontos positivos.

Já a aproximação com Holanda se dará justamente pelo contrário, já que ambos analisam a política pressupondo a necessidade de que uma dada realidade deva ser superada, procurando o autor baiano explorar ainda mais as oposições que orientam a essa superação.

Em relação à concepção de política, e as diferenças e aproximações entre Duarte e os dois últimos, as constatações podem ser bem resumidas nos seguintes termos de Nathalie Reis Itaboraí: "... para Freyre, político não é algo que se deva conquistar e construir segundo critérios definidos e necessários, mas sim uma dimensão que toma como ponto de partida as relações sociais realmente existentes, numa extensão – e não ruptura – dessas" ⁷⁹; enquanto que para Sérgio Buarque de Holanda "ao contrário, o político será algo a ser construído e que pressupõe a negação da família e da ordem privada" ⁸⁰; sendo que Nestor Duarte tem sua concepção de política orientada para "a oposição entre ordem privada e ordem política, *consolidando e intensificando* a oposição entre família e Estado já presente em Sérgio Buarque". ⁸¹

Dessa forma, o que se depreende da concepção duarteana é que essa se filia à tradição política que entende o fenômeno democrático, e coincidindo com este, no seu caso, o próprio fenômeno político em sua essência, não apenas como uma questão de características e funcionamento de governos, mas fundamentalmente como a manifestação global de um tipo de sociedade distinto, ou extremamente distinto, das sociedades tradicionais, de perfis mais aristocráticos. ⁸²

⁷⁹ "A família colonial e a construção do Brasil: vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte" In **Revista ANTROPOLÓGICAS**, ANO 9, Vol. 16, Nº. 1, 2005, p. 178.

⁸⁰ Idem, p. 179.

⁸¹ Idem, p.184. Itálicos meus.

⁸² Consideradas as devidas especificações e as diferentes predileções, pode-se dizer que Nestor Duarte se aproxima em muitos pontos daquela distinção que estabelece Alexis de Tocqueville entre sociedades democráticas e sociedades aristocráticas ou do "Antigo Regime", tal como é apresentado na "Introdução" do "Livro I" de **A Democracia na América** (Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1987, pp. 11-21) e nos "Prefácio" e "Livro I" de **O Antigo Regime e a Revolução** (Brasília, Ed. UnB., 1997, respectivamente pp. 43-47 e pp. 51-68). Em registro distinto de Duarte, avaliando negativamente os perigos da revolução democrática posta em marcha em um processo milenar, Tocqueville lamenta e nos dá a idéia da diferença das sociedades que ela gera em relação às

Feitas as observações, podemos afirmar que o núcleo da questão de se ter uma ordem privada no Brasil residirá realmente no problema da totalização do Estado enquanto fenômeno político diferenciado. Ou seja, no problema de não termos um poder “incontrastável” capaz de se estabelecer acima de outros poderes concorrentes.

A este problema estarão ligadas sérias implicações sociais e econômicas de se conservar no país um perfil agrário e feudal. Mas, neste caso, o destaque atribuído ao político não remeterá apenas a uma preferência por focalizar determinados aspectos e não outros, mas obedece aos próprios desafios que uma dada experiência social impõe para ser compreendida.

Pois, como veremos, distinto da evolução das sociedades modernas, é a ausência de um Estado livre da concorrência de poderes particularistas – monopolizadores do poder da justiça, da produção econômica e até do poder de fazer a “guerra” – que impedirá a diferenciação de outras esferas, como ocorrera nos países centrais do Ocidente, em que foi fundamental o desenvolvimento de uma economia livre e concorrencial paralelo ao crescimento do Estado e sua “disciplina”.

Um trecho significativo dessa forma de problematizar e que antecipa a idéia da realidade colonial como base para lançar os pontos nodais do argumento encontra-se no final do capítulo III de *O P*:

Anárquica, sem ser porém desorganizada ou revolucionária, seja dito de passagem, a sociedade colonial tem, entretanto, uma outra organização sólida, indestrutível, que é sua própria estrutura de base – a ORGANIZAÇÃO PRIVADA . Dentro dela, o Rei de Portugal, a representar um poder político ausente, longínquo, além de fraco e desnecessário, deve guardar, apenas um papel e função de senhor eminente de terras. Senhor proprietário, sem a dominação direta e que poderia, além do mais esperar dos seus vassalos o desempenho da função de governar, de guerrear e de zelar pela sua colônia.⁸³

aristocráticas no “Prefácio” de *O Antigo Regime...*: “Não havendo mais entre os homens nenhum laço de castas, classes, corporações, família, ficam por demais propensos a só se preocuparem com seus interesses particulares, a só pensar neles próprios e a refugiar-se num estreito individualismo que abafa qualquer virtude cívica” (p. 43). Agradeço neste ponto às sugestões de meu orientador sobre a possibilidade de traçar tais paralelos.

⁸³ *O P*, p.61.

E realmente chega a impressionar a maneira como a “Colônia” se reitera por todo o percurso da obra, mesmo quando Duarte se refere ao período imperial e ao republicano.

De qualquer modo, se o problema será a penetração do Estado, Duarte também salienta que um requisito obrigatório para compreender o seu percurso passa necessariamente pela busca de como se formou o Estado lusitano e de que modo se deu a “organização social e política portuguesa” em que veio a se constituir.

Afinal, como veremos adiante, seria dessa organização que o “elemento social” português portaria, em seu íntimo, um determinado sentimento em relação ao Estado, e, além do mais, seria dessa sociedade lusitana que se formaria a nossa, derivada, em grande medida, da acentuação de determinados caracteres encontrados naquela.

4. O Antecedente: Portugal e a organização social do Brasil

Expostas as definições de política, Estado e soberania, torna-se mais fácil entender porque na leitura duarteana é ressaltado que nossas dificuldades políticas deveriam ser esclarecidas nos voltando para Portugal.

Logo no início de *OP* o autor salienta a importância de que este país não seja visto como “simples antecedente”, e sim como uma sociedade que, em grande parte e durante vasto período de tempo, viria a ser também a nossa.

Esta insistência no primeiro capítulo é explicada, em primeiro lugar, pelo fato de que as “modificações” e “misturas” associadas ao processo de transmigração para a América não iriam se processar de imediato. E, em segundo lugar, porque frente ao índio e ao negro – pela violência, pelo sentimento de hierarquia, enfim, pela catequese ou pela escravidão – o branco português se imporia como elemento social dominante, carregando consigo os elementos mais proeminentes de sua organização social.

Antecipando seu olhar mais “sociológico” sobre a história, Duarte esclarece que seu objetivo em relação à sociedade lusitana não é esgotar a compreensão

dos fatos históricos que a marcaram, nem se ater aos problemas das instituições políticas, sob a perspectiva de preocupações jurídicas e constitucionais:

Dessa sociedade, ao fim que nos propomos neste trabalho, importa estudar, senão a organização, a significação do seu processo e comportamentos políticos. Não será o estudo de uma estrutura política sob qualquer preocupação teórica de ordem constitucional e técnica publicística, mas a possível indagação de sentido social político do português, como povo e componente de determinada organização política, seja ela qual for, e como procede, sente e reage dentro da *civitas* política.⁸⁴

Assim, o intérprete chega ao que de mais essencial lhe interessa: é que diferente dos conceitos anteriormente expostos, e de suas correspondentes históricas e sociais, o Estado português, enquanto fenômeno político diferenciado, nunca teria se totalizado.

Desse modo, a “unidade política” a que Portugal havia chegado se daria através da aliança entre a organização municipal (“com seus vilãos armados” e forais) e a realeza, processo em que ambas dirigiam suas forças contra a nobreza feudal.

Contudo, esta unidade ganharia sentido apenas se considerássemos o plano externo, pois, embora se aliando para derrotar os anseios feudais dos nobres (o que permitiu, inclusive, as condições para a expansão ultramarina), a realeza e a organização municipal permaneciam hostis entre si no plano interno.

De acordo com Duarte, a ilustração de tal fato se dava pela preservação das prerrogativas locais dos municípios ou comunas, conservando estas o essencial da jurisdição e a influência sobre os indivíduos, enquanto que a realeza só se impunha externamente, sem conseguir, em âmbito interno, dotar o Estado das condições necessárias para participar de maneira mais presente da realidade cotidiana dos portugueses.

Desta perspectiva, o que se acabava engendrando era uma hostilidade em relação ao Estado, chegando a se manifestar no “íntimo” do português não como uma realidade restringida ao seu passado, mas como um presente vivo em diversas manifestações da vida social lusitana. Dentre estas: a aversão a qualquer intervenção mais profunda das instituições estatais, ou a artificialidade ou

⁸⁴ O P., p. 3. Itálico meu

incompatibilidade em assumir compromissos com questões mais extensivas, para além dos grupos ou unidades mais restritos:

(...) O português não se deixou desprender desses grupos como o fizeram, no limite da necessidade política outros povos, em que a ordem e o espírito político ganham de logo equilíbrio, superpondo-se à ordem privada. Ele antes resiste, opondo-se a essa acomodação, ou como revela a sua história, chega à fase política por via e compromisso desses grupos e ao envolver-se no processo do Estado nacional unificado, guarda a índole do fragmentário, do homem do subgrupo, ainda que já subjugado pelo grupo maior do Estado.

Se a história do Estado é, por excelência, uma vitória constante contra todos os grupos e instituições que lhes possam entravar o exercício do mando e a expansão, em certas sociedades, como a portuguesa, tais grupos se destroem ou se submetem, mas reagem pelo espírito que os caracteriza. Espírito grupal institucional, reacionário e invencível tanto mais quanto o Estado, pelo poder expansional e por isso mais superficial, não tem o sentido de profundidade que permite a esses grupos menores, mais proximamente ligados aos indivíduos um poder de intensidade que aquele perdeu em proveito do sentido extensivo.⁸⁵

Por consequência, a interpretação sugere que em Portugal a luta contra os poderes concorrentes ao Estado, dentre estes o *poder feudal*, assumiu “cores próprias” se comparado ao que se seguiu em outros países europeus. Para isso, um dos fatores fundamentais teria sido o fato da monarquia lusa ter contado com o apoio das comunas preexistentes para combater o feudalismo antes mesmo de unificar-se. Algo que teria colocado a primeira, de forma concomitante, em uma relação de dependência e hostilidade com as segundas.

Porém, se a união entre forças hostis derrotou sentimentos nobiliárquicos feudais, não teria se mostrado suficiente para impedir que se conservasse desse feudalismo os contrastes ou desafios provocados pelos demais grupos à soberania interna do Estado.

Como prossegue a argumentação, se as comunas, com seu espírito de cidadania mais afluído, tiveram o sentido de desfeudalizar os municípios, afastando-os da influência da nobreza local, não conseguiram, por outro lado, derivar o espírito da *res publica* para o país como um todo.

Assim, embora “tão comunal e municipalista, com população relativamente densa em vista da exigüidade territorial”, essa sociedade acabou não propendendo para a vida urbana na proporção desse espírito comunal, mas:

⁸⁵ Idem, p. 04.

(...) Ao contrário, o conselho português não (foi) a cidade. Esta... tem vida miserável ao lado da população e edificação rural. Este ruralismo (foi) significativo”.⁸⁶

Neste aspecto, é interessante notar a diferença entre a forma como Nestor Duarte entende o perfil social do português e a forma como o percebe Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. Afinal, enquanto os dois últimos destacam o caráter mais urbano do espírito português, aqui, este é não só retratado como sendo mais rural, como também o ruralismo brasileiro será entendido como uma exacerbação dos fatores constitutivos da experiência lusitana.⁸⁷

Quanto a Gilberto Freyre, a comparação é ainda mais complexa. Pois, embora coincida com Duarte na percepção de que o português estava destinado, desde o início, a se estabelecer na colônia por meio da agricultura, isto não se devia tanto a um ruralismo que marcaria o caráter luso, e sim ao próprio perfil cosmopolita e adaptativo demonstrado pelos portugueses no curso de diversas empreitadas anteriores.⁸⁸

De qualquer modo, o que desponta do ensaio é que este município, marcado pelo ruralismo, onde a maior parte da população portuguesa iria viver, conservaria, além do mais, as prerrogativas ou interferências jurídicas da Igreja (medievalismo jurídico) em seus conselhos e confundiria, ademais, a família com a base da organização política – Duarte mostra que para fazer parte da comunidade municipal, ser morador ou vizinho de um conselho municipal, era necessário estar incluído no recenseamento ou registro penal por paróquias, e para ser magistrado nos municípios era preciso ter filhos ou ser pelo menos casado. Tal raciocínio leva então o autor à seguinte conclusão a respeito da organização social portuguesa:

Há pelo menos na organização municipal uma indistinção de esferas, quando não seja o predomínio do espírito privado sobre o público.⁸⁹

⁸⁶ Idem, p. 11.

⁸⁷ Para tal ver o Capítulo 1 de **Populações Meridionais do Brasil** (Vol. 1 – Populações Rurais do Centro Sul). Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1987. E também o capítulo 2 de **Raízes do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

⁸⁸ Ver **Casa Grande & Senzala: Formação da família patriarcal brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo, Editora Global, 2005. Principalmente os dois primeiros capítulos.

⁸⁹ **O P**, p. 11.

Deste percurso que faz o intelectual, não seria estranho dizer que a idéia segundo a qual as raízes mais profundas da realidade brasileira deveriam ser entendidas à luz do que esta conservou e intensificou da sociedade portuguesa encontra correspondência na percepção de Duarte de que Portugal e Brasil seguiam rumos comuns à época em que o livro fora publicado pela primeira vez: o governo de Salazar no país europeu (alçado ao poder em 1929) em paralelo com o de Vargas, ambos ocorrendo em um momento de transformações, marcado pela noção de que a democracia liberal estava definitivamente liquidada.⁹⁰

Ainda que de forma não muito explícita, Duarte procede a uma descaracterização de certas linhas de pensamento que procuravam enxergar em Portugal as raízes de uma predisposição brasileira a Estados fortes, autoritários e centralizadores como única maneira de garantir a unidade política:

Por tantas causas desviadoras, bem atormentada é a formação do Estado português, como esdrúxulas as razões de sua unidade. Admira por isso mesmo que certos observadores como Manuel Bonfim, no Brasil, aludam depois de acentuarem, como ele, à ‘precocidade política’ de Portugal e de seu pequeno reino por ser a primeira nação a surgir completa na Europa do Século XVI. Uma coisa, porém, é essa unidade e outra as causas que a determinam, como o sentido que a conduz. Portugal unido o é menos pela força e pelo espírito da potestade política do que por outras forças de união, como a religiosa. Se à primeira vista parecerá que maior e mais íntima é essa unidade porque maior o número de forças que se contam para forjá-la, internamente, no âmago dessa unidade, a principal delas, que deveria ser o poder político, sofre a concorrência, a disputa das demais que a enfraquecem, material e moralmente, atingindo a própria natureza de autoridade incontrastável que a deve caracterizar nesse momento.⁹¹

A afirmação de que a unidade política, em terras lusitanas, se restringia ao plano externo – onde a defesa do território, com a necessidade de resistir aos mouros e à investida de outras monarquias, em especial a da Espanha, colocavam-se como únicos elementos capazes de despertar um interesse maior, próximo daquilo que se chamaria “nacional” – pode ser entendida como o passo

⁹⁰ Lúcia Lippi Oliveira, “Introdução” In _____, Mônica Pimenta Velloso e Ângela Maria Castro Gomes (org.) **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro, Zahar Ed., pp. 14-15. Ainda que com certo grau de simplificação, exagerando muitas vezes na coincidência entre os autores estudados, é interessante para se ter conta do quadro de descrédito na democracia liberal o conhecido estudo de Bolívar Lamounier “Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: uma interpretação”. Publicado em **O Brasil Republicano, 1989-1930** (História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, Vol. 2), São Paulo, Ed. Difel.

⁹¹ **O P**, p. 10.

decisivo para o enfrentamento de certos “mitos” e uma preparação para criticar a confusão entre os termos “unidade política” e “unidade territorial”.

Para Duarte, embora a confusão entre os termos fosse quase uma constante em muitos pensadores brasileiros, ele entende o primeiro como o caso em que se alcançaria um “sentimento” de pertença abrangente e penetrante por toda a nação, enquanto que o segundo representaria o caso em que a identidade se limitaria apenas à luta para se preservar uma determinada extensão de terra frente a outros países.

De toda maneira, o mais relevante da descrição é o argumento de que o português traria este sentimento de aversão a qualquer tipo de “hierarquia política” ao se transportar para a América, encontrando, no mais, as condições para engendrar uma sociedade com pronunciado caráter feudal, caráter que em Portugal teria permanecido de uma maneira bem mais restrita.

É que Nestor Duarte compreende o português que se transportava como um agente que consigo levava as turbulências da sociedade em que vivia frente às transformações processadas na Europa nos séculos XVI e XVII.

No ensaio, tais séculos são apresentados como períodos de aceleradas mudanças, exemplificadas, sobretudo, em “novas formas de libertação”, principalmente, a religiosa e a econômica. Ao mesmo tempo, as épocas são descritas avaliadas pela progressiva generalização do “homem nacional”, processo que modelaria o europeu através de uma disciplina política que o levaria em direção ao Estado nacional.

Um “novo Estado” que, embora representasse um vínculo de sujeição e disciplina “por vezes mais vivo e perigoso para o indivíduo” também garantia e mesmo patrocinava as novas formas de liberdade. Com isso, Duarte conclui que embora os 1500 e os 1600 fossem marcados pelo avanço do Estado, era realmente uma “crise” que se vivenciava dadas “as reações, os desequilíbrios, os antagonismos e revoltas” que “todo sentido novo de vida” contém quando se exalta uma “nova liberdade”.⁹²

⁹² Idem, p. 37.

Desta crise, a argumentação afirma que posteriormente derivariam as “deformações” associadas ao final do século XVIII, marcado por forte “individualismo” que caracterizaria a filosofia, a religião, a moral, a política e a economia.

Um dos problemas fundamentais para o autor é que pelas características da organização social e política de que já tratamos essas transformações seriam mais sentidas em Portugal do que no velho continente em geral. Afinal, diferente de outros países europeus, que conseguiram chegar a Estados nacionais soberanos, o caso português não poderia enfrentar tal crise de maneira equilibrada e “gradativa”.

O raciocínio que então procura desenvolver parte da idéia de que se o lusitano, em sua terra natal, se deparava com tais circunstâncias, teria esse quadro mais acentuado na colônia. Não por acaso, Duarte afirma que movido pela ambição e pelo individualismo característicos da Revolução Comercial, o português que penetra em solo americano o faria na confluência de duas crises: aquela associada a desequilíbrios mais gerais e a outra, mais específica, vinculada aos desequilíbrios próprios do Novo Mundo.

Aos desequilíbrios inicialmente associados com a “certeza de nenhuma sujeição” por parte do colonizador luso, se somaria a oportunidade de “imperar” ou “assenhorear-se” do território como elemento branco invasor. Frente a um grande “deserto” em que se constituíam as novas terras, mesmo que não viesse a se constituir como donatário, “marinheiro, artesão, condenado ou perseguido”, independente de sua forma de sujeição ou inferioridade econômica e social, viria a ser senhor “pela simples diferenciação social”.⁹³

A esse espírito de onipotência, o intelectual baiano ainda ressalta as várias “reduções” que se processariam neste português ao se deparar com os outros elementos étnicos: os índios e os negros.

Reduções “psíquicas”: resultantes da caça aos índios, da escravidão e da falta de mulheres brancas; reduções “sociais”: de uma forma ou de outra impostas pela escravidão, como a monocultura, o contato com culturas inferiores, a adoção

⁹³ Idem, p. 39.

de vários processos técnicos e intelectuais; e reduções propriamente “morais”: também impostas pelas “raças inferiores”, através da simples aproximação, de sua atitude, comportamento e caráter.⁹⁴

O emprego da expressão “raças de cultura inferior” pode sugerir certo preconceito na análise do autor. Contudo, a estas não devem ser associados uma visão biologicista de condenação das raças ou acusação fatalista de inferioridade do brasileiro pela mestiçagem.

Além do mais, se o branco passa por várias regressões ao ter contato com essas raças, também é ele responsável direto por manter ou operar reduções sobre o índio e o negro. Na verdade, a inferioridade de que trata Duarte se refere principalmente às condições sociais em que se encontravam cada elemento étnico. A vantagem do português é que a organização social de onde vinha, apesar de todos os atropelos, o preparara melhor para pelo menos ensinar o Estado.

Descartando a natureza humana como parte integrante da comparação, a desvantagem do indígena residia justamente, ao contrário do europeu, em não propender sua organização tribal para o Estado, confundindo-se sempre a liderança “política” com a familiar. Se já não o propendiam a tanto, a dominação pelo português, sobretudo, a que se fazia sob forte “violência”, veio bloquear qualquer processo neste sentido, seja apartando ainda esses grupos de qualquer participação em conjuntos mais amplos, seja porque, dentro disso, impuseram-lhe a redução significativa de contingente.

Em relação aos negros, sua inferioridade também não se relacionaria a uma questão de índole originária, mas sim se ligaria às reduções que a escravidão imposta pelo branco europeu lhe causaria. No caso, nem mesmo a organização tribal era possível, visto que toda a sua organização social anterior teria sido praticamente aniquilada por esta nova condição.

Nestor Duarte concorda em princípio com Gilberto Freyre ao notar a centralidade do branco e do negro no processo de amálgama da população brasileira. Contudo, difere do intelectual pernambucano em dois pontos.

⁹⁴ Idem, p. 44.

Em primeiro lugar, afirma que isso foi resultado da aniquilação de consideráveis parcelas indígenas por parte dos brancos, o que não permitiu a estes últimos reconhecer suas dívidas técnicas e adaptativas para com os primeiros. Dívidas que teriam sido muito maiores, diga-se de passagem, do que as que teriam para com os negros. Na verdade, tal idéia levará o autor a concluir que a incorporação dos índios, acompanhada até mesmo de certa dignificação (inclusive por ver nele a transmissão de “certa aristocracia de sangue ou de origem”), ocorria na medida em que ficavam mais distantes ou exíguos, já que não se permitiu nutrir por eles a “sentimentalidade” engendrada pela escravidão doméstica, como o foi com o negro.⁹⁵

Em segundo lugar, esta proeminência do negro é vista como se devendo muito mais àquilo que havia de compatível com o português na aversão às instituições propriamente políticas. Aqui, não se trata de não reconhecer os ganhos obtidos com a plasticidade que o negro iria oferecer, mas de afirmar que estes ficavam impossibilitados de sobrepujar as “virtudes negativas” que com o português iria compor pela sua condição de escravo, condição que inevitavelmente o acompanhava: “a bondade, a sensibilidade comovida, o gosto do perdão, da acomodação, da transigência, do desprendimento, virtudes que não exigem violência de sentimento, antes decorrem dessa sensibilidade à flor da pele”.⁹⁶

Entretanto, se tais características ilustram a intensidade aqui assumida pelas predisposições que a sociedade lusitana continha, dois aspectos vitais para Duarte merecem ser ainda mais esmiuçados, visto que alicerçariam essas manifestações e, portanto, sustentariam o ruralismo de feições feudais com os quais nossa ordem privada ganharia contornos.

⁹⁵ Ver *idem*, pp. 84-85.

⁹⁶ *Idem*, p. 85.

5. Sociedade Agrária e Feudalismo

De acordo com Duarte, o aprofundamento das estruturas modelares da sociedade portuguesa na América, principalmente seu ruralismo e seu feudalismo restrito, estava baseado dois fatores fundamentais: o primeiro remete àquele domínio do português, que se associava com a possibilidade de se estabelecer como proprietário de grandes extensões de terras, reforçando seu sentimento de superioridade hierárquica (já estabelecido, como demonstramos, pela distinção de cor da pele); o segundo fator de destaque é que este aspecto transmigrado viria a se encontrar com outro, igualmente originário da organização social e política lusitana: o “familiarismo”, elemento que seria exaltado na grande família patriarcal que se constituiria na colônia.

Quando se refere a feudalismo como expressão da ordem privada que viria aqui se constituir, o autor está compreendendo um sistema “atípico”, “sem as cores tradicionais do sistema europeu”, mas dotado “antes de anacronismos e mais de tendências”.⁹⁷ Embora não compartilhando de muitas marcas do medievo europeu, o vital para Duarte é que no feudalismo que se difundiria no Brasil (como em qualquer outra realidade feudal) estariam presentes aqueles ingredientes sociais e políticos de dispersão e de concorrência do poder, bem como os de

⁹⁷ Idem, p. 18.

sobreposição das unidades mais íntimas e mais particulares sobre as instituições e autoridade públicas.

A primeira evidência destes aspectos seria o modo como se estabeleceu a organização social da Colônia, baseada em dois pilares relacionados à posse e à extensão da terra ocupada: a “transmissão da propriedade plena e hereditária” e a “fusão da soberania e da propriedade”, ambas configuradas no já referido sistema de capitanias hereditárias.⁹⁸

O estabelecimento das capitanias é então entendido não apenas como uma forma de colonização, cuja exploração se fazia através de expedientes privados, mas como um sistema de “donatarias”, no qual a quem as coubesse também poderia se apropriar, de forma plena e hereditária, de grandes extensões territoriais, muito semelhantes, segundo Duarte, às dimensões que em geral ficavam a cargo do *ager publicus* (até mesmo semelhantes àquelas faixas territoriais que seriam posteriormente províncias e estados), sempre com a conveniência da coroa portuguesa.⁹⁹

Assim, o raciocínio conclui que era com a aquiescência do poder real que a figura do donatário acabava fundindo a propriedade e a soberania, estabelecendo uma forma de “governança”, que, no entanto:

não contém, em sua própria natureza e história, a propensão para desenvolver ou permitir que se desenvolva o espírito político ou o sentido da coisa pública. Ao contrário, uma e outra só existem por dependência da propriedade privada e para servi-la, exaltando as prerrogativas senhoriais.¹⁰⁰

Do ângulo da grande propriedade, era, portanto, a plenitude no exercício das prerrogativas e a transmissão hereditária da terra – soberania e posse material se fundindo, portanto, no exercício do poder – o que importava para caracterizar nossa organização colonial como sendo feudal.

Apesar disso, um ponto interessante da argumentação de Duarte é a descrição desta etapa inicial como sendo um período em que os donatários, embora já estivessem consumidos em seus particularismos, ainda nutriam certo sentimento de fidelidade ao poder real. Algo que só se deterioraria ainda mais na

⁹⁸ Idem, p. 18.

⁹⁹ Ver Idem, p. 23.

¹⁰⁰ Idem, p. 23.

figura daqueles que os sucederiam na nova terra, já quase de todo indiferentes a um Estado metropolitano distante.¹⁰¹

Percebendo o problema como um crescente, não por acaso o autor mobiliza Sílvio Romero, que descreve o primeiro século de nossa colônia como a “nossa Idade Média”, e concorda com Martins Júnior quando estende essa Idade Média para o segundo e terceiro séculos de colonização.

O essencial na utilização desses autores estava na concordância em se constatar, nos termos de Capistrano de Abreu, o domínio de “forças dissolventes, centrífugas”, que o historiador aponta como um retrato preciso após um século de colonização, e que Duarte parece estender, em alguma medida, para grande parte do período ao se referir a tal experiência como “um acampamento incerto, um ajuntamento de homens irreconciliados dentro de suas classes econômicas”.¹⁰²

Se essa forma de ocupar a terra, por si só, seria decisiva para esse quadro de ausência de vínculos e de gestação de sentimentos mais políticos – dos quais a luta contra os holandeses, por exemplo, seria apenas um fato “episódico” –, imaginem então a intensidade que ganha a análise ao se considerar o segundo fator fundamental: a família patriarcal ou extensa.

Duarte ressalta que sua importância para o desenvolvimento de nosso feudalismo residia no fato dela complementar, ou originar dentro dele, aquele elemento de *auto-suficiência* no interior das grandes propriedades, visto que em sua própria dinâmica reunia as funções reprodutora, econômica e “política”. O que resultava em delinear por completo as unidades que se manteriam infensas à necessidade de aglomerados mais amplos, isoladas e estranhas seja à circulação

¹⁰¹ De acordo com a argumentação de Duarte, neste tipo de organização, o poder real seria invocado para intervir em pendências privadas, ou então se comportaria de forma mais afirmativa somente por meio da violência. Além de se deparar também na colônia com a concorrência do poder eclesiástico, o intelectual destaca que quando procurava marcar sua presença no território, como se dera com o estabelecimento dos governadores gerais, o fazia antes na figura do chefe militar e não propriamente na do chefe político que se impusesse contra esta dinâmica feudal:

“O próprio poder político que se institui de logo no Brasil com caráter diferenciado, além de exercer mais a função específica do chefe militar, seria antes um poder de coordenação, do que tipicamente de subordinação, entre os donatários senhores de terras (...) Ora um poder político mais de coordenação do que de subordinação sempre foi consequência de todo regime feudal” (Idem, p. 25).

¹¹ Idem, p. 69.

¹⁰² Idem, p. 40.

da economia, seja à presença mais vigorosa do poder público representado pelo Estado.

Não por acaso, a constatação deste elemento de auto-suficiência faz com que o autor identifique na família patriarcal ou extensa – também chamada pelo autor de parental ou agregada – “mais do que um fator de ordem social” e sim uma “ordem social própria” em razão da “multiplicidade e importância das funções que exerce e detém”.¹⁰³

Por isso mesmo, voltando-se para Durkheim, e aproximando-se dos termos empregados por este último em *Da Divisão do Trabalho Social*, Duarte entende o tipo de família patriarcal em tudo distinta da chamada “família moderna” ou “conjugal”. Afinal, ao contrário daquela, esta evidenciaria a associação mínima e reduzida, com a função econômica realizando-se quase toda fora do grupo. Na família conjugal, como prossegue a argumentação, os filhos partiriam logo que crescessem, formariam novas famílias de igual configuração, e a mulher (à falta da necessidade de uma hierarquia) colocar-se-ia em um mesmo plano de direitos e deveres face ao homem. Além disso, do mesmo modo que era pequeno o valor de força econômica e grupo produtor que este tipo de família desempenhava na economia industrial moderna, Duarte destaca que também nenhuma “valia” sua poderia ponderar e intervir em qualquer forma de organização de governo, ou tampouco, alguém poderia proclamá-la a base do Estado, até porque que em relação a este tipo familiar era o Estado que passava cada vez mais a intervir no interior de sua vida doméstica.¹⁰⁴

Contudo, é importante ressaltar que ao definir a família extensa sob o feudalismo como em tudo oposta à família moderna, o autor não passa a tratá-la como se seu papel se assemelhasse ao desempenhado pela unidade familiar na “sociedade tribal”.

De acordo com Duarte, é certo que a família, enquanto uma ordem social própria, base do sistema social, encontra-se apenas em “dois momentos” da sociabilidade humana: na sociedade de relação tribal e na sociedade de relações

¹⁰³ Idem, pp. 69-70.

¹⁰⁴ Idem, p. 75.

do tipo feudal. Porém, na sociedade de organização tribal, todo o sistema social modela-se na família e nela se enfecha, não havendo qualquer tipo de diferenciação (sendo o mando, a chefia da tribo, um cargo derivado da dinâmica do parentesco e não dos vínculos essencialmente políticos). O sistema nela não se apóia para constituir-se sobre ela, mas antes “a reproduz totalmente porque não há outra ordem social além da familiar”. Já na sociedade de relações de tipo feudal, ou predominantemente feudais, a questão não é que como na sociedade tribal não haja ensejo para qualquer diferenciação do processo político; o problema é que, embora diferenciado, o fenômeno político em uma sociedade feudal:

Tende a se confundir no poder familiar e do senhor proprietário ou coexiste fraco e limitado, em luta com aquele que quanto mais resume e modela o sistema social, mais o absorve e destrói. Ora, se o Estado... é uma hierarquia que há de excluir, na esfera de sua competência, outra qualquer, depreende-se que toda espécie de grupo com função de mando ou que venha a ter conteúdo político, a ele se opõe e com ele concorre. ¹⁰⁵

Ou seja, ao mesmo tempo em que a família extensa assentada na grande propriedade permite, no sistema feudal, o ensejo à diferenciação política, também funciona como núcleo a subvertê-la em direção às unidades mais particulares e íntimas e impedir sua generalização em um território amplo:

Família, propriedade e feudalismo é um transcurso de um só processo. É precisamente na fase feudal que a família revela a sua índole institucional contrária ao espírito institucional político diferenciado. Dê-se força de governo e mando à instituição familiar e ela não desdobrará até a fase posterior do Estado puro, desvia-se antes, desviando também o processo político, para uma forma deformação que é o feudalismo. ¹⁰⁶

Assim, lançados os fundamentos da sociedade feudal que da colônia iriam sobreviver posteriormente em nossa história, um elemento que logo se destaca da compreensão de Duarte é que esta sociedade, como nota Wanderley Guilherme dos Santos, pode “existir em qualquer época”, tanto quanto as sociedades modernas. ¹⁰⁷

¹⁰⁵ Idem, p. 70.

¹⁰⁶ Idem, pp.66-67.

¹⁰⁷ “Paradigma e História: a ordem burguesa na imaginação social brasileira” In **Roteiro Bibliográfico Brasileiro**. Belo Horizonte, Ed. UFMG e Rio de Janeiro, Casa Oswaldo Cruz, 2002, p. 55.

Em *A Reforma Agrária* isso se torna ainda mais contundente quando o autor deixa claro que não se pode compreender as características e a dinâmica feudais restringindo-as à experiência européia. Ressalta também que não se pode levar em conta apenas as transformações econômicas processadas nesta última, que puseram fim ao feudalismo em grande parte do continente, como um indicativo da impossibilidade de que o sistema possa encontrar vigência em outras regiões e países:

A decadência ou começo do declínio de um sistema econômico numa região, ou continente que seja, não implica que surja ao mesmo tempo, ou de logo se manifeste em outra região. O europeu, que estava superando o feudalismo em seu continente, poderia vir implantá-lo ou resguardá-lo em outras paragens. Nenhuma transformação da economia se opera com repercussão isocrônica. Ao contrário, não há nada de história e de geografia mais desigual e discordante.¹⁰⁸

Em *O P* chega a mencionar os casos do Japão e da China como exemplares de que não se pode ter em mente apenas o período medieval europeu como horizonte para se discutir as características do sistema.¹⁰⁹

Entretanto, fato é que o suposto caráter feudal de nossa formação, assim como o diagnóstico de seu prolongamento por toda a história brasileira, rendeu e ainda renderia polêmicas muito tempo depois em vários debates, desde aqueles sobre a história econômica do país, as relações entre sociedade e Estado, a construção da esfera pública e até aqueles sobre a representação política no Brasil.

Na discussão promovida por Duarte, o interlocutor privilegiado é Roberto Simonsen. E não só em seu ensaio, mas na análise da questão agrária em sua obra do início dos cinquenta. O ponto de partida é que o economista ressaltava em seu trabalho *História Econômica do Brasil* que em nossa história jamais houvera uma distribuição de classes que se organizasse por critérios corporativos.

Em relação às classes, Duarte concorda que, tomados os termos de Simonsen, realmente não haveria distinção de classes na história brasileira. Mas, nem por isso, destacava, a organização feudal podia deixar de ser caracterizada. Pois, para o autor baiano, um elemento vital que deveria ser atentado era a hierarquia – característica evidente nas organizações de tipo feudal – que estava

¹⁰⁸ **RA**, p. 13.

¹⁰⁹ **OP**, p. 19.

explícita nas cartas de foral que completavam as doações de capitânias: o rei no topo, os senhores territoriais logo abaixo e a seguir o sesmeiro e o colono.¹¹⁰

Em relação ao caráter corporativo, a abordagem duarteana sustenta que a visão de Simonsen, baseada na tentativa de demonstrar que o desenvolvimento histórico do Brasil havia percorrido uma série de ciclos econômicos (começando com o pau-brasil, depois o do açúcar, o do ouro, e o do café) em que progressivamente seriam colocadas as bases para o ciclo industrial, não comportava a constatação de organizações corporativas que teriam impedido a mobilidade social e cristalizavam o sistema.¹¹¹

Deste debate, o importante é verificar que enquanto Simonsen prendia-se mais a aspectos econômicos, Duarte enfatizava mais os aspectos sociais, com suas derivações institucionais e políticas da forma como se estabeleceu a ocupação territorial, a propriedade e a sua distribuição no território.

Para o último, as prerrogativas institucionais e políticas, derivadas da posse de grandes extensões de terras e originadas do sistema de capitânias, seriam conservadas pelos tipos sociais que sucederam aos primeiros donatários. E é nesta observação que o autor se apóia para ressaltar a perpetuação do feudalismo, ou a sólida permanência de suas “tendências”, em plena década de 50:

Faltava-lhe, apenas, o “décor” do medievalismo do Velho Mundo, sua tradição, sua história, mas, evidentemente, não o seu significado com o conjunto de interesses e consequências do regime.

Dúvida não há que sob o ângulo da história administrativa do País as capitânias têm existência precária e não se estenderam a toda área do futuro território nacional, mas é certo que os seus herdeiros e sucessores, ou os representantes de uma outra forma e processo de ocupação e concessão de terras, como os sesmeiros, prolongariam os poderes e as prerrogativas dos primeiros donatários.

¹¹²

Em continuidade com *O P*, Duarte chega a aplicar mais claramente em *R A* termos como “população camponesa” ou “massa camponesa” para se referir à camada social mais desprivilegiada dessa estrutura feudal.

¹¹⁰ Osmir Dombrowski, *Op. Cit.* (1998), p. 20.

¹¹¹ *Idem*, p. 21.

¹¹² *R A*, p. 14.

Ainda que Duarte não viesse a protagonizar diretamente os debates subseqüentes, essa forma de designar a maior parte do país, isto é, a população interiorana submetida ao latifúndio, seria um dos pontos que mais aguçaria as discussões sobre a possibilidade ou não de termos experimentado em alguma etapa uma espécie de regime feudal.

Um autor chave nestas polêmicas viria a ser Caio Prado Júnior, que veria como bastante inapropriado o emprego do termo “camponês” para se referir à população do campo brasileiro. O seu alvo não era Nestor Duarte, mas outros setores da esquerda, principalmente a comunista, que em comum com o intelectual baiano consideravam adequado a categoria de feudalismo, embora, diferente deste último, o fizessem para descrever situações delimitadas de atraso na economia brasileira ou específicos períodos da história do país.

Escrevendo na metade da década de 60, Prado Júnior apontava que a raiz desse equívoco, estava em não perceber que a situação de constrangimento que incidia sobre aquela população devia-se a reminiscências do regime escravo e não a uma relação típica entre camponeses e senhores.¹¹³

Como prossegue em sua crítica, à atividade de exploração do latifundiário brasileiro se aliaria a sua qualidade de “empresário da produção”, resultando no fato de que os “os trabalhadores da grande exploração agropecuária brasileira (a fazenda, a usina, o engenho, a estância, etc.) não (seriam) ‘camponeses’ no sentido próprio de produtores autônomos e parcelários, e sim *empregados* daquela grande exploração”.¹¹⁴

É que para Caio Prado a evolução do que viria a ser o Brasil, a partir da expansão marítimo-comercial européia, não admitia reconhecer características propriamente feudais em alguma fase. As formas de exploração da propriedade, a começar pelo sistema escravista, baseado na mão de obra negra, e suas reminiscências no campo seriam no fundo variações ou permanências de determinadas etapas do capitalismo.

¹¹³ Ver para isso a discussão que Caio Prado Júnior trava no livro **A Revolução Brasileira**, publicado pela primeira vez em 1966. Utilizo aqui a seguinte edição: São Paulo, Ed. Brasiliense, 1999.

¹¹⁴ Idem, p. 104.

Diferente desta concepção, como se pôde depreender até aqui, Duarte admite, por sua vez, que um agente (como o português que emigrou para a América) ou uma sociedade podem “regredir” a outros tipos de organização, inclusive, ao feudalismo. Para ele, a escravidão e seus efeitos mais do que tudo reforçariam aquelas tendências particularistas e sentimentos de hierarquizações típicos de um regime feudal e que iriam permanecer mesmo após a Abolição, sobretudo, no desprezo pelo trabalho braçal e no preconceito de raça.

Portanto, ao contrário de Caio Prado, não só o termo camponês seria adequado porque contém um princípio indispensável de qualquer forma feudal, isto é, a hierarquia que por si só estabelece entre aqueles que detêm a propriedade e aqueles que não a tendo irão nela trabalhar (escravo ou não), como a escravidão negra que aqui se constituiu, embora sendo fruto do capitalismo mercantil, não só torna-se parte fundamental de nosso feudalismo, por seu caráter redutor e aristocratizante, como o reforça.

Diferente do autor paulista, tudo se passaria como se da escravidão ao período de trabalho livre vivenciássemos apenas variações de um arraigado feudalismo, que de todo o modo submeteria o “camponês” às piores condições que um trabalhador poderia suportar.

Aliás, particularmente na relação que estabelece entre escravidão e feudalismo, um aspecto que merece melhor exploração em *OP* é a afirmação de que a escravidão brasileira, embora “eminentemente caseira”, só pôde exercer o poder que exerceu porque se encontrava “indiscutivelmente” vinculada ao “patronato”:

A escravidão brasileira foi eminentemente *caseira* e constitui a maior força em que se apoiou a instituição familiar para desenvolver a sua economia própria, esteio de sua unidade e de seu centripetismo. *Se ela pôde exercer o poder que exerceu, indiferenciando classes, decompondo o poder político e reduzindo todo o organismo social à sua ordem privada, deve-o indiscutivelmente, em magna parte, à força e ao vínculo do patronato* (itálicos meus). O escravo que bastava ao senhor era condição, ou melhor, trunfo econômico de que dispunha este para impor o estilo do domínio social e econômico que o fez procurado e obedecido – domínio que constrange e subordina os demais homens livres, que não participam do senhorio, mas que, por sua vez, constitui a única força de proteção e amparo a que o fraco era *forçado* a recorrer. ¹¹⁵

¹¹⁵ *OP*, p. 82.

As conseqüências redutoras deste vínculo de “solidariedade” que se estabelece no interior entre o patronato, concebido como a extensão do poder senhorial, e a grande massa que nele reconhece a única referência de poder são profundas e cravam na história os fundamentos da “clientela”, do “caudilhismo” e da rusticidade do trabalho rural em uma economia descompassada, que mesmo a supressão da escravidão não iria ruir:

(...) Além dos filhos e dos escravos, a pequena classe dos homens livres, sem a especialização profissional e poder econômico autônomo em face da propriedade senhorial, constituía o mundo dos agregados que mais ou menos vinculados ao engenho ou à fazenda, lavradores de ‘cana obrigada’, numa incipiente forma de servidão da gleba, rendeiros, meeiros, ‘sitiantes’ vaqueiros de ‘quarto’ ou ‘terço’, formando pelos laços da sujeição econômica e da proteção moral e política, uma verdadeira *clientela* para maior tipificação desse patronato.¹¹⁶

E, por fim, arrematando:

Este elo de sujeição e proteção vai constituir uma das grandes bases de solidariedade da grande massa rural em torno dos chefes senhoriais, reforçando as fontes de caudilhismo ora conservador, ora turbulento, conforme se mantenha ou rompa o compromisso entre o Estado e essa ordem privada. Mas, só a organização rural, o predomínio dos direitos senhoriais sobre a terra, não bastariam para explicar o prestígio do patronato. A escravidão é que, aviltando o trabalho para homens livres e o absorvendo, vinculou essa massa, mais ou menos desajustada, à órbita da casa-grande ou à propriedade latifundiária, impedindo-a ou de diferenciar-se em classe profissional, cujo rumo seria normalmente o da cidade, ou de constituir-se em proprietária de terras, permanecendo no campo. Mas, nem pôde impor-se como classe profissional distinta nem continuar a atividade agrícola, como detentora da pequena propriedade, porque não é só difícil, é impossível nesse regime econômico e dadas as condições físicas que determinavam a cultura agrícola...¹¹⁷

Interessante é que o termo patronato desdobra-se, portanto, em sentido oposto daquele que aparece em *Os Donos do Poder* de Raymundo Faoro. Para entender o porquê desta oposição é necessário, entretanto, observar como o autor gaúcho parte de uma particular utilização das categorias weberianas, para afirmar que o patronato luso-brasileiro resulta, neste caso, da forma como se constituiu o chamado “estamento burocrático” na Ibéria, e como este se transpôs e se reforçou com a transmigração da Corte portuguesa no início do século XIX, vindo a tornar-

¹¹⁶ Idem, p. 82.

¹¹⁷ Idem, pp. 82-83.

se padrão a partir do qual se organizaram a Independência, o Império e a República.¹¹⁸

A explicação começa ressaltando a predominância da guerra contra os “invasores” em espaço espanhol e português como o fator decisivo para incentivar progressivamente a articulação da elite guerreira em torno de um único senhor, assim como para estimular a separação entre esta e a elite territorial agrária. A avidez por sustentar esta estrutura estatal, forçando a circulação monetária e a centralização, reforçava, por sua vez, o arbítrio do soberano nos padrões de seleção daqueles que comporiam a organização estatal, e estes, usufruindo do status a partir do cargo e das prerrogativas geradas por este, abriam a possibilidade de estender aquela arbitrariedade para a sua relação com os demais estratos da sociedade, chegando, inclusive, a se tornar independente, em diversos momentos, do próprio monarca.

Para Faoro, esta “capa social”, compondo o Estado pela seleção e perpetuando-se pela tradição, a que dá o nome de “estamento”, não assumiria os contornos de um grupo fechado tal como uma casta, nem seria uma classe, na medida em que se constituiria fundamentalmente a partir da distribuição social do status – concentrada, neste caso, na mão do Estado – e não, como seria constitutivo daquela, na esfera do mercado (ainda que com esta pudesse inevitavelmente auferir, por sua posição social, de maiores chances para ascender economicamente). Evoluindo de uma determinada modalidade de patrimonialismo¹¹⁹, este estamento, embora “burocrático” na “forma”, guardaria deste caráter apenas uma “estereotipação”, visto que não adquiriria o caráter

¹¹⁸ Rubens Goyatá Campante, “O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira” In **DADOS**. Rio de Janeiro, Vol. 46, N°. 1, 2003, p. 153.

¹¹⁹ Weber distingue a dominação patrimonial em puramente patriarcal, caso em que predomina o arbítrio do senhor na órbita do *oikos*; e em dominação patrimonial estamental, caso em que o senhor tem de alargar sua dominação para extensões maiores conforme a complexificação das sociedades, fazendo uso para isso da seleção de “servidores” que irão constituir a organização administrativa e da delegação a chefes locais, legitimada, sobretudo, pela tradição, e ou também pelas leis – pelo menos em seu aspecto formal. É marcado por preservar um equilíbrio tendente à tensão entre o arbítrio dos governantes, que pretendem centralizar na forma do arbítrio, e o quadro administrativo de viés descentralizador e redutor do arbítrio do governante, na medida em que se estabelece pela tradição em vinculação com os chefes locais. Ver como um ponto inicial e essencial da distinção as pp. 753-758 de *Op. Cit.* (2001).

racional-legal que marcaria a essência das organizações burocráticas, abrindo espaço sempre para a intervenção do arbítrio, o seu próprio ou o do soberano.

Como segue o autor, o problema fundamental em Portugal e que viria desembocar no Brasil não era que o estamento burocrático acabe efetivamente governando como “minorias”, porque para ele todas as organizações sociais foram governadas por minorias ao longo da história, mas sim que, diferente da “camada dirigente”, ele não carecia minimamente de ser uma expressão da nação. Através do “exercício de privilégios jurídicos assegurados pela lei ou pela tradição” ¹²⁰, marcava sua clivagem em relação ao resto da sociedade, “incluindo neste resto as camadas proprietárias ou não”. ¹²¹

Assim, de acordo com Faoro, é esta separação, levando o estamento burocrático a se “autonomizar” e ter o controle do Estado, que abre espaço para a subversão do público pelo privado, e não porque este se confunda necessariamente com os interesses, no caso brasileiro, das classes dirigentes em que predominavam o senhoriato proprietário:

Tal poder minoritário autônomo, sem controle nem firmes limitações da vontade popular, exerce, por meio do funcionário, do militar e do clérigo, o *patronato político* (itálicos meus), que influi e conduz os movimentos sociais. Em Portugal, e no Brasil, como se verá, o comando lhe é assegurado pela regulação material da economia, regulação conquistada pelo regime patrimonial e perpetuada no Capitalismo estatal. O pessoal político, porventura comissionado pelo poder majoritário em sufrágios ou assembleias políticas, não logra superar essa capa tuteladora, senão que a ela se acomoda, desfrutando de seus privilégios e tentando perpetuar-se, sem renovação, pela escravização das clientelas eleitorais. ¹²²

Diferente de Duarte, portanto, o patronato político brasileiro de Faoro – não muito distante do português – ora com e sob o arbítrio do Rei, ora com e mais impondo seus interesses sobre o Rei, busca a circulação monetária, privilegia o capitalismo comercial em que pode intervir, e impede o industrial, em que, ao contrário daquele, é necessária a previsibilidade, refutando as intervenções arbitrárias. Ele encaminha o país para um capitalismo de Estado, pré-moderno,

¹²⁰ **Os Donos do Poder**. Porto Alegre, Ed. Globo, 1ª Edição: 1958; p. 44.

¹²¹ Rubens Goyatá Campante *Op. Cit.*, p. 154.

¹²² *Op. Cit.*, pp. 44-45.

centralizador e que busca fortalecer o erário estatal e não expressa uma ordem feudal.

Essas tendências prolongadas, e que permitem uma idéia exata da “viagem redonda” que teríamos percorrido, acarreta como conseqüência, mais uma vez ao contrário de Duarte, o fato de repelir quaisquer tendências feudais inclusive no período colonial, a começar pelo estabelecimento da “colônia de plantação”, típico empreendimento metropolitano no entender de Faoro e não uma iniciativa predominantemente particular:

A natureza do empreendimento da colonização brasileira não pode ser confundida com a organização feudal. Não deverá desvirtuar a análise o fato de estarem os núcleos de lavoura esparsos, e os engenhos espalhados pelo território vasto. Eles não se desenvolveram, nem se criaram por impulso próprio, obedeceram a um plano público, que porfiou em estabelecer-se com o controle e vigilância dos agentes reais.¹²³

Baseando-se à sua maneira na compreensão de Weber sobre o patrimonialismo, pode-se constatar que Faoro acaba extrapolando as diferenças que o sociólogo alemão identifica entre patrimonialismo e feudalismo, incluso nisto a insistência do autor brasileiro em ver a administração patrimonial estamental com menos conflito entre o soberano e os chefes locais do que considera a própria perspectiva weberiana, e sem contar a tendência desta última de identificar no patrimonialismo estamental um trajeto para a descentralização e para o controle do arbítrio, enquanto que o autor gaúcho, dada a peculiaridade ibérica, o associa ao reforço da centralização e do arbítrio.¹²⁴

¹²³ Idem, p. 63.

¹²⁴ Weber entende que a principal diferença entre feudalismo e patrimonialismo reside no fato de que no primeiro “ocorre, de forma tão acentuada, uma ‘apropriação dos meios administrativos’ por parte dos ‘servidores’, que acaba por gerar uma situação contratual entre estes e o governante patrimonial, embora não de cunho moderno, formal objetivo, mas baseado na ‘honra’ subjetiva das partes”. Em seu entender, embora o feudalismo, enquanto uma dominação tradicional, também possua forte dose de tensão “entre tradição e arbítrio e entre governantes centralizadores e quadro administrativo descentralizador”, como no patrimonialismo, ele é marcado por uma maior estabilização desta tendência se comparado com a dominação patrimonial. Campante, *Op. Cit.*, p. 157. Contudo, e por outro lado, Weber também admite a idéia de que o feudalismo possa ser visto como uma modalidade “limite” de patrimonialismo: “Em oposição à ampla esfera de arbitrariedade e da correspondente falta de estabilidade das posições de poder dentro do patrimonialismo se encontra a estrutura das relações feudais. O feudalismo é um ‘caso limite’ da estrutura patrimonial no sentido da estereotipação e fixação das relações entre os senhores e os vassalos” (tradução minha). Weber, *Op. Cit.* (2001), p. 810. Ver sobre isso Campante, *Op. Cit.*, p. 157-159.

Ainda sobre este ponto, é interessante observar que se Duarte, de maneira bem distinta de Faoro e não utilizando o termo patrimonialismo, relaciona o patronato às extensões do domínio patriarcal para além da casa-grande (entendendo o Estado, sobretudo no Império, quase que como uma confusão com aquela em maior escala), temos uma perspectiva, a de Sérgio Buarque de Holanda, que embora empregando o termo, explicita muito mais as vinculações com a ordem senhorial vigente, sem derivar do patrimonialismo um fenômeno de autonomização estamental, e relacionando-o isso sim com a importância que teria nessa ordem os círculos familiares.

Neste sentido, o significado atribuído a patrimonialismo em Holanda, de alguma forma se aproxima um pouco mais dos termos da descrição de Duarte sobre a ordem privada, vide a seguinte passagem de *Raízes* que, apesar de longa, consideramos relevante reproduzir:

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário 'patrimonial' do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário 'patrimonial', a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. (...) O funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. Mas em sua essência ele é tanto mais diferente do burocrático, quanto mais característicos estejam os dois tipos.

No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera, por excelência dos chamados 'contatos primários', dos laços de sangue e de coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas.¹²⁵

¹²⁵ *Op. Cit.*, pp. 158-159.

Expostos tais pontos, é ainda importante compreender como o ator insiste no papel dos nossos municípios ou nossa municipalidade para se entender de forma plena as implicações político-institucionais emanadas dessa interação entre a terra grande e a família extensa.

Enquanto em Portugal Duarte define que o município guardava de um feudalismo historicamente restringido a vocação para a indiferenciação do fenômeno político, este caráter, em terras brasileiras, assumiria proporções ainda maiores, convertendo-se em uma municipalidade feudalizada.

Para o tratamento deste problema importa a distinção genérica que o autor estabelece, logo no capítulo inicial de *A Ordem Privada...*, entre “cidade” e “município” ou “comuna”. Enquanto a primeira é definida como tipo de associação urbana de “originário sentido político”, o segundo seria definido como o menos político dos grupos e associações territoriais, guardando, pelo menos, uma característica fundamental: a “indistinção de esferas”, quando não o predomínio do espírito privado sobre o público.¹²⁶

Dentro disso, na experiência colonial, e depois em toda a experiência monárquica e republicana, a municipalidade brasileira “politicamente” se limitava a uma extensão do domínio dos grandes proprietários, concorrendo como principal força contra a sedimentação de um espírito de fato coletivo, que só se poderia vir à tona por meio da difusão do *urbanismo*:

(...) O urbanismo não atende ao interesse do grande proprietário feudal nem ele haveria de estimular, porque ele próprio não sentia a necessidade de associação urbana. A cidade é, por seu caráter social e histórico, centro político por excelência, aglutinador do poder público, por surgir, acima de tudo, como expressão antiprivada e antidissociadora.¹²⁷

Duarte esclarece que a origem de nossos municípios feudalizados encontrava-se naquela conveniência da coroa portuguesa em deixar aos empreendimentos de caráter privado a ocupação do território, fazendo, portanto, com que brotasse agrupamentos mal contornados, fruto do imprevisto movido mais por aquele espírito de “aventura” de que já mencionamos e cujo objetivo era

¹²⁶ O P, p. 11.

¹²⁷ Idem, p. 25.

conquistar as maiores extensões de terra possíveis, do que fixar-se e imprimir ao meio habitado os contornos de sua cultura.

Portanto, não deveria se estranhar que as instituições municipais aqui originadas se voltassem antes para preservar intactos os domínios senhoriais que eram, em grande parte, a própria motivação pela qual tinham sido originadas. Ao mesmo tempo, porque tinham neles as únicas unidades “politicamente” organizadas, visto que, no mais, a classe branca, comerciante, permanecia restrita às faixas mais litorâneas, sendo discriminada nas assembléias; as parcelas da população branca ou mestiça, pobres, permaneciam sem lugar em uma estrutura moldada em dois pólos: o do escravo negro e o do senhor; ou então, permanecia a população indígena diminuída pela violência e apartada do todo por sua própria organização tribal:

Nesse município feudalizado, compõem as suas câmaras, ou o senado de suas câmaras, os senhores de engenho, os nobres da terra que reivindicam verdadeiro privilégio de serem os únicos eleitos. A massa informe do povo não participa dessa comuna, porque esse povo não existe nem poderia existir para constituir a associação comunal.

Esta comuna é apenas uma assembléia do senhoriato, não desce a acolher o vilão, o homem do povo, o artesão nem o pequeno burguês do comércio. O comerciante da cidade, a futura classe inspirada de outro espírito civil e político, está proibida de entrar na organização municipal, isto é, de ingressar no seu senado, ela que estaria mais do que qualquer outra apta a desenvolver o espírito público.¹²⁸

Mesmo quando o poder real patrocina as *bandeiras* voltadas para o povoamento e, portanto, forjava com isso os mal acabados contornos de município, os bandeirantes o faziam não com o fim principal de se estabelecer com vistas a constituir moradia, mas antes no interesse da aquisição, da posse. O objetivo principal era sempre explorar o território, ficando a morada, de caráter rústico, precário, como uma motivação marginal em relação à primeira:

Ainda que constitua empresa assinalável para toda organização política a conquista e dilatação territorial – elemento de caráter e significação política tão importante – não é a bandeira uma iniciativa pessoal, obra empenhada, por natureza e propósito, do poder político. Nela não se serve o Estado, mas a si mesmo, ao fim de lucro pessoal que domina a empresa. Mesmo que contenha

¹²⁸ Idem, p. 74.

interesses políticos não é a eles que tem em mira, mas aos interesses da ordem privada.¹²⁹

Segundo Duarte, movimentos como estes, se pautavam, no fundo, sempre no exemplo dos grandes proprietários, especialmente na vontade de adquirir maiores proporções de terras. Ademais, ligando-se inicialmente ao caráter dominante da organização capitania, e depois assumindo funções que se não propriamente políticas acabavam assumindo “relevância extraordinária” neste regime feudalizante, as bandeiras acabavam ensejando ou servindo de meio para os senhores exacerbarem seu espírito de chefia militar e de milícia:

A bandeira, é o que vale dizer, constitui o ensejo e o meio para o senhor privado retomar a função e a chefia militar. Já Oliveira Vianna nos fala das milícias privadas dos grandes senhores rurais.¹³⁰

Baseando-se na análise empreendida por Oliveira Vianna das instituições municipais, do caráter improvisado da empresa portuguesa na constituição dos municípios, tais como apontados por Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, Duarte acaba então convergindo com as observações de *Populações Meridionais do Brasil*, *Casa-Grande & Senzala* e *Raízes do Brasil* em não só definir o domínio rural como centro da organização social da Colônia, mas também ao defini-lo como hostil aos aglomerados urbanos.¹³¹

Tomando tal retrato como uma das facetas estruturantes de nossa trajetória, torna mais clara a ligação não só entre a aversão ao urbanismo e a insistência de uma sociedade em ser rural, mas ao fato de uma sociedade como essa necessariamente tender a ser antipolítica, anti, portanto, ao que o urbanismo traz em sua própria natureza:

... o antiurbanismo, a que no País condições do meio físico favoreceram, é espírito e tendência não só de toda vida rural predominante numa sociedade, como o resultado de todo sistema infenso à prevalência da organização política pura.¹³²

¹²⁹ Idem, p. 27.

¹³⁰ Idem, p. 28.

¹³¹ A convergência neste aspecto é apontada por Gildo Marçal Brandão em “Populações Meridionais do Brasil” In **Introdução ao Brasil. Um Banquete no trópico**. Lourenço Dantas Mota (org.). São Paulo, Ed. SENAC, Vol. 2, 2001, p. 317.

¹³² **O P**, p. 26.

Em tal interpretação, mesmo o ciclo da mineração, considerado a primeira experiência urbana mais proeminente, é avaliado de maneira negativa.

O autor não passa despercebido pelo fato de ter havido no período certo “deslocamento do proprietário rural”, abalando pela primeira vez a estrutura feudal e dando ao Estado português maior potencial de penetração e domínio sobre nosso *hinterland* (embora um domínio “inseguro”) ¹³³. Porém, entende, por outro lado, que “se o ouro incrementou a vida das cidades”, não superou o caráter “aleatório” do modo como o colono se associava. ¹³⁴

Desse modo, a conclusão de tal experiência é que se o Estado português teve uma maior penetração, acabou a conseguindo por oprimir, despertando ou intensificando, por conseqüência, ainda mais a “hostilidade” contra a autoridade política por parte de uma população, em seu grosso, fragilmente fixada ao território.

Assim, as cidades do ciclo da mineração são definidas por Duarte como “cidades do acaso”, derivadas de formas espontâneas e intermitentes, faltando-lhes “os atributos e as insígnias da associação política” tal como a “cidade” em sua concepção mais clássica. ¹³⁵ Mais uma vez, o entendimento de que o fenômeno urbano como tal permaneceria restrito, em toda a história brasileira, à faixa litorânea e às capitais das províncias, posteriormente estados, já se antevê aqui.

Perpetuada no tempo, esta restrição é apresentada até mesmo como se acentuando com a Independência. Duarte salienta que o “prestígio da sociedade rural” viria a ser maior no século XIX do que nos anteriores, devendo-se isso, sobretudo, a dois episódios.

Em primeiro lugar, porque após sofrer certo abalo no século anterior – pelo desequilíbrio que havia acarretado a mineração – essa sociedade acabava recebendo os reflexos dos que “já não podiam fazer a corrida do ouro” ao mesmo tempo em que também se multiplicava pelo sul, “abrindo o ecúmeno do café que

¹³³ Ver Luis Guilherme Piva **Ladrilheiros e Semeadores: a modernização no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)**. São Paulo, Editora 34, 2000, p. 235.

¹³⁴ Ver pp. 33-34 de *O P.*

¹³⁵ Idem, p. 34.

(iria) garantir o equilíbrio do eixo centro-meridional em face do Norte ainda em sua hegemonia”.¹³⁶

E em segundo lugar, porque “sem apelos ao intervencionismo econômico”, o Estado então implantado livrou tal sociedade das inconveniências impostas pelas exigências metropolitanas e veio “amparar o status quo do senhoriato territorial da Colônia, protegê-lo, ou melhor, nele se apoiar para continuar o velho compromisso da Coroa portuguesa com o poder, conservador e redutor de problemas e de processos, da propriedade privada”.¹³⁷

O Estado brasileiro que então emerge não só representava, como não podia deixar de representar, a extensão do “mando senhorial”, a “reunião de famílias”. Pois, era apenas na elite senhorial que se encontrava a única “classe política” em que o Estado poderia se sustentar territorial e economicamente.

Territorialmente, porque era de fato a única parcela da população fixada ao solo. Economicamente, porque era de fato a única parcela social com imanente, embora não explícito e desenvolvido, sentido econômico mais diferenciado de sua ação, de onde o Estado podia extrair os recursos para sua preservação, contanto que deixasse intacto o compromisso com a casa-grande:

O poder político do senhoriato se desdobra, porém, sem sair, entretanto, de suas mãos. Se antes, o senhoriato mandava em suas terras, impondo aos elos de sua influência e poder econômico toda uma população que volteava, em seus degraus sucessivos, em torno da propriedade senhorial, mando tanto mais forte quando se fundava na dissociação dessa sociedade dividida em núcleos fechados bastando a si mesmos, com a nova ordem política, ele apenas, era chamado a continuar esse mando e poder nas esferas e redobras do Estado

Esse desdobramento que vai ser, antes de tudo, o exercício desse poder da aristocracia rural em outra posição, vinha por em função e movimento a nova ordem estatal.

Daqui se extrai a idéia cara ao autor de que, neste momento, se desenvolve mais decisivamente uma espécie de *solidariedade* entre as famílias que representavam o senhoriato territorial. Quando ameaçado o compromisso entre o Estado e a casa-grande, que o Império não só continua como dilata, a “reunião de famílias” possibilitada por tal solidariedade, apresentava-se então como o próprio

¹³⁶ Idem, p. 85.

¹³⁷ Idem, p. 85.

Estado, sob a alegação de evitar a “anarquia” representada pelos movimentos de contestação oriundos dos meios urbanos.

Contudo, prossegue o Duarte, aquilo que chamariam de “anarquia” nada mais era do que as primeiras reivindicações por um poder público mais extensivo, enquanto que seu discurso sob o abrigo do Estado nada mais era do que a defesa daquele compromisso consagrador da ordem particularista em que exerciam o poder. Na verdade, para o intelectual, o que aqui se operava era uma inversão: enquanto que aqueles que supostamente seriam os anarquistas reclamavam em suas bandeiras por um Estado “puro”, os que supostamente o defendiam eram os autênticos anarquistas, entendendo-se o termo aqui não como oposto à organização social, mas oposto à política, isto é, à imposição de um poder comum sobre poderes concorrentes.¹³⁸

É assim, partindo de como se dava a disputa entre esses dois humores no Império, que Duarte adianta a maneira como essa classe senhorial iria se prolongar mesmo que como uma “tradição continuada”:

Quando a força dessa classe, depois de deter e exercer tamanho poder social e político, começou a declinar, nem por isso deixou de continuar no Brasil a prevalecer pelo poder de sua tradição continuada.¹³⁹

Se este domínio e, portanto, este feudalismo se perpetua como “tradição”, o faz confundindo os sentimentos privados com os mais públicos, tornando os primeiros referenciais quase que únicos para uma população que, fora do litoral e das capitais, é extremamente amorfa e sem referenciais de vinculação maior que os oferecidos pelas unidades restritas em que se acha submetida:

Este Brasil rural, quando não é o Brasil senhorial, é a massa populacional mais amorfa e dissociada que é possível observar-se, sem outra idéia de conjunção que não, como vimos, a da unidade econômica e moral daquela ordem privada... Forçada a exercer um poder ou a estruturar um Estado, ela transforma e tem essa ordem privada não só como uma ordem de base social, mas também como a única ordem de base de sua vida política.

Era este feudalismo sob forma de “tradição”, presente nas tendências mais aristocratizantes, distinguindo, antes de tudo, aqueles que possuem propriedades

¹³⁸ Idem, pp. 98-99.

¹³⁹ Idem, p. 109.

e aqueles que nela terão de trabalhar, e logo, aqueles seguem o poder sem desdobrá-lo em política e aqueles que sentem sua imposição por exclusão dele, o problema que a República, não obstante os indícios de uma evolução nacional, longe estarão de superar.

6. Povo e “Povo Político”

Os efeitos do “complexo social” representado pela grande propriedade são apontados por Duarte como os principais fatores para que no Brasil se possa distinguir tão exemplarmente “povo” no sentido comum do termo (enquanto “massa populacional”) e “povo” em seu sentido “político”.

Graças a tais efeitos, o autor deixa claro que embora pudéssemos ser encarados como uma nação “prolífica”, tal se daria apenas em sentido potencial. Pois, ainda não teria se engendrado entre nós um “espírito” propriamente nacional, o que corresponderia a atingir um estágio de desenvolvimento político capaz de nos tornar uma comunidade integrada.

De acordo com Duarte, o fato de não atingirmos tal estágio em nada estava relacionado a uma inferioridade advinda da raça, não exigindo remédios como, por exemplo, o da condenação da mistura racial ou do embranquecimento da população. Afinal, como já antecipamos, se essa mistura foi responsável por algumas regressões sobre o branco português, também este, através da formação apolítica que trouxera consigo, viria impedir o desenvolvimento de índios e negros, seja por sujeição, ou por destruição de suas organizações sociais anteriores (esta última, no caso dos de origem africana).

Além do mais, o problema estaria longe de ser esgotado se a atenção se concentrasse apenas sobre aspectos quantitativos, ou então, pela adoção de uma

atitude de desprezo pela massa populacional, prendendo-se, neste caso, a certos pré-conceitos, como, por exemplo, o do grau de instrução.

Em relação aos aspectos quantitativos, Duarte enfatizava não bastar que a população ou o povo-massa crescesse de forma espontânea, de modo “notável”, aliás, apesar da mortalidade infantil que apresentava. Tampouco resolvia a questão o fato de essa massa ser “considerável”, “maior do que muitas das velhas nações do ocidente”, enquanto que, “qualitativamente”, continuássemos a não nos definir por “sentimentos” e valores mais coletivos.¹⁴⁰

Quanto a certas atitudes preconceituosas, o autor destacava que por “qualitativo” não se deve entender o menosprezo pelo povo que tínhamos, ou tratá-lo com “severo exclusivismo”: como seria medir seu maior ou menor valor político pelo “grau de analfabetismo” da população. Afinal, não obstante a alfabetização fosse importante para o exercício de direitos políticos, ela não podia ser tomada, em sua concepção, como único caminho para alcançarmos feições mais políticas:

A alfabetização, embora seja condição para o exercício de importantes direitos políticos nas organizações estatais modernas, eminentemente racionalizadas, não é a porta por onde um povo possa adquirir hoje o sentimento e o espírito políticos.¹⁴¹

Para Duarte, era a instituição social do latifúndio que importava como grande empecilho. E, portanto, a constituição dos brasileiros enquanto povo político era problema que devia ser sempre visto como resultado de uma história marcada pelo domínio daquela instituição. Era a este processo de formação política, sempre limitada a um ensejo, e, portanto, sempre *acidentada*, que se deveria voltar:

Um povo político é, antes de tudo, um produto histórico. Terá vivido certos acontecimentos e precisará, além disso, atingir certa *idade social* e estado de organização que o predisponham à forma política ou que já a exijam como condição de sua coerência e sobrevivência.

A inexistência ou não de um povo político no Brasil terá que ser deduzida desses vários fatores, mas, sobretudo da forma de organização social que a sua população viveu ontem e continua a viver hoje.

Ora, essa forma de organização social, além, de ser indisposta ao fenômeno político, pôde caminhar prescindindo do poder do Estado. Não há antecedente

¹⁴⁰ Ver Idem, pp. 90-93

¹⁴¹ Idem, p. 93.

histórico mais proeminente do que este na base da vida da nação brasileira. É ele uma das grandes *origens remotas, próximas e contemporâneas* ainda de nossa vida como organização política.

O Brasil é um Estado com um passado contra, dentro de uma organização econômica hostil aos próprios requisitos e fundamentos do exercício do poder político.¹⁴²

Essa passagem, extraída do quinto capítulo de *O P*, possui termos como “origens remotas próximas e contemporâneas”, que, por si só, atribuem lugar central a ela. Afinal, parece indicar uma espécie de reiteração contínua das origens como impedimento para alcançar aquela *idade social* adequada a nosso desenvolvimento político.

Contudo, essa impressão não pode resumir completamente a maneira como Duarte analisa a questão, algo que pode ser examinado olhando com mais cuidado para o restante dos capítulos cinco e seis. Pois, a partir destas etapas, o ensaio parece caminhar para uma conclusão menos pessimista ao redefinir de alguma forma aquela oposição entre o tempo ideal que deveríamos alcançar e a reiteração de nossas anomalias.

Logicamente, os empecilhos para Duarte assumem proporção muito maior do que os avanços, mas isso não quer dizer, por esta oposição, que ele conclua pela total impossibilidade que sejamos um “povo político”.

Na verdade, com essa forma de encarar as tensões, ele estaria muito mais refutando a idéia de que o caráter político e a emergência da nação pudessem resultar de uma mera evolução progressiva do *status quo*. Mais uma vez, o autor estaria enfatizando que para haver a transformação seria necessário aos atores políticos *criarem* as condições para atingir aquela idade social, e isso só se processaria por meio de uma *ruptura política*, entendida aqui como o acúmulo contínuo de ações voltadas para a construção ou consolidação de instituições e ambiências mais públicas.

Da perspectiva duarteana, este fenômeno de luta, visando engendrar essas condições, só se iniciaria de modo mais claro no Império. Neste período, no interior da própria elite senhorial, haveria uma diferenciação mais significativa de

¹⁴² Idem, p. 93. Os itálicos são meus.

políticos que projetavam as formas ideais em que se organizaria o país, tendo como referenciais outras bases e outros valores que não os do latifúndio.

O que então virá à tona é que não obstante exageros, fracassos e derrotas, essas parcelas gerariam como legado a possibilidade de mudança – mesmo quando esta estivesse restrita apenas ao debate de idéias – e, portanto, seriam decisivas para ensejar um povo mais político a partir dos centros urbanos.

Aliás, chega a ser curioso como se processa essa operação, pois da mesma maneira que o Império representaria, conforme já mencionado, o apogeu do “prestígio da sociedade rural”, também seria o período em que, dentro da camada senhorial, se dariam os primeiros sinais de diferenciação de uma classe efetivamente política. Como se daria tal coisa?

Isso se explica pelo fato de que embora Duarte constate muito mais a continuidade na passagem do período colonial para o de Independência – no que respeita, sobretudo, ao compromisso Estado - casa-grande – ele também parte de uma inflexão que teria se processado e que não poderia passar despercebida.

É que na primeira etapa, até por conta do Estado português limitar a sua presença ao litoral e às capitais, o senhoriato territorial, seus descendentes e agregados não seriam chamados a desempenhar a função de classe política nas instituições que compunham o Estado central. Pelo contrário, contariam antes com a conveniência de uma estrutura estatal ainda mais afastada para se sedimentar nas instituições locais.

Por seu lado, no período imperial, o senhoriato e os que atuavam em seu entorno iriam ser obrigados a assumir responsabilidades nas instituições centrais, sendo logo levados, mesmo que contra a vontade, a entrar em contato com ambientes mais urbanos e diversificados. Por isso, era natural para o autor que embora a melhor tradução para o Império fosse a do governo das famílias proprietárias, também fosse dessa organização que desgarrariam progressivamente os atores mais imbuídos na defesa da causa pública e, portanto, avessos àquela ordem que muitas vezes era a de sua origem.

De acordo com Duarte, essas parcelas ou essa classe política mais “profissional” (padres, bacharéis, filhos dos senhores educados nos centros do

país e na Europa, praticantes das profissões liberais em geral) acabariam engendrando a luta contra as práticas do domínio agrário-feudal, restringindo-a inicialmente apenas à disputa no “campo do pensamento abstrato”. Essa limitação, resumida freqüentemente na mera propagação de idéias oriundas da Europa (Inglaterra ou França principalmente) explicava-se para o autor pela própria origem ou dependência que essas camadas guardavam em relação ao interior e à figura do senhor. O que os levava, e até não poderia deixar de ser, a resignar-se ao final da disputa:

(...) Profundamente distanciados pela cultura e pelas idéias daquela classe política dominante, guardando, assim, uma verdadeira disparidade entre o pensamento que concebe e modela a ação que o realiza, eles eram, entretanto, por tradição, por sentimento, por interesse e por esse instinto conservador de todo poder, representantes dela e por ela agindo nas esferas do governo.¹⁴³

Porém, como prossegue Duarte, estas cisões internas no senhoriato e dos que permaneciam sob sua influência teriam o efeito de progressivamente provocar a “agitação”, mesmo que pela pregação doutrinária, das “grandes cidades”, das “massas mais cultas”, ou dos setores que “já se (iam)... desajustando da estrutura econômica tradicional”.¹⁴⁴

Voltando-se para o período da Regência, o intérprete nota que pela primeira vez pode ser constatada uma maior proximidade dos ideais abstratos com a ação e demonstração de uma consciência mais “popular”. Daí porque a argumentação reconhecer neste movimento os primeiros sinais de um “povo político” incipiente, acompanhada pela emergência da luta por diferenciação e predomínio de uma classe, “com propósitos já definidos de classe econômica”.¹⁴⁵

Do mesmo modo, será também deste caldo característico dos centros urbanos que Duarte constata os conflitos com os quais o senhor, e dessa vez não só o do Império, passa a se ver constrangido. Conflito exemplificado pelas tensões entre a postura adotada nas cidades e a que era acostumado a impor no interior:

Se o senhoriato, ao encontrar-se com as influências do litoral, participa, no terreno abstrato, do jogo das idéias deste, quando reflui à sua base, ao seu habitat, continua a manter os elos tradicionais e orgânicos de sua índole e natureza, para

¹⁴³ Idem, p. 96.

¹⁴⁴ Idem, p. 97.

¹⁴⁵ Idem, p. 98.

impedir, já agora, que o Estado penetre essa população e lhe dê outro sentido social. Ao exercer o papel de classe política, deformando, conforme lhe é próprio, o fenômeno político, o senhor de engenho, o fazendeiro, barão do Império, coronel da República, ao substituir o Estado nesse país rural e agrícola, impediu até agora a aproximação do mesmo dessa população.¹⁴⁶

Exatamente neste ponto, Duarte traça duas caracterizações essenciais, permitindo extrair argumentos da maior relevância para a compreensão da análise que faz.

Primeiramente, descreve aquela classe política que vai se diferenciando como “os idealizadores das constituições perfeitas, das leis e práticas modelares, homens enfim paradigmáticos a bosquejarem paradigmas numa realidade ignorada e ignorante”, que constituiria o que o autor denomina de “idealismo”. Depois, desdobra desta definição não uma acusação de nulidade ou fracasso prático que seria apontada a estes movimentos por autores como Oliveira Vianna. Ao invés disso, é justamente esta ênfase nas idéias e no valor dos aspectos formas que Duarte considera vital como ponto de partida para as possibilidades de mudança:

Esse idealismo, entretanto, pelo exercício do pensamento abstrato, pela tentativa e pelo esforço da prática impessoal, no desejo de subordinar os homens e instituições à força dos grandes ideais, esse idealismo, em que pese seu colorido romântico sentimental, sua generosidade derramada, foi o primeiro núcleo de diferenciação de nosso senso político e de um espírito público mais puro e mais livre. Será ele um dos primeiros resultados da praticagem da vida política, da ação e função política sobre os homens que a exercitam. Foi nele, com o pensamento de educar-se e, por sua vez, provocar as pequenas revoluções de mentalidade e de idéias no País, que se arrimaram os nossos homens de melhor espírito público, os professores de política do Brasil, sejam eles, em épocas diversas um Otoni, um Tavares Bastos, um Joaquim Nabuco, um Rui Barbosa ou um Eduardo Nogueira Argelim, como muitas daquelas figuras, de projeção menor, que ornaram o movimentos revolucionários, principalmente do primeiro meado do século XIX.¹⁴⁷

Para a perspectiva duarteana, a difusão das idéias e o reconhecimento da função que desempenharia certos formalismos poderiam servir pelo menos como referenciais para a difusão de práticas menos personalistas, e para o desenvolvimento de consciências mais gerais.

¹⁴⁶ Idem, p. 106.

¹⁴⁷ Idem, p. 97.

Seria por meio do apreço de tais valores, que se presenciaria no Brasil aquilo que denomina *esforço da prática impessoal*. Expressão que aplicaria aos esforços de homens de Estado – seja o funcionário ou o homem público encarregado das decisões políticas – para elaborar, mesmo diante de meio tão hostil, as mudanças do entorno:

Ele (o homem público) terá que fazer um grande esforço de abstração para conceber e criar uma nação brasileira à moderna, seguindo as fórmulas e os princípios das agremiações superiores, e voltar-se imediata e violentamente para a massa informe e inorganizada de uma realidade que lhe oferece estádios sociais inaturais para o seu tempo e para o espírito logicamente contemporâneo de suas idéias e concepções políticas. Para ele se inverte o dissídio dos fatos e das idéias. Se é comum na estrutura jurídica, os fatos se renovarem e imporem modificações na lei e nas ideologias – ‘luta dos fatos contra a lei’ – entre nós, face à realidade política, são as idéias e as leis que as representam, que lutam contra os fatos no esforço renovação e modificação que eles impedem e contrariam.¹⁴⁸

Partindo do Império e adentrando na República, é a este processo, no qual a *lei escrita* passa a adquirir importância cada vez maior e o princípio da causa pública logo adquire proeminência na mente de um número maior de homens públicos, que Duarte atribui o “crescimento” do Estado.

Mais uma vez, ratifica-se então a idéia de que, para Duarte, Estado não é apenas um aparato ou uma máquina, mas antes a evolução de determinados valores a serem compartilhados em comum, e que em seu processo mais avançado, que ainda estaríamos longe de alcançar, apenas expressaria uma solidariedade orgânica previamente constituída.¹⁴⁹

Neste sentido, o crescimento do Estado de que nos fala ao final do ensaio é a evolução de uma forma dos “homens públicos” pensarem e se conduzirem. O que é ilustrado com a demonstração de como a lei e a impessoalidade serão aspectos valorizados mesmo no discurso daqueles que apenas traduzem, no

¹⁴⁸ Idem, p. 120.

¹⁴⁹ A ênfase nestes aspectos: do entendimento do Estado como fenômeno político diferenciado apenas quando este se confunde com a própria “comunidade política”, identificando-se com a própria idéia de nação e evolução política do povo, nos leva ao desenvolvimento de uma visão bastante extremada por parte de Duarte do conceito de “nação moderna”, tal como ficou caracterizado o termo a partir da literatura produzida durante a “era das revoluções”, marcada pela equalização entre os termos “nação”, “povo” e “Estado”. Equalização que emprestaria à idéia de nação moderna o princípio de ser uma e indivisa. **Nações e Nacionalismo desde 1780 – programa, mito e realidade**. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1990, p. 31.

fundo, maneiras personalistas ou quando não autoritárias, mas que, de todo modo, acabam sinalizando certa incorporação gradativa de novos referenciais.

Se a afirmação de que o Estado cresce tem muito mais a ver com valores e práticas legais do que com a máquina governativa, essa noção de crescimento é muito distinta, portanto, daqueles que a confundiam ou a confundem com expansão estatal no período Vargas. Por isso mesmo, ao contrário do que pensa Luiz Guilherme Piva, não acreditamos existir uma hesitação por parte de Duarte entre sua opção democrática e uma suposta visão de que o Estado só se generalizava por meio de um governo autoritário, pois aqui, para começar, não há uma coincidência de conceitos.¹⁵⁰

Uma das marcas da análise de Duarte em *O P* é que o autor inverte as críticas ao suposto caráter exterior e incompatível do regime democrático em nosso país, algo visível quando o autor salienta que é através dela (mesmo com todos os seus “desvios”) que as instituições públicas podem permanecer mais próximas dos indivíduos, tornando possível uma presença estatal mais efetiva.

Ademais, a democracia não é por ele entendida como uma forma de governo a ser atingida, produto de uma etapa posterior, mas é ela mesma a maneira mais adequada, ou a única possível, para que o país se constitua como uma “comunidade política”. Algo justificado pelo intérprete quando enfatiza que as dificuldades da democracia em se compatibilizar com o meio não são provas da total inadequação da realidade, mas são elas mesmas expressões da forma como essa realidade se desenvolveu, um indicativo de sua resistência às mudanças.

Segundo Duarte, essas dificuldades são antes produtos do tipo de experiência estatal que tivemos: nunca generalizada. Seria um problema de natureza do próprio fenômeno político e não um problema desta ou daquela forma de organização estatal.

¹⁵⁰ É certo que Duarte não prima pela clareza em diversos pontos, sobretudo, por seu modo bastante abstrato de expor o processo brasileiro, mas daí não deriva uma hesitação em relação à sua aposta na democracia face ao crescimento da máquina estatal no Estado Novo. Nesta questão nos distanciamos das considerações de Piva que salienta: “Nestor Duarte vai perdendo a clareza à medida que começa a formular sua idéia de construção do Estado no Brasil. Talvez se sentindo travado pela força com que desenhou o determinismo negativo e entusiasmado com a necessidade inadiável do Estado, de um lado, mas inconscientemente temeroso quanto à imposição de Estados que firam a democracia, de outro, ele mais dá sinais de uma e outra via do que realmente se afirma”. Luiz Guilherme Piva *Op. Cit.*, p. 239.

Polemizando com Sérgio Buarque de Holanda, Duarte então discorda que os empecilhos para emergir o regime democrático tenham origem apenas na sua incompatibilidade com muitos aspectos da nossa “herança rural”. Para ele, os percalços da democracia só podem ser compreendidos nos voltando, antes de tudo, para as dificuldades em se constituir no país o próprio Poder Político:

Para o autor de *Raízes do Brasil*,... tamanha circunstância só explica o que chama ‘a nossa adaptação difícil ao princípio do Estado democrático e os obstáculos que se ergueram contra a formação de um aparelho burocrático eficiente entre nós’.

Para nós, ao contrário, um problema de tanta profundidade e com tal poder de repercussão, não se pode restringir a tão poucas consequências e efeitos.

Ele atinge à questão mesma do Estado e não a essa ou aquela forma de organização estatal. Não seria o Estado democrático... o que maiores incompatibilidades ofereceu à recepção e implantação do fenômeno do Poder Político numa organização social como a que tivemos até aqui.

Tomando como base o que foi exposto acima, podemos verificar que embora interprete a experiência brasileira a partir dos empecilhos para constituir uma vigorosa esfera pública, assemelhando-se em muitos pontos à tradição dos chamados “idealistas orgânicos”, Duarte acaba se aproximando, por outro lado, do liberalismo de muitos “idealistas constitucionais”, considerando, sobretudo, a ênfase que dá à valorização dos aspectos formais e do potencial abstrativo como contribuições fundamentais para superar “sentimentos” oriundos da proeminência do privado.¹⁵¹

¹⁵¹ De acordo com Gildo Marçal Brandão, a tendência de um “idealista orgânico”, principalmente de extração conservadora, seria a de ver essas preocupações como mero artificialismo face ao grau de inorganicidade que a sociedade brasileira usufruiria e em vista do imperativo de que um Estado forte, em razão dessa mesma inorganicidade, deva sobre ela se impor. Algo contrário do que, segundo o cientista político, seria a “peculiaridade” do idealismo constitucional dos liberais, marcado que seria pela “preocupação com as formas”, pela “confiança no poder da palavra escrita” e pela “crença em que a boa lei produziria a boa sociedade”, traduzindo a “idéia segundo a qual os problemas do país são fundamentalmente políticos e institucionais, e só serão resolvidos por meio de reformas políticas”, e insistindo, ademais, em que “na ausência destas, reformas econômicas e sociais não seriam possíveis ou não se sustentariam”. *Op. Cit.*, p. 249. É lógico que não tomo Duarte como uma figura híbrida entre essas duas “linhagens” que Brandão qualifica como sendo as predominantes – embora não as únicas – em nosso pensamento social e político. Trata-se apenas de um exercício de aproximação com vistas a compreender melhor a interpretação de Duarte.

No mais, quanto às categorias “idealistas orgânicos” e “idealistas constitucionais”, Brandão as extrai de Oliveira Vianna, esclarecendo, entretanto, que as trabalha de modo “a neutralizar as petições de princípio (do autor fluminense)” e a “esvaziar o que contém de justificação ideológica do projeto de monopólio de poder e saber (deste)”, em prol do entendimento das “famílias” que caracterizariam e orientariam a produção do pensamento político brasileiro (Idem, p. 236). Oliveira Vianna formula os conceitos em **O Idealismo da Constituição**. São Paulo, Ed. Companhia Nacional, 2ª Edição: 1920; 1ª Edição: 1939.

Não obstante essa última aproximação, não se deve por isso depreender que o autor aposte no “apelo à lei escrita”, na “adoção das constituições perfeitas”, ou então “na imitação de práticas políticas de outros povos” como prova, ainda dentro dos seus próprios termos, “de que já evoluímos bastante para atingir (aos) estágios superiores da organização política”. Segundo o autor, “ninguém hoje (teria) esse direito”, não importando os excessos de “nosso jurismo” e do “amor às concepções doutrinárias”.¹⁵²

Porém, Duarte também aponta que esses mesmos excessos ou equívocos da democracia, bem como dos formalismos que ela requer, devem ser compreendidos à luz do tamanho da tarefa que se impôs ao homem público realizar.

Afinal, se amparada em tais princípios, coube à ação do homem ajustar a população brasileira ao tempo social adequado para o seu desenvolvimento político, isso ocorreu porque nosso processo histórico, em cinco séculos, não foi capaz de engendrar essas condições em realidade tão hostil. Daí que:

É este o sentido da nossa vida política no Império e na República. Um trabalho de construção ora desproporcionado ora artificial, sempre com maior ou menor contraste, sobre o terreno vazio.¹⁵³

O desafio colocado aos esforços de impessoalidade, à pregação das idéias e à crença nas leis ganharia maior dimensão em vista de um passado que insiste em se opor a tais avanços:

A força desse passado há de ser naturalmente superior à força das idéias e dos princípios abstratos. Na ação, então, o que é psicologicamente certo é seguirem-se antes tendências e hábitos arraigados na conduta, do que idéias puras sem poder de impulsão para vencer, sopitar e apagar aqueles hábitos e tendências. Um dos dramas do homem público entre nós está nas contradições do nosso passado político.¹⁵⁴

E é justamente por reconhecer o peso dessa herança, que Duarte salienta os riscos de se confundir a figura pessoal do governante com o fortalecimento do Estado. Para o autor, é certo que, em nosso caso, aquilo que o Estado conserva de mais orgânico seria: a lei escrita (“porque o organiza”) e a ação do governante

¹⁵² O P, p. 119.

¹⁵³ Idem, pp. 117-118.

¹⁵⁴ Idem, pp. 119-120.

(“que o realiza”). Citando Montesquieu, ele lembra que nada mais entraria nesta composição: “nem tradição”, “nem costumes”, “nem a cooperação” e a “presença de um povo, impregnado do espírito e da índole da comunidade política que deveria representar”.¹⁵⁵

Como bem nota Osmir Dombrowski, o problema que aqui se colocava para Duarte é que por ser “quase o único fulcro de nossa vida política” o governo demonstrava ser, o mais capacitado para transformar a realidade e, ao mesmo tempo, ainda “fraco para tarefa tamanha”. Por isso, incorria em pedir “mais força, mais centralização e mais autoridade, para alcançar por golpes o que (seria) antes resultado de lentos processos do tempo e da ação ininterrupta sob programas demorados”.¹⁵⁶

Neste caso, seu argumento se encaminha para mostrar que é a pessoa do governante, como era o caso de Vargas, que ganharia em força ao centralizar o poder, enquanto que o Estado, que era o que deveria se constituir em fenômeno de poder acima dos demais, se manteria enfraquecido:

Daí aquela fórmula brasileira: Um Estado fraco a nutrir-se da violência dos governos chamados fortes.¹⁵⁷

Na medida em que o governo se personalizava e o Estado é centralizado, este último acaba pagando pelo maior afastamento de uma população já dispersa territorialmente. Além do mais, seria o Estado que acabaria alimentando a sua própria aversão, pois ao recorrer à violência ou manter-se afastado, reforçaria a “desconfiança”, o “temor” e mesmo a “antipatia” de uma população acostumada a não ver nele uma entidade política. Reforçando até mesmo os laços ou referenciais com a casa-grande.

Nesta linha, Duarte ainda afirma que o debate centralização versus descentralização não deveria ser visto como o problema de fundo ou a condição prévia para a criação da nação, e sim devia ser visto como discussão sobre resultantes posteriores do processo de formação nacional.

¹⁵⁵ Idem, p. 119.

¹⁵⁶ *Op. Cit.* (1998), p. 31.

¹⁵⁷ **O P**, p. 124.

Em seu entender, haveria um exagero no relevo atribuído a algumas leis políticas quando se estabelecia aquele debate: um destaque demasiado à primeira Constituição do império, de tendência centralizadora, ao Ato Adicional que na Regência inverteria tal tendência em favor da descentralização e maior autonomia das Províncias, e à lei chamada de interpretação de 1840 que recentralizaria o Poder Político sacrificando as províncias e “passando o município (para a) maior independência que se lhe dá, a ser, na frase do Prof. Junqueira Ayres, o antídoto teórico contra o federalismo”.¹⁵⁸

A exaltação à obra centralizadora do Império, que para Duarte não era nada mais do que a derivação da solidariedade de classe do senhoriato, e que representava apenas a unidade territorial e não a unidade nacional, chegava ao ponto de alguns autores comemorarem, segundo autor, o que consideravam a reminiscência daquela na Carta de 10 de Novembro de 1937.

Em vista disso, a questão que Duarte lançava referia-se ao fato de por assim se reduzir o problema – a unidade nacional resumindo-se na unidade territorial – também se terminava, em seu entender, por reduzir a solução.

Para ele a “organização nacional” deveria atender a outros princípios, a começar pela gestação de uma “comunidade política”, tendo como base fortes vínculos coletivos, dos quais qualquer engenharia institucional, descentralização ou principalmente centralização, seriam apenas derivada de um processo maior.

Segundo Duarte, neste nosso processo de formação político-nacional, com todos os seus percalços, limitações e fragilidade, a centralização apenas atenderia a um objetivo específico. Para começar, o intelectual propõe problematizar essa trajetória do seguinte modo: primeiro, deveríamos considerar uma comunidade econômica sob mesma língua, “com as mesmas reações e acomodações”, mas ainda sem espírito político e nacional; progressivamente, “rivalidades herdadas da antiga metrópole ajudariam a diferenciar essa comunidade de suas vizinhas”; com a Independência política, deveríamos considerar “outro contraste”: a “dominação comum da Metrópole portuguesa”; neste período, o autor sustenta que finalmente se poderia correr risco para a preservação da unidade, na medida em que

¹⁵⁸ Idem, pp. 113-114.

“desaparecia uma das mais fortes razões para explicá-la”, daí a política de centralização.¹⁵⁹

Contudo, os limites a esta política, no Império e posteriormente, são explicitados com ênfase na seguinte passagem:

Sob o governo centralizado no território indiviso e íntegro, não se alcançou... a solidariedade política pela presença influente do Estado. É que no meio interno, considerado de baixo para cima ou dos extremos para o centro, não havia o espírito de comunhão política para aderir ao Estado. A centralização atuava onde podia atingir, mas seria ilusão pensar que alcançasse até onde chegava e se estendia o território integralizado e indiviso.¹⁶⁰

Embora até reconheça o momento em que a política de centralização viria a preservar a unidade territorial contra possíveis riscos, registre-se que Nestor Duarte dificilmente concebe que em algum momento da história tenhamos vivido turbulências capazes de gerar um “efetivo fracionamento”. Para isso, a casa-grande teria tratado de segmentar ao máximo possível a sociedade, não permitindo que se formasse um mínimo de espírito público capaz de dar vazão à “escala regional” ou grupal, sendo exceção os “arremedos de separatismo”.

Essencial é que o êxito em se preservar a unidade territorial, atribuído por outros autores à política de centralização, aqui aparece como resultado da própria solidez da ordem privada:

Se esse Estado inextenso pôde servir à unidade íntima da nação, manter o território íntegro, é porque não encontrou, por seu lado, forças que desunissem e separassem para outras direções.

Sem unidade política nem sentimento político de qualquer espécie, restou, apenas, a comunhão ocasional saída da reunião daqueles grupos étnicos a se fundirem violentamente ou não, conforme a índole da acomodação e da mestiçagem luso-brasileira, mas passivamente indiferentes à tarefa do Poder Político no centro. À centralização escapava a irredutibilidade da grande massa populacional que formava círculo mais vasto, sem idéia política nem consciência nacional e que mal acudia a raras e vagas representações que traduzem a idéia e o sentimento de uma nação.¹⁶¹

Neste ponto em particular, Duarte acaba se diferenciando tanto de idealistas orgânicos como dos idealistas constitucionais. Pois, à diferença dos primeiros, o intelectual baiano não argumenta em favor da necessidade de um

¹⁵⁹ Idem, p. 115.

¹⁶⁰ Idem, pp. 115-116.

¹⁶¹ O P., p. 116.

Estado forte como solução para uma sociedade vista como inorgânica, aliás, é importante lembrar, essa inorganicidade restringia-se basicamente à política. Já à diferença dos segundos, Duarte não enxerga, como vimos, que a inorganicidade política da sociedade, ou até mesmo possíveis fragmentações e propensões sediciosas sejam provocadas por um Estado todo poderoso que teria sufocado a sociedade civil em todo nosso percurso.¹⁶²

O mesmo é reconhecido por Luiz Guilherme Piva: “Há aqui um aspecto em que Duarte destoa da fala geral, ao considerar que esse sentimento interno ao latifúndio é uma espécie de particularismo que revela a ausência de qualquer comunhão pública, o que poupou o Brasil de movimentos separatistas, por definição portadores de identidade coletiva de cunho público”.¹⁶³

É claro que na sua crítica à centralização reside a crítica indireta aos rumos que tomava o país sob o Estado Novo, e que ressoava claramente aqui a posição de Duarte como autonomista baiano. Contudo, diferente do que enfatiza Paulo Santos Silva, não se verifica uma defesa intransigente da descentralização. Afinal, mesmo que a considerando mais adequada ao processo brasileiro, a questão sendo tratada como algo secundário se comparado a outros requisitos que um povo realmente político deveria atender. Tampouco se abre no ensaio uma perspectiva saudosista para o lugar que a Bahia desempenharia no sistema “federativo” da Primeira República.¹⁶⁴

Quanto às tendências mais “atuais” da ordem privada, Duarte salienta que, “disfarçadas” ou sob “novos influxos”, permaneceriam fortemente como uma “poderosa história” a refletir as “cores mortíferas” e as “refrações” do processo. Mesmo aquele espírito voltado para uma “educação” mais política e a obra empenhada dos homens ilustrados ou seguidores da lei, como inicialmente a própria Revolução de 30 exemplificou sem o confirmar depois, não teriam sido capazes de superar os “*redutos de organização privada*” e “*os vícios de mando*”

¹⁶² Gildo Marçal Brandão conclui que tanto para idealistas orgânicos quanto para idealistas constitucionais, por razões distintas, o Estado desempenha papel central no processo de conformação política da sociedade brasileira. *Op. Cit.* (2005), p. 30.

¹⁶³ *Op. Cit.*, p. 236.

¹⁶⁴ Para essa análise, a meu ver, exageradamente regionalista de *O P*, notar as pp.166-175 do livro de Silva *Op. Cit.*

dos quais os “caudilhos” e os “chefes de capangas” que perduraram na República tão bem tipificariam.

No mais, dos últimos capítulos de *O P* nota-se que é a tradição diversificada, na qual identifica como pertencentes Otoni, Tavares Bastos, Rui Barbosa e Eduardo Nogueira Argelim, que aparentemente parece inspirar Duarte. Em seu estilo, dotado de conteúdo sociológico, no qual, inclusive, parece se aproximar mais de Nabuco – que até de forma surpreendente não figura explicitamente como um dos principais interlocutores no ensaio, aparecendo mencionado como ator político – transparece um espírito de inquietação, buscando rejeitar as tendências aristocráticas, oligárquicas ¹⁶⁵ nas quais o homem médio, dotado de um espírito liberal próprio ao mundo urbano, não encontraria lugar constrangido sempre entre dois pólos. Primeiro, o representado pela polarização senhores e escravos, e depois, pela polarização proprietários e não proprietários.

¹⁶⁵ Sobre esse perfil crítico e anti-aristocrático, uma figura fundamental é Lima Barreto. De acordo com Carlos Henrique Gileno, em sua obra *Numa e Ninfa* Barreto incorporaria vários temas tratados de maneira crítica por importantes autores do pensamento político brasileiro, dentre estes Duarte, realizando assim uma avaliação bastante ácida das tendências aristocratizantes e dos preconceitos que ainda predominavam na sociedade de sua época. Este espírito, portanto, no transitar da República Velha à Era Vargas, alcançava as mais distintas formas de produção, desde o ensaio até a produção literária, em especial podia ser verificado em romances como os de Barreto. Ver a respeito o texto de Gileno “*Numa e a Ninfa*: Dilemas e Impasses da Formação da Sociedade Republicana” In **Perspectivas**. São Paulo, N. 26, pp. 125-136, 2003.

III. “SOCIOLOGIA POLÍTICA BRASILEIRA”: a “CONTRIBUIÇÃO” de Duarte

7. Dualidades e Oposições

Expostos os pontos nucleares da “leitura”, cabe agora tratar de maneira mais detalhada que sentido pode adquirir o termo “sociologia política brasileira” na interpretação de Nestor Duarte, bem como tentar explorar qual a “contribuição” que o intelectual baiano pretendia dar a este tipo de abordagem.

É certo que são marcas desta sociologia política não só as diversas dualidades que emergem ao longo de *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* – público e privado, domínio agrário-feudal e sociedade comercial e industrial, família extensa e família conjugal, mando senhorial-personalista e democracia moderna –, mas também a caracteriza, sobretudo, a forma pela qual tais dualidades se opõem.

Algo que nos leva realmente a encarar o ensaio, nas palavras de Wanderley Guilherme dos Santos, como: a “versão mais abstrata a que a abordagem dicotômica deu origem no Brasil”. Afinal, como prossegue o cientista político, é característica proeminente da obra a postulação de “dois modelos abstratos de sociedade”, dos quais “derivam as características necessárias dos respectivos sistemas políticos, além da natureza das relações econômicas e sociais de cada um”.¹⁶⁶

E pelo que podemos observar anteriormente, de fato transparece das linhas de *O P*, assim como se encontrará em *R A*, a idéia de duas formas muito opostas de sociedade: “sociedade feudal” e “sociedade moderna”; sinônimos, inclusive, dos tipos de sociabilidade correspondentes às expressões que dão nome ao ensaio: respectivamente, *ordem privada* e *organização política nacional*.

Oposição entre os termos que pode assim ser resumida nas palavras de Santos: “Na sociedade feudal não há poder público, a capacidade de penetração governamental é mínima, as relações sociais se fazem através da extensão das

¹⁶⁶*Op. Cit.*, p. 55.

relações de parentesco e até mesmo um modo econômico de produção, tal como a escravidão, é redefinido sob as normas predominantes da sociedade”, enquanto que a sociedade moderna logicamente possui “um conjunto de atributos opostos”.¹⁶⁷

Para produzir esse diagnóstico extremamente abstrato, já mencionamos que o autor recupera de algum modo o enfoque mais político característico da produção brasileira dos anos 20, embora o fizesse explorando intensamente o exercício de compreensão geral de nossas “raízes” que, delineado naquela década, só iria se desenvolver plenamente nos anos 30 com o chamado “ensaísmo sociológico”.

O que se pode adiantar é que devemos entender por “sociologia política” em Nestor Duarte a proposta de um “olhar renovado” sobre os fenômenos que marcam a sociedade brasileira e sua história, e não a prática de uma disciplina especializada, dentro dos marcos de uma ciência autônoma, ainda que o emprego do termo seja inseparável do processo de progressiva institucionalização das ciências sociais no país, e até porque o próprio autor, é necessário lembrar, chegou a lecionar as disciplinas de Moral, Psicologia e Sociologia na Escola Normal, tendo sua obra jurídica uma preocupação nitidamente sociológica.

No plano da linguagem, como nos grandes ensaios que lhe são contemporâneos, esse processo revela-se claramente em *O P* quando nos deparamos com a dinâmica que imprime e com o estilo de fundamentação, em tudo sinalizadores daquela definitiva passagem do discurso jurídico para o discurso sociológico.¹⁶⁸

¹⁶⁷ Idem, p. 55.

¹⁶⁸ Tanto Cândido *Op. Cit.* (2006 b) quanto Elide Rugai Bastos em **As Criaturas de Prometeu** (São Paulo, Editora Global, 2006) concordam quanto à importância desta viragem como momento decisivo na institucionalização das ciências sociais, e em especial da sociologia. Ambos também reconhecem Gilberto Freyre como figura decisiva nesta passagem, algo que Bastos estende fazendo a seguinte observação: “A meu ver, além da inegável genialidade das explicações do autor, a grande repercussão ocorre porque Gilberto Freyre representa um momento de passagem, o fechamento de um ciclo, quando a teoria social deixa de apresentar-se como manifestação dispersa e surge como um sistema: a sociologia. Nesse sentido, é o último pensador de um período e o primeiro de uma nova etapa, que se desenvolverá à sua revelia. O ponto de toque dessa transição é dado pelo abandono do *discurso jurídico*, até então o instrumento explicativo da realidade, e a adoção do *discurso sociológico* como novo código competente para dar conta do social” (p. 171, itálicos da autora).

Evidentemente, delimitada assim a questão, não deixa de chamar a atenção de pesquisadores contemporâneos que essas feições mais acentuadamente sociológicas ganhem contornos no período com a preservação da forma “ensaio”, um estilo que pode ser localizado entre a arte e a ciência. Entretanto, fato é que esta vinculação entre uma perspectiva mais sociológica e o ensaio deve ser entendida dentro da própria evolução do nosso Modernismo.¹⁶⁹

De acordo com Antônio Cândido, é nesta época que se torna quase impossível separar as conquistas modernistas, corporificadas no romance social, principalmente o do Nordeste, e o chamado “ensaio histórico sociológico”, constituindo-se tais manifestações, lado a lado, no “desenvolvimento mais interessante do período”.¹⁷⁰

Conforme prossegue o crítico, pode-se notar no romance social certa “tradição naturalista de concorrência ao conhecimento científico”, enfim, um “conhecimento mais sociológico e político”, “não obstante a ciência já haver, neste setor, alcançado e superado os recursos da ficção”.¹⁷¹ Tratava-se, assim, de algo capaz de corporificar os esforços dos romancistas naquela quase que obsessão, ilustrativa do decênio, em descortinar o que se chamava tão “incansavelmente” de “realidade brasileira (um dos conceitos chaves do momento)”¹⁷²

Desse modo, este tipo de romance oferecia àqueles que se interessavam por estudar o país, de uma maneira global, os recursos para inovar tanto em relação aos trabalhos de inspiração jurídica como àqueles vinculados à “historiografia” tradicional. Dentre outras coisas, ressaltava-se aí, a importância de se aproximar dos problemas para melhor descrevê-los, o que, no entanto, não podia desviar a atenção do estudioso da necessidade de que a fundamentação do

¹⁶⁹ Neste momento, é importante frisar que não estamos afirmando ser o ensaio um estilo de exposição e reflexão apenas característico da produção intelectual que se faz a partir dos anos 20 e desenvolve-se mais intensamente no decênio seguinte. Reconhece-se a importância de ser adotado em não poucos momentos, por diversos autores, ao longo da história brasileira. Mas, o que interessa aqui é traçar o contato entre um olhar mais sociológico e a preservação desta forma ensaística, concretizada, sobretudo, a partir dos 30 quando se fará, conforme veremos, em íntimo contato com a prosa literária mais marcante do período.

¹⁷⁰ *Op. Cit.* (2006 c), p. 131.

¹⁷¹ *Idem*, pp.141-142.

¹⁷² *Op. Cit.*(2006 a), p. 229.

argumento, apesar dessas contribuições, dependia no fundo da aproximação com outro saber: o científico e não o ficcional.¹⁷³

Nesta quase que intersecção, não surpreende que o ensaio se apresente como o estilo mais adequado em um período onde inovar colocava-se como condição. É nele que podemos reconhecer o exemplo mais visível do que Cândido aponta como a principal marca dos anos 20 e muito mais ainda nos anos 30, quando afirma que ficarão marcados em nossa história, pela “harmoniosa convivência e troca de serviços entre literatura e estudos sociais”. Ou então, não seria exagerado reconhecer na relação entre o ensaio histórico-sociológico e o romance social dos 30 a síntese mais bem acabada do que o crítico afirma ser o Modernismo em “sentido amplo”: “movimento cultural brasileiro entre as duas guerras, correspondente à fase em que a literatura, mantendo-se ainda muito larga no seu âmbito, coopera com os outros setores da vida intelectual no sentido de diferenciação das atribuições, de um lado; da criação de novos recursos expressivos e interpretativos, de outro”.¹⁷⁴

Como não poderia deixar de ser, *O P* não ficaria de fora dessa relação. Para começar, conforme já citado, o modo de apresentar o latifúndio, descrevendo-o como centro em torno do qual girava a pobre vida do interior, encontrava-se praticamente exposto, três anos antes do ensaio, em seu primeiro romance *Gado Humano*, livro que nasce, em grande parte, como fruto da efervescência provocada no autor pela leitura das obras, dentre outros, de José Américo de Almeida, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado e Raquel de Queiroz.

A semelhança de como descreve a paisagem dominada pelo universo da grande propriedade em *O P* pode ser confirmada no romance através das

¹⁷³ Daniel Pécault salienta que desde os anos vinte os intelectuais “reivindicavam uma ciência do social”, e define assim o sentido de tal reivindicação: “poderia tratar-se de uma artimanha para serem ouvidos pelos governantes, mas uma grande parte das elites achava-se obsedada pela crença de que esta ciência poderia fundamentar uma administração científica dos homens e da natureza”. **Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo, Ed. Ática, 1990. No caso específico dos intérpretes dos anos 30, podemos dizer que a reivindicação por uma “ciência” tem antes o significado de melhor fornecer o instrumental pelo qual se poderia aproximar e decifrar uma realidade abrangente.

¹⁷⁴ *Op. Cit.* (2006 c), p. 142.

seguintes passagens, contidas em capítulo sugestivamente chamado “Dentro do Ermo”:

A fazenda Santo Antônio era bem uma ilha. Abria-se no mato, entre divisas incertas que se perdiam distantes. Dali à vila eram seis léguas. Vivia por isso de si e para si, cercada do ermo. Uma vida à parte. Era bem uma ilha.

Tinha capela, casa de farinha e cemitério. Ali mesmo se devia viver, comer e morrer. Em torno do sobrado, largo e quadrado, com os seus beirais descidos, girava a existência de um mundo promíscuo que a habitava.

Pelos lados do curral começavam umas pequenas casas que depois iam se espalhando. Outras não se viam de perto. Muitas distavam quilômetros. Era assim que o seu gado humano vivia – o mundo dos agregados – rendeiros e meeiros de suas terras.¹⁷⁵

Como nos explica Antônio Cândido, os romances modernistas dos anos de 1930 incorporavam as “inovações formais e temáticas” do Modernismo em “dois níveis”: um “específico”, no qual quando adotadas alteravam essencialmente a “fisionomia da obra”; e um nível “genérico”, no qual “elas estimulavam a rejeição dos velhos padrões”.¹⁷⁶

Particularmente no caso de Duarte, a incorporação dessas inovações explicita-se de modo radical na “apresentação” que o próprio autor realiza antes de iniciar a narração de *Gado Humano*. Apresentação que aqui reproduzimos, não obstante a extensão:

Um romance... ou talvez um romance

A determinados cânones literários mais rígidos pode parecer imperfeita ou inacabada a estrutura deste livro. Apesar de sua unidade intrínseca, indisfarçável e que está presente em cada capítulo, o apetite do leitor poderá exigir deste livro uma história mais longa e uma articulação mais notória entre os tipos que nele vivem dispersos, por vezes.

No próprio cenário em que se desdobra, não seria difícil o aproveitamento de tantos dramas conhecidos, como outros fizeram, alhures, com a seca, o banditismo, ou a bruteza da terra, que o enriqueceriam de intensidade e volume.

O seu propósito, porém, é mostrar ou objetivar como vivem certos punhados de homens, ou melhor de criaturas, espalhados nos ermos de nossa vida rural e que, sem outros dramas espetaculares, realizam uma existência que é trágica pela falta de sentido e pela sua inexpressão mesma, correndo, embora, o perigo de todos os imprevistos, sem saber o que são e para onde se orientam.

Por não ser a história de uma criatura, mas de algumas, que representam muitas outras, afloram neste livro vários tipos, sem a escolha de um personagem central, em que se detivesse o cuidado das minúcias e mais agudas análises.

Não há aqui a história de um indivíduo em torno ao qual giram muitos. Antes se desloca o livro deste cunho individualista, para tentar descrever a existência de

¹⁷⁵ *Op. Cit.*, p. 15.

¹⁷⁶ *Op. Cit.* (2006 a), p. 225.

massas informes de indivíduos, sem convivência mais intensa do que a de rebanho, em que se misturam, por imposição de ambiente e de vida comum, mas sem íntima penetração, que os prendesse numa história de curso contínuo.

Há precisamente neste livro o descontínuo, o disperso, que pode dificultar a intriga do romance, mas que tem a sua própria história, como o seu drama de inexpressão, um drama quotidiano, cuja conseqüência ou epílogo é tão cedo para se dizer, que o melhor é começar, apenas, a contá-lo... ¹⁷⁷

O que se pode depreender em relação ao futuro ensaio é a preocupação em narrar ou expor os argumentos da forma mais adequada ao objeto sobre o qual se debruça. No romance, um objeto “descontínuo”, “disperso”, como seria a grande massa populacional do interior, representada por personagens cuja história não segue curso contínuo e constante, não poderia ser abordado, ou “contado”, como se fosse o seu contrário. Se os personagens encontram-se um tanto separados na trama, é porque a dispersão e o descontínuo é que lhes dão unidade.

Enfim, é o regresso pelo domínio do latifúndio, o modo como se submete ao domínio privado do senhor, o elemento capaz de reunir aqueles personagens espalhados na mesma vida dura do sertão, a realidade tida como a mais significativa no Brasil.

Dessa forma, não é por acaso que, seguindo essa mesma linha, a descrição de nossa formação em *O P* não será apresentada como se fosse um contínuo. Diante das conseqüências anômalas que gera a ordem privada, é, ao invés disso, o caráter acidentado do nosso processo político, sob contínuas subversões, que acaba sendo ressaltado:

O brasileiro político é, assim, o resultado de um produto histórico irregular, deformado e incompleto, como irregular e deformado é o curso da vida do Estado brasileiro. ¹⁷⁸

Por conseqüência, quando o autor se referia a uma “sociologia política brasileira” tratava-se, através de dualidades e oposições constituídas ao longo da análise – principalmente a oposição dialética entre Estado e poder familiar – de buscar *sintetizar* o que estruturalmente condicionou nossas dificuldades políticas, partindo da irregularidade, da inconsistência de nosso espírito público ou coletivo,

¹⁷⁷ pp. 7- 8.

¹⁷⁸ *O P*, p.116.

sem se ater para isso ao detalhamento seqüencial de fatos históricos específicos.

179

Este olhar para a história de uma perspectiva sociológica firmava de vez a ruptura com o modo mais tradicional de fazê-la, marcado antes pelo procedimento predominantemente descritivo ao se deter sobre um determinado evento ou período, ou então por se concentrar em uma destacada personalidade adotando uma perspectiva mais biográfica.

Tais características ainda eram predominantes na “historiografia” baiana à época de Nestor Duarte. Neste ponto, ainda que discorde da demasiada vinculação regional que Paulo Santos Silva procura estabelecer ao universo temático de *O P*, não se pode descartar a maneira como o historiador insere e diferencia esta obra na produção historiográfica realizada por intelectuais e políticos “autonomistas”.

De acordo com Silva, até em reação à política intervencionista de Vargas, autores como Wanderley Araújo Pinho, Luiz Vianna Filho e Afonso Rui (embora este último não fosse explicitamente ligado à “Concentração Autonomista”) buscavam conferir ao passado local as características de uma Bahia autônoma, que deveria ser respeitada por sua posição no concerto nacional.¹⁸⁰

Por isso mesmo, os gêneros prediletos desta vertente seriam o biográfico e os historiográfico-descritivo, ambos destinados a observar fenômenos de recorte temporal curto e com a preocupação comum com o primado das fontes e a coleta dos dados documentais. Métodos que pensavam como os mais capazes de conferir caráter de “verdade” às abordagens empreendidas.

¹⁷⁹ Para Fernando Henrique Cardoso, a capacidade de sintetizar é “característica” marcante das obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. O autor dá considerável relevância ao potencial de síntese de Freyre em *Casa-Grande & Senzala* (p. 25), estendendo essa capacidade aos demais, ressaltando, porém, a diferença dos instrumentais com os quais a faziam. Ver a aula magna ministrada por Cardoso aos alunos do Instituto Rio Branco, publicada com o título “Livros que inventaram o Brasil” na revista **DADOS**, Vol. 36, N°. 01, 1993. Seguindo os passos do sociólogo, podemos considerar também como pronunciada a capacidade de síntese de Duarte e estendê-la como uma tendência mais geral para os autores do período.

¹⁸⁰ *Op. Cit.*, p. 161. Em seu trabalho, Silva analisa as seguintes obras: de Wanderley Araújo Pinho *Política e políticos no Império: contribuições documentais* (1930), *Cotegipe e seu tempo* (1937), *Salões e damas do Segundo Reinado* (1942) e *História de um engenho do Recôncavo* (1946); de Luiz Viana Filho: *A Sabinada (A República Baiana de 1837)* (1938), *A vida de Rui Barbosa* (1941), *A verdade na biografia* (1945) e *O negro na Bahia* (1946); e o estudo de Afonso Rui *A Primeira Revolução Social Brasileira: 1789* (1942).

Para o historiador, este tipo de produção, pelo menos aquela que foi produzida com maior relevância entre os anos 1930 e 1940, caracterizava-se pelo seguinte: “(...) Distanciava-se tanto de preocupações com questões estruturais quanto de aspectos que remetem a uma temporalidade longa. Distanciamento que, por sua vez, afastava tentativas de conceituações ou generalizações com maior índice de abrangência”.¹⁸¹

Embora Silva ressalte demasiadamente as vinculações com os propósitos autonomistas, como já afirmamos, ele mostra com bastante propriedade a diferença do estilo adotado em *O P* se comparado àquele tipo de produção. Desse modo, tem fundamento sua afirmação de que o ensaio, diferente da maioria da produção autonomista da época, se constitui em uma tentativa de compreender o Brasil de forma ampla e global ao invés de se prender ao âmbito local. O mesmo podendo ser dito a respeito da sua observação de que, em vez de descrever grandes eventos, o livro pretendia ser uma obra de “síntese”, sustentada em intensa pesquisa bibliográfica, que permitisse entender fatores estruturais a partir de uma história sócio-política.¹⁸²

No mais, é interessante verificar que esta noção sociológica com vista aos problemas políticos permanecerá evidente, ainda que sob outro formato, em A

¹⁸¹ Idem, p. 121.

¹⁸² Idem, p. 121. Sobre a inserção de *O P* na produção “historiográfica” baiana e o que *R A* conserva desse modo sócio-político de compreender o Brasil, Thales de Azevedo salienta a importância das duas obras no sentido de atualizar as “letras” baianas em relação às preocupações políticas nacionais, aspecto (que havia sido) deixado de lado até pelas resistências das elites baianas à Revolução de 30 e as revisões que a acompanharam: “(...) Quanto à política, é característico que se colocou inicialmente contra as revisões que a Revolução de 30, desde seus pródomos, prometia. Daí que só contribuiu (as letras baianas) para a discussão ideológica e as análises dos problemas emergentes quase dez anos depois de instaurada a nova fase, ao publicar-se o ensaio **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional**, de Nestor Duarte (1936). Essa interpretação sócio-política do familismo brasileiro, extraída da historiografia, foi uma das mais elucidativas contribuições à explicação das resistências institucionais às transformações exigidas pela sociedade nacional. Em 1953, o autor de novo comparece à discussão, que em plano nacional se começava, dos entraves antes institucionais que jurídicos à reorganização do direito de propriedade da terra, ao lançar a justificação do seu projeto de << Lei preliminar da reforma agrária >>, de 1947 (**Reforma Agrária**, Rio, 1953). Pouco mais contribuiu nossa província, por via de estudos sociológicos e sócio-políticos relevantes, ao que Guerreiro Ramos denomina de << esforços de teorização da realidade nacional >>. **As Ciências Sociais na Bahia: notas para sua história**. Salvador, Universidade da Bahia, 1964.

Reforma Agrária, sendo exemplar disso o diálogo de Nestor Duarte com a sociologia rural de Lynn Smith.¹⁸³

É através desse diálogo que Duarte chega a propor as formas mais adequadas de povoamento, conforme a atividade agrícola que se pretenda desenvolver. Devendo tal objetivo sempre estar voltado para a formação de uma relevante camada de pequenos proprietários, algo como uma resposta ao quadro então vigente de predominância dos latifundiários.¹⁸⁴

Além disso, o autor retoma em *R A* a percepção de que pertence a um movimento de renovação das idéias, reconhecendo aí a importância do “pensamento brasileiro”, principalmente na figura de Gilberto Freyre, para levantar o tema da propriedade da terra no tratamento do problema rural brasileiro, antes mesmo que a ciência americana o fizesse:

É oportuno, pois, assinalar que a importância que Gilberto Freyre empresta, com razão, à escravidão, ao estudo social do negro no Brasil, que é menos um problema do negro do que do negro escravizado, não deve diminuir o relevo da questão da distribuição da propriedade do solo no ângulo mais amplo do nosso problema rural. Afirme-se, aliás, que Gilberto Freyre não tem esse propósito. Coube, demais, como se verá mais adiante, ao pensamento brasileiro a precedência, em relação aos cientistas sociais americanos, na exata colocação do tema da propriedade da terra no problema rural do Brasil, ligado ao fato social da escravidão, porque as primeiras vozes a chamar por uma reforma agrária entre nós, surgiram da campanha e da vitória do abolicionismo brasileiro.¹⁸⁵

E falamos em retomada devido à clara ligação que pode ser percebida entre este período e o que expõe no final do último capítulo de *O P*, quando reconhece o quanto sua “sociologia” é tributária e se insere nos “estudos brasileiros” desenvolvidos no período, ainda que, como já salientamos, procure avançar em relação a estes ao trazer à tona nossos “constantes” constrangimentos à política:

... (pretendemos) trazer para o primeiro plano das cogitações do que vem sendo chamado com razão ‘estudos brasileiros’, os elementos e conseqüente interpretação de certas formas e constantes da vida brasileira, na certeza de que eles podem fazer luz ou explicar muitas das irredutibilidades do meio brasileiro e

¹⁸³ Sociólogo norte-americano que aqui serviu como adido cultural na embaixada de seu país, e que tem em *A Sociologia da Vida Rural* sua obra mais importante.

¹⁸⁴ É que Nestor Duarte absorve a idéia de Lynn Smith, de que é a natureza da atividade agrícola que impõe ao agricultor as alternativas para a construção de residências. Ver Osmir Dombrowski, *Op. Cit.*, pp. 40-42.

¹⁸⁵ *R A* p. 31.

do seu tipo social, aos vínculos e sentido do processo político a que uma nação que se forma há de propender e chegar.¹⁸⁶

Assim, caso nos seja feita a pergunta sobre qual seria o lugar de Nestor Duarte neste processo de renovação do pensamento social e político brasileiro, poderíamos responder – para além do radicalismo de seu diagnóstico e da ênfase política que ele comporta – que sua importância reside não em ser propriamente um inovador no estilo, mas de ser talvez o intérprete do período que mais reconheça o quanto sua leitura do país é tributária e só se torna possível a partir de outras leituras constitutivas desse novo espírito sem, no entanto, reduzir-se a mero reproduzidor das idéias seminais do movimento. Produziu, na verdade, um argumento que não tornava descartável as obras e os autores mais antigos (seja portugueses ou brasileiros), mas, pelo contrário, que estimulava a situá-los como fontes, onde era possível extrair dos mesmos, agora com novas ferramentas, aquilo que serviria à sua síntese.

Por fim, a partir do que expusemos acima, é pertinente dizer que a “contribuição” que Nestor Duarte pretende oferecer com sua sociologia política – seja à “sociologia brasileira” em geral, seja mais particularmente à não tão desenvolvida, em seu entender, “sociologia política brasileira” – pode ser compreendida em muitos sentidos: desde a atualização e a inserção das perspectivas históricas anteriormente locais ao movimento mais amplo de interpretação nacional, passando pelo acréscimo que ele próprio acredita dar com uma perspectiva sintética-política em busca de nossas constantes, até a influência decisiva que esta perspectiva irá exercer na definição do que seria uma mudança efetiva da realidade circundante.

Deste olhar sócio-político, contudo, procuraremos esmiuçar a seguir uma “contribuição” que considero fundamental e, no entanto, permanece ainda pouco notada pelos analistas que se debruçam sobre o pensamento político do intelectual: trata-se da maneira como aborda em *O P* a relação entre uma realidade hostil e a valorização das idéias, das formas ou formulações abstratas pelas quais o Brasil adquiriria os primeiros indícios de um país democrático e

¹⁸⁶ Idem, p. 129.

moderno. Através da maneira como o autor estabelece essa relação, voltaremos mais uma vez ao que já tocamos no capítulo 6, mas desta vez para examinar se é possível extrair de tal relação qual a tradição que Duarte parece se filiar ou se inserir socialmente na luta por transformações.

8. A Realidade e o valor da Abstração

No último capítulo de *O P* encontra-se uma passagem fundamental sobre o modo como Duarte encara a relação entre uma realidade hostil e os efeitos que sobre ela podem exercer as idéias mais abstratas, valorizadoras da democracia e do quadro legal. Não obstante a extensão e algumas repetições que ela possa provocar, julgamos pertinente reproduzi-la:

...as nossas leis podem iludir, como nos têm levado a ilusões e erros, quando interpretamos e buscamos compreender os fenômenos de nossa vida política. Já ninguém hoje tem o direito, por exemplo, de pensar que o nosso constante apelo à lei escrita, a adoção de constituições perfeitas na forma e nas concepções políticas, como o emprego e imitação das práticas políticas de outros povos, sejam a prova de que já evoluímos bastante para atingir a esses estádios superiores de organização política. Ao contrário, o nosso jurismo como o amor a concepções doutrinárias, com que modelamos nossas constituições e procuramos seguir as formas políticas adotadas, são bem a demonstração do esforço por constituir com a lei antes dos fatos, uma ordem política e uma vida pública que os costumes, a tradição e os antecedentes históricos não formaram, nem tiveram tempo de sedimentar e cristalizar.

Por outro lado, diga-se que as leis e práticas políticas que temos posto em vigor e seguido não constituem violências às chamadas realidades brasileiras, pressupõem e vêm sendo antes a concretização de experiências, tentativas e esperanças por vezes ingenuamente convencidas em face de uma realidade negativa, para construir a estrutura de um Estado. É este o sentido de nossa vida política no Império e na República..¹⁸⁷

Já demonstramos como a projeção das formas pelas quais deveria se organizar a política brasileira, contidas no pensamento abstrato, nos valores e nas leis escritas, desempenha um papel chave na interpretação de Duarte, pois são nessas idéias que enxerga estímulos importantes para a transformação da realidade, e não objetos periféricos, reduzidos apenas à prova de uma presumida inadequação da realidade.

Neste ponto, ainda segundo a concepção duarteana, mesmo o excesso de formalismos, ou a adesão a certos ideais que em um primeiro momento pareceriam em tudo se afastar de nossa experiência concreta, acabariam estimulando e até orientando os homens públicos, os movimentos políticos e os intelectuais a projetarem a nação e agirem para efetivamente criá-la, ainda que nem sempre os resultados fossem obtidos de maneira imediata.

¹⁸⁷*O P*, pp. 117-118.

Como também ficou demonstrado, Duarte identifica com esse potencial de transformação a emergência de atores oriundos das secções originadas no seio das classes proprietárias e no universo que as rodeavam. Dessas camadas mais “diferenciadas” deriva então um ponto em comum entre seus representantes: o fato de se originarem dos meios urbanos ou neles se transformarem na convivência com um ambiente mais dinâmico e político.

Neste sentido, consideramos pertinente indagar se a identidade do próprio Nestor Duarte, enquanto intelectual e político, não pode ser desdobrada a partir dessa compatibilidade evidente que estabelece entre o caldo urbano em que essas parcelas sociais emergem e a valorização das idéias e do quadro legal que professam, até porque uma leitura atenta de *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* sugere uma ligação ou uma forte identificação do autor com estes atores que, no fundo, representariam ou se tornariam os estratos médios de uma sociedade ainda não capacitada a reconhecê-los.

A começar por seu estilo de análise, pode-se notar no argumento uma expectativa em rejeitar as tendências aristocráticas, oligárquicas, no qual o homem médio, dotado daquele espírito liberal próprio ao mundo urbano, não encontrava lugar. Referindo-se sobre a situação da “classe média”, sufocada, como já nos referimos, entre dois pólos – o dos senhores de escravos e o dos escravos, e que depois transitaria para os pólos dos grandes proprietários e o dos não proprietários – Duarte concebe que essa classe ou camada seria a mais apta a formar o “povo político” e engendrar o processo de desfeudalização da sociedade:

... a classe média... oscila entre as duas (senhor e escravos, proprietário e camponês) por dependência e consequência, sem poder ter predominância e constituir grande base de apoio.

Ora, seria essa classe média, se ela pudesse crescer, se ela pudesse ter peso econômico, a classe propriamente capaz de formar o melhor contingente de um povo político sobre o qual o Estado poderia, por sua vez, fundar-se e alagar-se, livre de autarquias, concorrentes e de castas dominantes. Mas, vale dizer que essa classe média estaria mais apta para formar o povo político, menos por via de sua alfabetização e da instrução literária que viesse a ter para exercer o voto e compreender as instituições políticas, do que pela propensão que lhe é própria, de desfeudalizar as castas, a família rural e a propriedade territorial, não só pela divisão desta na pequena propriedade, como pelo sentido mais acentuadamente urbano de sua atividade e de sua índole, abrindo-se, assim, com outro espírito, à

recepção do fenômeno político estatal, por não representar nenhum predomínio fechado e exclusivista no meio da organização social em que se coloca, crescendo sempre e constituindo, por isso, a massa mais numerosa de uma determinada população, essa classe média é que, em todos os sistemas feudais ou com sentido feudal, permite ao poder político sua liberação e hegemonia.¹⁸⁸

Dessa forma, podemos verificar que ao cercar o problema de uma realidade hostil e as contribuições da difusão das idéias mais “abstratas” e “democráticas” sobre ela, o autor identifica, portanto, um *ator político*, capaz de levar a cabo um projeto de modernização capitalista que em *O P* só se sugere o conteúdo e os efeitos sem, no entanto, expor sobre a maneira de implementá-lo.

Ademais, considere-se junto a isso que da sociologia política que Duarte realiza não só identifica a classe portadora dos ideais capazes de, mesmo com os “atropelos”, mobilizar um espírito mais político, mas também de difundir a sociabilidade e economia mais adequadas a esta consciência, sendo os estratos médios não só aqueles que desembocariam na classe capitalista mais diferenciada, mas também aqueles que contribuiriam a partir de si mesmo para diferenciar as outras classes do capitalismo:

É, demais, dessa classe que saem o artífice, o comerciante, o letrado, o advogado, o operariado sem classe própria, o pequeno burguês, como o pequeno proprietário, o citadino, o funcionário, um homem, enfim, sem outros compromissos com grupos poderosos e que oferece ao Estado outra superfície à extensão normal ao Poder Público.¹⁸⁹

Neste aspecto, o que transparece como momento significativo de sua interpretação é que Duarte fala em favor dos setores médios urbanos, muitos dos quais que teriam se originado das camadas privilegiadas do interior; e ao fazê-lo incorpora de certo modo, como analista, sua própria trajetória como homem de origens ligadas às elites do Recôncavo baiano, tendo nascido no sertão e fazendo a carreira jurídica em Salvador.

Logo, funde-se inevitavelmente em sua argumentação o jurista, o professor e o romancista que iria usufruir e representar as instituições da capital: a Faculdade de Direito da Bahia, a Academia de Letras da Bahia, a imprensa; transparece também a fala do homem derrotado nas eleições para Assembléia

¹⁸⁸ Idem, pp. 101-102.

¹⁸⁹ Idem, p. 102.

Constituinte de 1934 – resultado atribuído, em grande parte, à aliança entre o interventor Juraci Magalhães e o latifúndio, o que firmava de alguma maneira em sua mente o quanto aquele processo posto em movimento pela revolução de 30 acabou não se opondo politicamente à importância do poder local tomado pelos grandes proprietários.

Como consequência, podemos afirmar que é partindo do próprio movimento conceitual e interpretativo que se encontra em *O P* e das consequências teóricas que extrai do ensaio, e não apenas atendo-se ao meio “externo” à sua obra (embora, conforme já afirmado em nossa proposta, deva-se concebê-lo como componente inseparável do texto, sendo apreensível o contexto em que o autor se insere e em que formulou o argumento pelo próprio acompanhamento crítico das categorias internas à exposição e da forma como aparecem articuladas), que se pode identificar a pertença de Nestor Duarte àquele amplo grupo de autores cujo pensamento político e social pode ser inserido dentro do chamado *pensamento radical de classe média*.

A expressão é originária de Antônio Cândido, que a utiliza para caracterizar o pensamento da maior parte de intelectuais socialistas e comunistas, e que havia se cristalizado na Universidade de São Paulo a partir dos anos 40 e 50. O crítico estabelece então que este tipo de pensamento estava mais interessado em “favorecer um pensamento radical, e não assumir uma posição revolucionária” – até porque esta parecia impossível –, o que acabou, entretanto, representando grande avanço diante do conservadorismo (quando não reacionarismo) que tomava conta do “grosso do pensamento”.¹⁹⁰

De acordo com nossos propósitos, para entender esta classificação de modo mais extensivo e ainda fundamentar a propriedade de definir o pensamento político duarteano como pertencente a ela, cabe antes, no entanto, esmiuçar o que Cândido entende por *radicalismo*, baseando-nos na sua palestra sobre o assunto depois apresentada como artigo.¹⁹¹

¹⁹⁰ Ver a entrevista do autor em **Teresina** (publicada parcialmente). Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1992.

¹⁹¹ O artigo em questão “Radicalismos”, originariamente um texto de palestra apresentado no Instituto de Estudos Avançados da USP em 28 de setembro de 1988, foi publicado em **Estudos Avançados**. São Paulo, IEA, Vol. 4, Nº. 8, 1988.

Neste, o autor salienta que o ponto inicial da compreensão sobre a “ocorrência de idéias radicais no Brasil” deve partir de que o seu oposto é o “pensamento conservador”, com o qual tem de lidar considerando que “à medida que o tempo corre verifica-se que um dos traços fundamentais da mentalidade e do comportamento político (brasileiros) é a persistência das posições conservadoras, formando uma barreira quase intransponível”.¹⁹²

Prosseguindo sua argumentação, Cândido então destaca que se pode chamar de radicalismo no Brasil “o conjunto de idéias e atitudes formando contrapeso a (aquele) movimento conservador que sempre predominou”. Ainda segundo ele, tratar-se-ia de um “conjunto devido a alguns autores isolados que não se integram em sistemas”, visto que aqui nunca teria florescido em escala apreciável um “corpo próprio de doutrina politicamente avançada ao contrário do que (teria se dado) em países como Uruguai, Peru, México e Cuba”, mas que, de todo modo, tornar-se-ia um desafio ao conservadorismo porque “é um modo progressista de reagir ao estímulo dos problemas sociais prementes”, contendo em si um “fermento transformador”, ainda que não revolucionário.¹⁹³

Deste ponto de vista, à diferença de um revolucionário “dir-se-ia que o radical é, sobretudo, um revoltado, e embora seu pensamento possa avançar até posições realmente transformadoras, pode também recuar para posições conservadoras”. Como continua Cândido, mesmo que o *pensamento* radical chegue a um teor de ousadia equivalente à do pensamento revolucionário “em geral ele não produz um *comportamento* revolucionário”. E a razão para isso residiria no fato de que o revolucionário, “mesmo o de origem burguesa”, seria “capaz de sair de sua classe”, enquanto que o radical “quase nunca” seria capaz de sair das classes médias ou das frações dominantes em que é gestado. O que acaba então culminando na constatação de que: “o revolucionário e o radical podem ter idéias equivalentes, mas enquanto o primeiro chega até a ação adequada a elas, isto não acontece com o segundo, que em geral contemporiza na hora da ruptura definitiva”.¹⁹⁴

¹⁹² Idem, p. 4.

¹⁹³ Idem, p. 4.

¹⁹⁴ Idem, p. 5.

O crítico ainda deixa claro que esta posição radical mostra-se “normal” à classe média, geralmente portadora dessa forma de pensar, pois se trataria da “única atitude transformadora (que vê) como possível, dentro do seu destino, da sua posição na estrutura da sociedade e da função histórica dos seus setores esclarecidos”, enquanto que a sua manifestação entre as classes dominantes, de maneira “intersticial”, se revelaria uma “aberração”, e em relação ao “povo trabalhador” pareceria uma “diminuição” face à sua “potencialidade revolucionária”.¹⁹⁵

Embora distinto das idéias revolucionárias, Antônio Cândido volta a ressaltar, no entanto, que o radical pode ter papel transformador de relevo em um país como o Brasil, algo de interesse até para propósitos revolucionários, caso se atenuar ou se anule o “fator negativo” que o radicalismo embute de tender à atenuação e mesmo ao “oportunismo inconsciente” e se direcione “no que tem de positivo” para “a causa das transformações viáveis em sociedades como a nossa, cheias de sobrevivências oligárquicas, sujeitas ainda por muito tempo à interferência periódica dos militares”, podendo assim contribuir, no mais, para a definição de medidas progressistas mais avançadas “no *que for possível*”, podendo se tornar, portanto, um “agente do *possível* mais avançado”.¹⁹⁶

Dai a importância de distinguir as manifestações de radicalismo que o crítico distingue em “ocasional”, no caso de autores que, embora de potencial crítico, não se desvinculariam de suas raízes mais conservadoras e aristocráticas, como seriam, no ver de Cândido, Alberto Torres e Gilberto Freyre; um radicalismo “passageiro”, cujo exemplo seria Joaquim Nabuco; e, finalmente, o radicalismo “permanente” que se adequaria a autores que levaram mais adiante aquela postura crítica em favor de uma transformação efetiva, como seria o caso de Manuel Bonfim e principalmente Sérgio Buarque de Holanda (“Creio que Sérgio Buarque de Holanda foi o primeiro intelectual brasileiro de peso que fez uma franca opção pelo povo no terreno político, deixando claro que ele deveria assumir

¹⁹⁵ Idem, p. 6-7.

¹⁹⁶ Idem, p. 5.

o seu próprio destino, por ser, inclusive, portador de qualidades eventualmente mais positivas que as da elite”).¹⁹⁷

Isto posto, voltando-nos agora para a questão que apresentamos em relação ao intelectual baiano, na linha das indicações de Cândido sobre o radicalismo, e considerando, além do mais, o fato de este não poder ser propriamente visto como um “sistema”, podemos atentar para a tentativa que faz Gildo Marçal Brandão de estender as observações do crítico em entrevista, incluindo Nestor Duarte, dentre outros, como autores que poderiam se inserir na categoria de pensamento radical de classe média.

Para o cientista político, “o fenômeno estava longe de ser estadual e mesmo regional”, não obstante, o papel desempenhado pela USP. Aponta Brandão que “talvez seja possível (quanto àquela classificação) reconhecer a centralidade de Sérgio Buarque de Holanda e recordá-lo de modo a encontrar identidades entre autores tão díspares como Manuel Bonfim, Nestor Duarte, Victor Nunes Leal, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso”.

Além do mais, em relação a esta linha na qual Duarte tomaria lugar, Brandão esclarece que talvez não seja exagerado caracterizar esse “pensamento democrático” como “socializante, quase sempre socialista, de matriz liberal, por vezes constitucionalista”.¹⁹⁸

Desse modo, não sendo determinação única do pensamento político de Nestor Duarte, podemos verificar, entretanto, que este alinhamento, antes de tudo

¹⁹⁷ Idem, a distinção entre os tipos de radicalismo encontra-se enunciada na p. 7 e as observações sobre Holanda na p. 18.

¹⁹⁸ Idem, p. 241. Procurando ainda estender as afirmações de Cândido, ao reforçar a idéia do pensamento radical de classe média como um “campo” amplo, não restrito a posições políticas de direita ou esquerda, mas devendo ser visto como tendo em comum, ainda que com diferentes intensidades, um perfil em geral anti-aristocrático e contrário às oligarquias, Brandão, em texto sobre o pensamento político conservador de Oliveiros Ferreira, o define como pertencente a este radicalismo de classe média: “(diferenciando-o) da maioria do pensamento de direita no país e, com algumas especificações, (o aproximando) daquela mannheimiana assunção da relevância dos projetos intelectuais para a vida pública, que marcou a sociologia política uspiana e cujo principal fruto foi o ‘radicalismo intelectual de classe média’, na conhecida expressão de Antônio Cândido”, assim como “tomando aquela ótica anti-senhorial não como uma posição, invariavelmente progressista, mas como um campo, que como tal comporta uma esquerda e uma direita, não vejo como não incluir Oliveiros como uma de suas – extrema que seja – expressões”. “Metamorfoses do Conservadorismo: O Revolucionário da Ordem” In **Linhagens do Pensamento Político Brasileiro**. Coletânea de trabalhos apresentada para Concurso de Habilitação à Livre Docência junto ao Departamento de Ciência Política da USP. São Paulo, 2004, pp. 73-74.

teórico, com as posições reformistas identificadas com os setores médios da sociedade tradicional brasileira endossa a sua posição radical contra o conservadorismo da ordem privada brasileira, que impedia a tentativa de mudar estruturalmente a sociedade (a começar pela estrutura agrária). A ênfase na necessidade de extinguir aquilo que Holanda caracterizou como “Herança Rural” de uma forma até mais contundente, verificável inclusive no conjunto de sua obra, bem como a sua permanente convicção democrática, o avizinha ao autor de *Raízes do Brasil* quanto ao tipo de radicalismo que Cândido define como permanente, embora se mantenha bem mais reticente quanto às perspectivas abertas pelo processo de industrialização e urbanização no qual apostava a perspectiva holandiana.¹⁹⁹

Fora isso, salienta sua postura radical – como a “única possível” – a desconfiança ou o descrédito que depositava nas alternativas revolucionárias que fossem sinônimas de rupturas violentas e imediatas, e não o resultado de ações políticas em um processo mais moderado. Algo que se tornará ainda mais evidente ao detalharmos os princípios de seu projeto na análise de *A Reforma Agrária*, tal como faremos no que se segue.

¹⁹⁹ *Op. Cit.* (2005), p. 241. É interessante, neste sentido, mencionar a resposta de Nestor Duarte a Godofredo Filho, autor do discurso que o recepcionou na Academia de Letras da Bahia. Na ocasião, Godofredo mencionava que a Revolução de 1930 colocara o recém empossado “nas barricadas da ordem política vigente, a defender as prerrogativas arcaicas de um mundo que se desmoronava”. No seu discurso de posse Duarte não negaria seus vínculos com este “mundo que desmoronava”, mas faz questão de se definir como político não conservador: “De mim confesso, com o perdão da má palavra, que não passo de um reformador social”. **Discurso de posse de Nestor Duarte na Academia de Letras da Bahia e saudação de Godofredo Filho**. Salvador, Academia de Letras da Bahia, 1966.

IV. REFORMA AGRÁRIA: a proposta de mudança

9. Adesões e Resistências

Na exposição acima, já foi mencionado que apesar da ausência – reconhecida pelo próprio Nestor Duarte – de uma proposta efetiva para superar o domínio do privado há em *O P* elementos suficientes para identificar sugestões só posteriormente desenvolvidas em *A Reforma Agrária*.

Desde a maneira como pensa o problema, até o entendimento de qual seria a pertinência e forma adequada de aplicar os princípios da reforma, pode ser verificada uma linha de continuidade entre as obras, principalmente nos seguintes pontos:

- permanece a avaliação de que ainda predominaria entre nós as mazelas oriundas de um feudalismo persistente;
- crê-se que o desafio a essa ordem, capaz de derivar um povo de fato “político”, encontra motivação mais saliente em consciências e dinâmicas típicas dos meios urbanos;
- concebe-se que o domínio agrário-feudal não é superado por uma evolução gradual que prescindia de uma ação política de ruptura;
- e, no desenvolvimento da proposta, as conseqüências extraídas e a possibilidade de transformação adquirem sentido fortemente político.

Em relação a este último ponto, aliás, Duarte é ilustre representante da corrente política brasileira que vê na persistência da questão da reforma agrária muito mais do que a tematização do problema de concentração da propriedade fundiária e sim, como aponta bem Osmir Dombrowski, como algo que “coloca em questão as opções políticas mais profundas da sociedade, aquelas que, por assim dizer, definem o lugar e o papel de cada um dos seus membros”. Isto é, conforme prossegue o cientista político, como um problema que “coloca em questão a distribuição e o exercício do poder no interior da sociedade, e, com isso, as próprias instituições políticas e sociais do país”.²⁰⁰

Entretanto, para além da clara diferença na forma expositiva, o que *R A* revela em relação ao trabalho de 39 é um pensamento que não só se ocupa de nosso feudalismo como expressão máxima do privatismo brasileiro, ou seja, das

²⁰⁰ **A Cidade Sitiada: Idéias de Reforma Agrária no Brasil e a Crise do Regime Populista**. São Paulo, Tese de Doutorado defendida no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, p. 02.

“resistências” de nosso atraso; mas também uma maior consideração das circunstâncias e dos móveis mais adequados para levar a frente a superação da *Ordem*, isto é, das “adesões” que uma proposta como a de reforma agrária poderia despertar.

Ao se deter sobre essas “resistências” e “adesões”, Duarte detalha melhor como aquela consciência e dinâmica urbanas, com seu espírito mais público, compatível com a presença e o papel do Estado, devem influir para desatar as amarras que nos prendem ao aviltamento político e, conseqüentemente, impedem a consolidação do Brasil enquanto Nação.

De acordo com o autor, por proposta de reforma agrária deve se entender:

a revisão, por diversos processos de execução, das relações jurídicas e econômicas dos que detêm e trabalham a propriedade rural, com o objetivo de modificar determinada situação atual do domínio da posse da terra e a distribuição da renda agrícola.²⁰¹

O objetivo da reforma agrária deve ser, portanto, atingir prioritariamente a grande propriedade, vista como a principal “constante” em nossa história, capaz de gerar densa complexidade social. Atingida a “terra grande”, o que se extrai da argumentação é que as outras duas imponentes estruturas que sustentam a paisagem desvelada em *O P*, família extensa e municipalidade feudal, concomitantemente também se esvaem.

O importante é que a grande propriedade em Nestor Duarte aparece não como questão restrita ao “regime econômico”, e sim como fator de criação de uma “cultura”, de uma “moral”, de um “sentimento”, que é “uma das formas de sua capacidade de predomínio e persistência”.²⁰² Daí a força das resistências a qualquer transformação nesta realidade, na medida em que “(toda) mudança que ameace esse sistema atinge um centro vital (não só) de interesses (como também) de sentimentos”.²⁰³

²⁰¹ **R A**, p. 05.

²⁰² *Idem*, p. 15.

²⁰³ *Idem*, p. 15.

Contudo, ao mesmo tempo em que reconhece a intensidade de tais empecilhos, isto não impede o autor de reconhecer que será essa mesma força da organização privada que “há de provocar o movimento de reforma”.²⁰⁴

E para efetivá-lo, Duarte deixa claro que no processo de luta política seria necessário questionar os principais argumentos daqueles que reagiam à implantação do programa. Em boa parte do início do texto, será a este questionamento que o autor se dedicará ao se deparar com as duas principais resistências:

- uma seria a perspectiva que qualifica como nascida de um “preconceito”: o de que seria desnecessária uma reforma agrária diante da extensão territorial do país e da sua grande parte desértica;

- a outra seria a perspectiva que, em linhas gerais, salientaria o desenvolvimento capitalista como fator de acomodação “natural” da grande propriedade, ou antes, compararia o desenvolvimento da grande propriedade tal qual o desenvolvimento da grande indústria.

Em relação à primeira, o autor se preocupa em esclarecer que a grande propriedade pode existir em países de grandes ou pequenas extensões territoriais, de menor ou maior extensão de terras ocupáveis, sendo seu conceito não dependente da extensão física.

Para ele, a definição da grande propriedade depende muito mais da forma como se distribui a terra em relação à população camponesa:

O conceito de grande propriedade não começa, pois, a definir-se pela extensão da área ocupada pelo proprietário. O conceito tem inicialmente um sentido negativo – há grande propriedade onde a distribuição da terra não está na razão direta da população camponesa.²⁰⁵

Isto é, a definição de grande propriedade depende muito mais da “condição” ou do aspecto “social”:

A extensão da área da grande propriedade pode, assim, variar, conforme as circunstâncias. A propriedade é grande e assim considerada, antes do mais, por uma condição social e não de extensão física.²⁰⁶

²⁰⁴ Idem, p. 16.

²⁰⁵ Idem, p. 21.

²⁰⁶ Idem, p. 22.

O que levava Duarte à seguinte conclusão:

... há a grande propriedade desde que a ocupação da terra pelo proprietário concorre para impedir a capacidade de apropriação da população camponesa e excede os limites de fertilidade, de técnica de produção e de gênero de cultura ou exploração para garantir a produtividade compensadora de uma unidade social como a família rural.²⁰⁷

Em relação à segunda resistência, Duarte descarta que o desenvolvimento do capitalismo industrial e mecanizado na lavoura faça com que a grande propriedade deixe de ser um problema social e possa ser tratado como mero resultado do progresso técnico-científico. Descarta que possa ser encarada apenas como condição para uma maior e melhor produtividade (como ocorrera na grande indústria), e que, portanto, possa se desconsiderar os seus efeitos sobre a população do campo.

É certo, como estabelece o autor, que a grande propriedade pode ter outras origens que não na “violência” da ocupação do solo como se processou com o nosso feudalismo. Em certas circunstâncias de “livre concorrência”, também o capitalismo, com a industrialização e a moto-mecanização da lavoura, poderia gerar a grande propriedade através da detenção imoderada dos instrumentos e dos meios de produção, do controle do mercado de venda dos instrumentos industriais e do controle do mercado de compra dos produtos agrícolas submetidos aos processos do grande comércio e do sistema de crédito aplicado.

Mas tal situação “só” vem a se constituir, lembra Duarte, no “regime capitalista e por força de processos do capitalismo” e não em um país de tradição feudal como o nosso. Por isso, a grande propriedade no meio rural não pode ser vista como contingência de sistemas econômicos mais atrasados e como se irrompesse nesse meio por impulsos irresistíveis do progresso humano.²⁰⁸

Para a análise duarteana, independente da origem da grande propriedade, o mais importante é que ela:

resta sempre como um mal em toda a história econômica dos povos, ainda que seja ou possa ser resultante de certos regimes econômicos que, por isso mesmo, tem como dominante uma grande, profunda e grave desigualdade social.²⁰⁹

²⁰⁷ Idem, p. 22.

²⁰⁸ Idem, p. 24.

²⁰⁹ Idem, p. 25.

Deste modo, seja sob as formas puras do feudalismo ou do capitalismo, ou ainda de um capitalismo residual, como o que se encontraria em algumas regiões do Brasil, a argumentação de Duarte encaminha-se no sentido de identificar que além do progresso técnico não ser capaz de determinar a existência ou inexistência da grande propriedade, também não é capaz de definir o aumento e a melhoria da produção agrícola.

Tanto os problemas ligados à grande propriedade capitalista em si mesma, como sua efetividade técnica, dependeriam antes, ainda mais “em um país como o nosso”, da resolução da *questão social* e não apenas da introdução de melhorias técnicas sobre a terra.

Não por acaso, no que se refere à grande indústria rural, o importante para Duarte é preservar, através dos instrumentos da reforma, a relação social que distingue os termos agricultor e industrial, procurando impedir que a grande indústria possa influir no sistema de distribuição da terra:

O agricultor pode subsistir como o fornecedor da matéria prima e o industrial se manterá no meio rural como o transformador dessa matéria prima.²¹⁰

Isto posto, temos assim que tanto a resistência à reforma que se baseia na naturalidade da grande propriedade, através da alegada extensão territorial do país e das terras ainda não ocupadas, como aquela que se fundamenta na comparação positiva da grande propriedade com a grande empresa capitalista não anulam o fundamental: são as relações humanas e as derivações sociais embutidas na forma como se ocupa e se distribui a terra o que é decisivo para se determinar a existência da grande propriedade.

E esta, independente de certos regimes econômicos, sempre traz implicações de fundo para uma sociedade que tenha pretensões mais igualitárias, exigindo sempre “remédios heróicos” para superá-la:

A grande propriedade resta sempre como um mal em toda a história econômica dos povos, ainda que seja ou possa ser resultante de certos regimes econômicos que, por isso mesmo, têm como dominante uma grande, profunda e grave desigualdade social.²¹¹

²¹⁰ Idem, p. 25.

²¹¹ Idem, p. 25.

Central no caso brasileiro é que a grande propriedade continua moldando o perfil de nossa agricultura e revelando nela sua “dupla face”:

A ocupação de alguns ou de poucos da maior porção das terras agrícolas não exige apenas que o maior número da população camponesa fique sem terras por falta de espaço físico, mas impõe que muitos fiquem sem terras para que possam tornar produtiva a terra alheia. Essa é a *dupla face* (itálico meu) pela qual se deve considerar a grande propriedade.

Todo sistema de exploração da terra que, por forçada extensão desta, exigir, em crescente proporção, o trabalho alheio, está criando o problema da grande propriedade.²¹²

É esse o maior problema na medida em que ao ocupar a maior parcela das terras agricultáveis e forçar o maior número, sem terra, a nela trabalhar, a terra grande submete essa massa às piores condições a que um trabalhador pode se sujeitar. Sem encontrar paralelos, inclusive, com as condições mais degradáveis em que poderiam se encontrar os operários urbanos.

Atentando para o capítulo I, verificamos que instabilidade da convivência, incerteza de moradia e da lavoura, a sujeição à violência, a rudeza rural e a degradação mental eram as situações de miséria e pobreza que, para além das econômicas, afligiam a grande massa camponesa no entender de Nestor Duarte.

E era devido a tais conseqüências sociais, mantendo a grande “massa” do interior do país distante de participar dos desígnios da nação, que o autor destacava que uma reforma agrária realmente merecedora deste nome devia obrigatoriamente interferir na grande propriedade, seja ela produtiva ou não.

Dialogando com os setores que adeririam a proposta, significativo neste sentido é o capítulo III quando o autor procura chamar a atenção para o que seria de fato uma reforma agrária, o que a ela corresponderia ou não caberia realizar, a especificação dos seus alcances e a discriminação ou compatibilidade com outros tipos de lei e ações do Estado na área.

Antes de tudo, as adesões à proposta deveriam portar a convicção de que nem sempre uma “lei agrária” se confunde com uma “reforma agrária”, ainda que para Duarte toda reforma deste tipo seja sempre uma espécie daquela lei:

²¹² Idem, p. 39.

Toda reforma agrária é sempre uma lei agrária. Mas nem toda lei agrária é uma reforma agrária.²¹³

Neste ponto, o autor deixa claro que não se pode confundir a atenção do Poder Público pela vida agrícola com ações no sentido de promover a mudança através de uma reforma. Pois, embora aquela atenção dispensada possa ajudar, caso não seja desviada, a preparar “o leito de uma reforma agrária”, não implementa, por sua vez, “algo que mereça este nome”.

Segundo Duarte, um problema adicional quanto ao significado de reforma agrária seria, no nosso caso, o fato da proposta não pretender reformar nada e sim praticamente criar toda uma nova realidade. Pois, diante de uma situação tão adversa, em que predomina profunda concentração de terras, uma reforma agrária proporia, no fundo, criar “uma situação diversa”, inaugurar, enfim, um “novo sistema”.

No entanto, a propriedade da palavra “reforma”, ainda que pretenda dar origem a toda essa nova realidade, encontraria o seu sentido de ser para o parlamentar, se fosse ligada, sobretudo, à intenção de se opor e alterar todo o complexo de normas e instituições jurídicas até então existentes.

Portanto, seria na alteração desse quadro legal em vigor, que regia a posse e concentração das grandes extensões de terra, que se deveria entender o sentido reformador da iniciativa:

É, entretanto, o caráter fundamental de lei que atinge as bases primárias de uma situação jurídica anterior, que dá sentido e autenticidade à expressão reforma agrária. Não só lógica, mas historicamente, todas as leis de reforma agrária se opuseram a um “status” precedente, a um complexo de normas e instituições jurídicas que estabelecem e amparam uma determinada forma de uso e exploração da terra.²¹⁴

Como indica Duarte, essa oposição e alteração do status precedente não precisariam atingir necessariamente o que denomina de “concepção radical”, ou “formas extremas” de ruptura. As formas “intermediárias”, “parciais”, de caráter particular, conforme as circunstâncias, as peculiaridades históricas e os objetivos circunstanciais do país, poderiam atingir tais fins da mesma maneira.

²¹³ Idem, p. 147

²¹⁴ Idem, p. 49.

Mas para ser realmente reforma agrária, não importando o seu tipo, ela deveria realizar de qualquer modo tais fins, e em todas as suas extensões, como se estivesse nestes “fins” a serem atingidos, e não nas formas de os implementarem, o verdadeiro caráter radical da reforma.

Baseando-se na obra do economista português Henrique de Barros, Duarte deixa claro que é preciso ter cuidado também ao se reduzir a reforma agrária a uma remodelação na estrutura agrária. Pois essa remodelação pode muito bem desembocar, segundo ele, na preservação ou até mesmo estar voltada para intensificar os privilégios das classes superiores da sociedade rural, qual seja capitalistas, grandes proprietários e grandes empresários.

Logo, uma reforma agrária legítima seria apenas aquela que promove uma reestruturação agrária com vistas:

a restringir privilégios... em proveito das classes econômicas mais débeis da grande Sociedade Rural: médios e pequenos proprietários, rendeiros, parceiros, criados, simples trabalhadores assalariados.²¹⁵

E prosseguindo em seu arremate:

.... só esse tipo de reforma merece o nome de reforma agrária, porque a a do primeiro tipo, ainda que haja exemplos na história, não reforma realmente uma situação anterior, antes a reforça e a agrava como é do curso coerente de todos os privilégios a que não podem se opor os explorados ou os oprimidos em luta por uma melhor distribuição de riqueza social.

A reforma agrária é uma reforma social no que esse qualificativo signifique sempre a expressão de uma luta ou de um conflito de classes ou de grupos contra um sistema de desigualdade que lhe é econômica e humanamente prejudicial.²¹⁶

É certo que o autor qualifica o projeto apresentado em 1947 como “provisório”, admitindo até que outros pontos poderiam ser revisados e acrescentados. Porém, este elemento essencial de ser contrário a um “sistema de desigualdade” deveria ser preservado a qualquer preço, sob pena de descaracterizar a proposição.

Era a lei de redistribuição das terras a que centralmente deveria compor o repertório da reforma e de onde se deveria partir, pois, como expõe no capítulo IV:

A lei que cogite da redistribuição de terras – lei central de reforma agrária – para formar e assegurar a pequena propriedade ou abrir o acesso da terra por meio de propriedades coletivas, comunais condominiais ou cooperativas, deve ser uma lei

²¹⁵ Idem, p. 51.

²¹⁶ Idem, p. 51.

geral, direta nos seus propósitos, para alcançar os fins a que se proponha... Não é lei regulamentar, deve evitar as complexidades do problema agrário que outras leis enfrentarão, deve fugir às peculiaridades que obriguem a exceções repetidas, a que conduz todo casuísmo.²¹⁷

Àqueles que aderissem à reforma agrária, no entanto, Duarte retoma mais uma vez a necessidade de não pensar em concretizá-la no Brasil de uma forma súbita. Haveria a necessidade de compreendê-la como um processo de ações graduais em que, dentre outras coisas, se prepararia o espírito dos grandes proprietários para a intervenção sobre a paisagem rural e para a profunda transformação que nela iria desencadear, estando nesses resultados de impacto o principal foco do programa.

Ao mesmo tempo, dados os profundos efeitos provocados pela persistência do latifúndio monocultor, a reforma agrária não deveria se limitar à política de redistribuição de terras e difusão da policultura. Ela deveria incorporar ou se inserir dentro de um conjunto significativo de ações do Poder Público (saúde, educação, transportes...) com vistas a garantir a grande mudança proposta.

Mas para isso um dos requisitos fundamentais, assegura Duarte, seria dotar os municípios de condições para se firmarem como unidade política, econômica e cultural diante da União e dos estados e assim se desfeudalizarem. Retomando um dos pontos caros ao intelectual em *O P*, o problema do município é tratado de modo a ressaltar a ausência dos centros urbanos intermediários, as chamadas “cidades do interior”.

Afinal, sem elas os pequenos municípios tornavam-se desprovidos da presença do Estado, na medida em que caberia às cidades médias serem os “postos avançados” em que os “instrumentos” à disposição do Poder Público poderiam chegar de forma mais rápida e eficiente, sem o peso dos longos deslocamentos e com maior independência dos grandes fazendeiros locais.

O problema é apresentado deste modo no Capítulo VI:

As cidades do interior, os distritos mais longínquos são os postos avançados onde se possam estabelecer os instrumentos de uma campanha de qualquer profundidade. Até aí vai ou até aí chega esporádica ou diluída a presença do Estado.

²¹⁷ Idem, p. 82.

Mas, a decadência em que deixamos cair, quer como unidade político-administrativa, quer como unidade econômica e cultural, o município brasileiro, abriu mais distância entre o campo e os outros centros urbanos e agravou, ou concorre para agravar, o problema agrário brasileiro.²¹⁸

Para Duarte, o primeiro e fundamental passo para dotar de mais recursos os municípios e permitir que se faça cumprir neles o papel do Estado deveria ser uma mudança de concepção política predominante nas classes dirigentes brasileiras, que sempre tendiam a associar a unificação e o desenvolvimento de uma grande nação – seja nos períodos de centralização quanto de descentralização – apenas com as escalas do “nacional” ou do “estadual”:

Tem parecido à classe governante e aos construtores políticos que uma nação só se institui e atinge sua unificação pela grande escala do nacional e do estadual, que tem proporções visíveis para o conceito e para o sentimento de alargamento e unidade. O município parece a organização do fragmentado, a redução da unidade.²¹⁹

A alteração de tal perspectiva mostrava-se essencial para que o interior pudesse usufruir do contato entre as cidades intermediárias e os pequenos municípios, constituindo-se as primeiras em centros urbanos de grande e médio porte que pudessem oferecer aos segundos “mercados de consumo próximos à produção agrícola”, sem o que, no entender do autor: “estará comprometido o futuro econômico da pequena propriedade e, com ela, a imigração, a colonização agrícola, só possíveis, por irrisão, em torno das grandes capitais e nas regiões de densidade da população”.²²⁰

Além de servirem como “postos avançados” para a realização dos serviços públicos, ao “município”, tomando como base os intermediários, caberia, sobretudo, o papel de ser:

um instrumento ativo de intervenção orientadora e executiva da agricultura e da indústria. E este papel lhe cabe tão bem hoje, que, se não lhe dermos condições e meios para o exercer, deixará um vazio de graves consequências nessa planificação econômica.

O município... deve ser ainda uma célula industrial para servir à agricultura. É indispensável insistir na industrialização como agente de transformação da agricultura.

²¹⁸ Idem, p. 99.

²¹⁹ Idem, p. 106.

²²⁰ Idem, p. 107.

Ao destacar a importância de que as cidades intermediárias do interior atuassem como pólos de compatibilização entre a agricultura e a indústria e da penetração do Estado no interior do país, Duarte mais uma vez, como já havia feito em *O P*, chama a atenção para a importância dos centros urbanos e da “consciência” neles despertada no processo de superação da ordem privada.

Não por acaso afirma categoricamente que as adesões ou as principais “forças de transformação”, embora voltadas para o interior do país, encontrariam seus alicerces nas grandes cidades:

... as forças que hão de tocar para frente a reforma agrária estão nas cidades e não no campo. São essas forças as da economia comercial, a da industrialização do País, a da expansão do crédito bancário, todas elas pedindo e exigindo que as transformações econômicas por que vamos passando atinjam também o campo, pois que essas transformações ao ocorrer criam e impõem o aumento de matérias primas, de produtos alimentares, o desenvolvimento do mercado interno com o sempre crescente poder aquisitivo do brasileiro e a sua capacidade de emprego do mecanismo de crédito. Para acudir a essas exigências, é indispensável colocar a atividade agrícola sob o risco de influência desses fatores e impulsos da economia nacional. Apesar de sua discordância, existe uma viva dependência da vida agrícola à economia geral que nela deverá repercutir sob pena de opor-se a agricultura, como barreira, a suas forças de expansão e progresso.²²¹

Um dos aspectos que autores como Giselle Laguardia Valente e Aspásia Camargo utilizam para amenizar o caráter radical do projeto de Nestor Duarte deve-se ao fato dele preservar a indenização no processo de desapropriação.²²² Contudo, é interessante notar que é o próprio Duarte quem salienta a necessidade

²²¹ Idem, p. 66.

²²² Valente *Op. Cit.*, p. 150. Aspásia Camargo não desconhece os aspectos em que a proposta de Duarte seria extremamente “severa” com as classes produtoras, mas deixa claro no trecho a seguir que é a preservação da indenização, além de sua “orientação privatista”, que torna sua proposta “moderada” se comparada aos tempos em que posteriormente se definiu a proposta: “Apesar da orientação privatista que domina a proposta, e do firme intuito de estimular, em abril de 1947, a proposição de Nestor Duarte ao Congresso que embora moderada nos tempos em que posteriormente se definiu a controvérsia – pois aceitava o pagamento prévio em dinheiro – sob outros aspectos era extremamente severa: descartava o princípio prezado pelas classe produtoras de que a Reforma deveria começar pelas terras devolutas e, defendendo a necessidade premente de incrementar a produção de alimentos pelo estímulo à lavoura de subsistência, recomendava a desapropriação de terras improdutivas e produtivas para diminuir a incidência da grande propriedade monocultora ‘nas áreas socialmente ocupadas e portanto as únicas utilizáveis e valorizadas em qualquer nação’”. Ver da autora “A Questão Agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)” publicada em Bóris Fausto (org.), **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano**. Tomo III: Sociedade e Política. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, p. 144-145.

de não tornar a indenização um entrave à efetividade da reforma. Se a singularidade da lei brasileira previa que a desapropriação seria acompanhada da indenização em dinheiro, que essa então devesse se restringir “quanto possível” apenas aos casos em que tal ato pudesse, “em sentido contrário, constituir abuso do poder em frente da plena propriedade”.²²³

Ainda no que resta à discussão sobre a desapropriação das grandes extensões de terras, Duarte recorre à própria evolução do Estado moderno para argumentar ser indiscutível o poder de intervenção estatal no campo dos direitos privados, ainda que se possa discutir, segundo o autor, o acerto de seus planos ou por em dúvida os resultados esperados.

Como aponta no capítulo V, em que discute a reforma agrária e sua relação com a constituição em vigor até então (a de 1946), a intervenção do Estado sobre a distribuição e exploração das terras é condição mesma da definição de propriedade, consagrada inclusive na própria constituição, posto que seu próprio conceito, condicionamento, aquisição e uso estão sempre relacionados a uma “função social” a qual o Poder Público deve cuidar para que se cumpra.

Ao mencionar os encaminhamentos que se seguiram à sua proposição, como a apresentação do projeto de Afrânio de Carvalho, chefe de gabinete do ministério da agricultura no governo Dutra, e a criação da Comissão Nacional de Política Agrária, por sugestão do ministro da agricultura do segundo governo Getúlio Vargas, João Cleofas, Duarte deixa mais explícito sobre como se deveria dar essa intervenção com o objetivo de efetivar a ação reformista.

Em relação à proposta de Carvalho, Duarte limita-se a mencionar que, assim como a sua, não provocou a deliberação do legislativo em qualquer sentido, considerando que o projeto revelava o interesse do governo Dutra em abrir a discussão do problema. Entretanto, seu caráter mais conservador parece ter sido notado quando Duarte chama a atenção para o fato de que fora a proposição de sua autoria aquela que despertou “grande ruído da imprensa” nos primeiros dias e “a discussão em certos círculos técnicos”, assumindo a reação, principalmente

²²³ R A, p. 97.

nesses meios, o caráter de “temor” contra o “presumido radicalismo da reforma”.

224

No que diz respeito à Comissão, constituída em 1952, o político baiano considerava da maior importância a adoção, com algumas emendas, das “Diretrizes para uma Reforma Agrária no Brasil”, trabalho do economista Pompeu Accioly Borges. Com isso, acreditava que o governo sinalizava claramente com os princípios e objetivos de tal iniciativa, sem o temor da expressão “reforma agrária”.²²⁵

O único problema para o qual alertava era o de que não se extraísse de tais iniciativas todas as “conseqüências”, e não se alcançasse todos os “resultados” previstos. O perigo seria o de excluir do sistema de redivisão as grandes propriedades que atendessem a duvidosos e imprecisos quesitos, como os de “exemplar exploração”, de “eficiência técnica e econômica”, e ou que se enquadrassem na alegada possibilidade de que a fragmentação viesse a provocar a “desvalorização da região”.²²⁶

²²⁴ Em linhas gerais, de acordo com Osmir Dombrowski, o projeto apresentado por Carvalho insere-se na perspectiva “liberal” e “conservadora”. Nesta visão “liberal” “a inegável situação de penúria vivida pelo campo – inclusive pelos grandes proprietários, diga-se de passagem – não tinha origens na estrutura fundiária, mas decorria de anos seguidos de políticas públicas que priorizavam o desenvolvimento industrial em detrimento da agricultura”. Para o autor, apresentava-se assim um dualismo entre o mundo rural e o mundo urbano industrial em sua “versão mais conservadora”. Além disso, como prossegue, a reforma agrária preconizada se constituía neste tipo de raciocínio como “uma compilação de políticas agrícolas voltadas para o aumento da produtividade agrícola; para a modernização da agricultura. Logo, diferente do projeto de Duarte, não estava voltada para a alteração da estrutura social do campo, preservando intacto o “*status quo* da grande propriedade”. Nem apresentava, dentro disso, a preocupação em tratar o problema como uma questão política fundamental para o desenvolvimento da democracia, como se encontra em Duarte. Ver pp. 126-127 de *Op. Cit.* (1998).

²²⁵ Dombrowski insere as discussões e os projetos apresentados na Comissão como vinculados ao “desenvolvimentismo”. De forma sintética, além das preocupações assistenciais e econômicas, “os projetos desenvolvimentistas visavam, ainda, a incorporação das massas rurais ao processo político, alargando as bases da chamada política populista. Herdeiros, porém, do pensamento autoritário que permeou o cenário ideológico dos anos trinta, os ideólogos populistas dos anos cinquenta não conseguiram superar a idéia de que o povo, principalmente o camponês, não estava preparado para a democracia e, desta forma, a incorporação das massas rurais passava a ser esperada como conseqüência da modernização das relações econômicas e sociais no campo”. Assim, continua o cientista político, entendiam os desenvolvimentistas que “o homem do campo deveria ser “melhorado” primeiro pela ação reformista para, somente então, poder ser incorporado ao processo político. Nestes termos, o sentido da reforma agrária acabava reduzido ao seu aspecto econômico mais imediato de modernização da agricultura e elevação da produtividade, ficando em segundo plano o aspecto político”. Dessa forma, também os projetos dos desenvolvimentistas se afastavam do de Duarte, na medida em que aqueles não extraíam da questão agrária o seu significado político-democrático mais amplo. Ver pp. 125-126.

²²⁶ **RA**, p. 75.

Para Duarte, portanto:

O plano de redistribuição das terras agrícolas deve atingir todas as grandes propriedades, em maior ou menor extensão, conforme determinaram aquelas razões apontadas pelas 'Diretrizes'. De qualquer maneira, porém, a grande propriedade não pode ser excluída do plano de redistribuição sob pena de faltar a condição para essa redistribuição. Que não se fragmente, mas que se a reduza, sem nenhum caso de exceção. Em favor disso, não se argüi, apenas a necessidade de obter-se a terra para redistribuir, mas razões também de ordem técnica e econômica.²²⁷

Contra aqueles que resistiam a uma intervenção mais generalizada na grande propriedade, Duarte lembrava que o problema não era apenas de extensão, mas também dos seus efeitos sociais de longa escala. E era contra esses efeitos que os que aderissem à proposta deveriam centrar suas críticas à grande propriedade.

A grande propriedade deve ser combatida, não apenas porque é grande, mas porque, além de grande, é monocultora, quando não seja improdutiva, acarreta não só a proletarianização rural, mas a proletarianização nas piores condições humanas de degradação econômica e cultural.²²⁸

A tonalidade do projeto duarteano era assim combater o caráter monocultor e proletarianizante da terra grande, favorecendo a difusão da pequena propriedade. Através de ações progressivas, visando a uma mudança de mentalidade (inclusive a do grande proprietário), buscava suprimir, antes de tudo, uma tradição.

Por isso, como já afirmamos, seu radicalismo não deve ser localizado neste caso na maneira como pensa implementar a reforma, se entendermos por radical apenas os episódios de uma revolução, cujo caráter resida na "bandeira vermelha da expropriação total".²²⁹ Mas pode ser situado nos princípios e objetivos que regem a proposta, na aceitação não de uma revolução entendida como um ato de transformação abrupta, e sim como a realização dos seus efeitos por um processo continuado de transformação da estrutura do campo.

Daí a necessidade do estatuto legal da reforma agrária prender-se a "propósitos radicais", sem abertura a muitas contemporizações:

²²⁷ Idem, p. 80.

²²⁸ Idem, p. 81.

²²⁹ Idem, p. 12.

Uma lei de reforma agrária pode ter o caráter experimental que o projeto apresenta, pode contemporizar sobre vários problemas, como tantas vezes contemporiza o projeto, mas há de partir de certos propósitos radicais e estabelecer certas medidas ou planos, cuja presumida rigidez é apenas a condição de sua inteireza e de sua generalidade ou não é lei de reforma, de mudança fundamental da vida agrária de um País.²³⁰

De todo o modo, o que aqui se confirma é a idéia de que a ordem privada não se transforma pela mera progressão das coisas e sim apenas pela ação política. Até porque, como veremos, se é que existem “leis” de progressão na economia industrial e urbana, essas mesmas não são verificáveis para Duarte em economias predominantemente agrícolas como a nossa.

10. Feudalismo, Capitalismo e Democracia

Se para Nestor Duarte a “sociedade moderna não é o produto final do desenvolvimento histórico feudal”²³¹, e se para esta passagem é fundamental a ação política, isso se tornaria ainda mais verdadeiro no caso do Brasil.

Ao desconsiderar que processos automáticos possam garantir a transição entre diferentes tipos de sociedade, soma-se entre as novidades de seu projeto

²³⁰ Idem, pp. 89-90.

²³¹ Wanderley Guilherme dos Santos, *Op. Cit.*, p. 55.

um evidente diálogo que mantém com perspectivas marxistas, especialmente com a de Kautsky.

Através dessa discussão, chega a concluir que não só é impossível transitar de um tipo de sociedade a outro por mera evolução gradual, como também conclui que tal não era possível de ocorrer particularmente com sociedades de forte perfil agrário como a nossa:

É de máxima importância,... ter-se em vista que a economia agrícola não permitiu até hoje a descoberta e a aplicação dessas leis econômicas mais simples, lineares, que se procura aplicar no estudo da economia urbana.

As tais leis de evolução da economia, as leis que presidem ao desenvolvimento e à sucessão dos períodos econômicos, quando aplicadas ao campo, ou não atuam com a mesma regularidade, ou não revelam a mesma capacidade de efeitos e de reações. O próprio marxismo, tão linear e tão sistemático, reconhece pela afirmação de Kautsky que 'até agora ao que eu saiba, não se pode estabelecer com segurança qual é a tendência evolutiva da agricultura, nem qual a mais alta forma de exploração, ou mesmo se há uma forma superior de exploração na produção rural'. 'Mas dentro do que posso julgar, aqui se encontram, de modo geral, os limites do sistema de Marx. Dentro do que posso julgar, as deduções de Marx não podem ser transportadas, tais quais são, para o domínio da agricultura'.

232

Contudo, se não há uma transformação progressiva em curso, capaz de alterar os pilares da nossa agricultura pelas próprias leis da economia, existiria para Duarte um "ciclo de revoluções" estimulado pela própria intensidade com que a ordem privada impôs o feudalismo que lhe é característico.

De acordo com o que argumenta no último capítulo de *R A*, caberia às elites políticas a decisão de concretizar este ciclo através de reformas, dentre elas a fundamental reforma agrária, ou então esperar pelo advento de uma revolução naquilo que poderia ter de mais inconveniente:

Vivemos... sob um ciclo de revoluções em andamento. É só olhar para trás para ver como resolveram o caminho de todas as instituições, ou olhar para o lado para observar que já não há remansos em nenhum quadrante próximo de nós. Os dias futuros já estão comprometidos nesse ciclo. Gostamos, porém, de jogar com a incerteza num propósito em que se mistura a nossa impossibilidade de aceitar o futuro com o desígnio de enganá-lo, quando nos pareça adverso. E se o aceitamos, cuidamos de transmitir a outra geração o encargo de suportá-lo. Com isso acreditamos ter adiado o que estamos, apenas, procurando agravar. E como não se adiam a prazo certo, nem se transmitem com a precisão da herança

²³² *R A.*, pp. 54-55.

individual os encargos e as responsabilidades de uma geração, estamos fugindo de um perigo que nós próprios exacerbamos.²³³

Inserindo Duarte no debate sobre reforma ou revolução – debate que teria mobilizado boa parte das discussões no interior da esquerda (ou, pelo menos, em parte considerável dela) – um aspecto merece ser melhor observado: é que para ele a realização de determinadas reformas estava longe de se opor à realização de revoluções. Pois, em certo sentido, reformas também podiam ser revoluções processadas sem os inconvenientes da violência.

No entender de Duarte, há revoluções que se mostram inevitáveis em determinados contextos. Sendo assim, o melhor seria fazê-las sob regimes democráticos, pois seriam as regras e os procedimentos destes que poderiam pacificar o processo revolucionário em curso, dando-lhe um caráter reformista:

Não se evitam as revoluções senão fazendo-as. O que parece a tática de antecipá-las, para prevenir o seu deflagrar, não é mais do que o emprego do tempo próprio para realizá-las subtraindo-lhes a violência.²³⁴

Questionando se a reforma agrária seria uma revolução, Duarte deixa transparecer que embora esta pudesse produzir uma mudança significativa, tal o tempo perdido em não realizá-la, bem como tal a necessidade de fazê-la, que essa significação, particularmente no Brasil, teria se perdido.

No entanto, adverte que quando a reforma agrária se torna não uma medida excepcional, mas um “dever”, e este não é cumprido, a revolução pode se tornar “apenas” uma forma de realizá-lo:

É... a reforma agrária uma revolução? Há transformações que significam revolução, mas há outras que já perderam essa significação, porque o tempo as ultrapassou, tamanhos são os avanços e reivindicações conquistados.

O que muita vez se procura resguardar e defender em nome de princípios e de títulos que, à falta de outra justificativa, se chamam de tradicionais, não é mais do que a obstinação em preservar situações sociais de atraso e subdesenvolvimento. Há regiões e países subdesenvolvidos que o são por não cumprirem seus deveres de mudar e transformar-se.

Deveres de que as revoluções são apenas uma das formas de cumpri-los.²³⁵

²³³ Idem, p. 112.

²³⁴ Idem, p. 112.

²³⁵ Idem, p. 113.

Ainda mais evidente que em *O P*, esta discussão sobre a necessidade de se transformar a realidade feudal, assume em *R A* o quanto seriam desejáveis determinados pré-requisitos capitalistas para se gerar no país uma sociabilidade compatível com o desenvolvimento de uma comunidade política moderna.

Algo que é demonstrado na preocupação de Duarte com a fixação da massa camponesa ao solo, procurando derivar com isso uma população de pequenos proprietários. Ou então, na importância substancial que atribui à difusão das trocas, ao desenvolvimento do comércio e da indústria.

Um aspecto importante a ser verificado, sobretudo em *R A*, é que o autor não enxerga “feudalismo” e “capitalismo” como sistemas cujo antagonismo resida apenas em elementos estritamente econômicos. Pelo contrário, ambos são tratados principalmente segundo as tendências sociais que apresentam, com suas derivações institucionais e políticas.

Particularmente em relação ao capitalismo, se ele se apresenta como condição para o advento da sociedade moderna, o autor não deixa de reconhecer, como já sugerido, as desigualdades ou desequilíbrios que lhe são próprios. Daí a necessidade, por exemplo, de evitar que a agro-indústria, depois de consolidada, possa engolir o pequeno proprietário, sendo essencial que se preserve a relação produtor-industrial.

E por isso mesmo a importância de que essa sociedade moderna – como antítese da ordem privada – conserve, ao mesmo tempo, um caráter inegavelmente capitalista e o mais democrático possível. Afinal, por democrático deve se entender o desenvolvimento de tendências cada vez mais anti-hierárquicas, contando para tal com o papel socializante do poder público. Papel que, como vimos, é concebido para o autor e político baiano como atribuição inquestionável do Estado moderno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em cada etapa desta dissertação, procurei mostrar o que poderia distinguir a obra de Nestor Duarte. Tomei como base para isso a tentativa de compreender o conceito de ordem privada.

Acredito que a análise das duas obras, especialmente a de *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, confirmaram a nossa idéia de que o diferencial do autor reside na ênfase política e no modo como a fundamenta, o que se corporifica no desenvolvimento daquele conceito.

Sem dúvida, há subsídios para estabelecer o radicalismo duarteano como leitura oposta ao argumento de Raymundo Faoro em *Os Donos do Poder*. Embora compartilhem de muitas referências em comum, sobretudo quando se referem à experiência portuguesa e à fase colonial, utilizam-nas com sentidos muito diversos, chegando a conclusões igualmente distintas.

Para o segundo, o Brasil teria seguido a evolução portuguesa, que desde o século XIV havia se livrado dos “fracos” traços de feudalismo e implantado um capitalismo de natureza patrimonial. Já para Duarte as similaridades de evolução entre os dois países se fundamentam na preservação do espírito dissociacionista, familiar e local, que permanecendo em terras portuguesas, desdobrou-se mais intensamente em um sistema feudal de larga vitalidade entre nós.

Contudo, mostramos que uma atenção especial, para além destas distinções, sobre a noção de ordem privada leva a perceber algo nem sempre atentado quando se comenta a pouco estudada obra duarteana: o fato de que um privatismo tão intenso gera uma forte organização social que se opõe e mesmo pode substituir (de forma subvertida) a organização política. Argumento que certamente o afasta do tom mais geral adotado por aqueles que se dedicaram a pensar o país.

Segundo o autor, tão sólida seria esta organização que o feudalismo que a caracteriza foi capaz de sobreviver como uma “tradição”, marcada por sentimentos de aristocratização e preconceitos (a começar pelo de cor). Algo que o próprio Duarte resume com o intuito de rememorar a questão, o que, convenhamos, torna bastante apropriado reproduzir, visto que se trata aqui de fazer considerações finais:

Rememoremos: extensão geográfica, descontinuidade territorial, dissociação social, sob profundo espírito privado, feudalidade de mando com o monopólio da função pública pela própria classe senhorial, que representava e resumia a organização privada, são os fatores e acontecimentos mais vivos e importantes do seu processo histórico no Brasil.

Claro é que estes fatores não atuam da mesma maneira, seguindo a mesma constância. Modificam-se, atenuam-se, por vezes chegam a perder a aparência, mas, de qualquer forma e ainda que desaparecendo, são eles os fenômenos mais salientes e regulares da história social do Estado na Colônia portuguesa e no

Brasil independente, já em pleno caminho da nacionalidade e do exercício da função política própria.²³⁶

Ainda que a expansão do capitalismo entre nós e a evolução progressiva, embora não sem percalços, da democracia, bem como o predomínio da perspectiva de Faoro – que desloca o problema político fundamentalmente para o Estado e seus “vícios”, o que, por sua vez, encontra-se também ancorado, dentre outras coisas, na recente memória do papel da estrutura estatal na ditadura militar²³⁷ – possam ser apontados como importantes fatores para que o pensamento político duarteano não seja revisitado mais freqüentemente hoje, é de se perguntar se tendências apontadas por ele, ainda que sob outros formatos, não se substancializam no presente, tornando-se visível na perpetuação de preconceitos como o contra o trabalho braçal, o preconceito racial, e aquele comumente reproduzido na frase: “você sabe com quem está falando?”

Ademais, a leitura de *A Reforma Agrária* foi capaz de desvendar uma perspectiva sobre o assunto que hoje parece restringir-se às demandas de alguns movimentos, como se se limitasse às reivindicações apenas por uma melhor distribuição de terras e esta afetasse apenas o campo.

Em contraste, como sugerido no estudo, o tema para Duarte adquire grande significado político e social, sendo pensado como possibilidade de transformação não só da estrutura agrária, mas, a partir dela, para toda a sociedade, tornando-se fundamental para realizá-la, inclusive, as camadas urbanas.

Dentro deste ponto, aliás, supondo uma coerência entre sua atividade política e a produção teórica que acabamos de tratar, é tarefa complexa pensá-lo como representante típico da UDN, embora, obviamente, haja elementos para tal.

A se considerar o trabalho de Maria Victoria Benevides sobre o partido, parece haver muitos pontos de contato com o ideário original (liberal se quisermos) de postura originalmente moderada, com veleidades à esquerda da parte de muitos de seus integrantes. Contudo, parece haver também, por outro

²³⁶ O P, p. 117.

²³⁷ Fernando Henrique Cardoso apontava desde a década de 70 para esta relação a respeito do prestígio da interpretação de Faoro. Ver p. 178-179 de *Op. Cit.* (1975).

lado, um claro distanciamento de muitas das posições adotadas pelo intelectual em relação àquilo que a UDN iria se tornar.

A começar por suas convicções democráticas, que o afastariam das tentações golpistas que progressivamente tomariam corações e mentes de grandes parcelas do partido. E depois, a sua convicção sobre o papel do Estado, que parece se expressar de maneira bastante fundamentada, o que não seria comum na trajetória do partido, quando muitos de seus membros utilizariam os reclamos pela intervenção estatal tentando apenas com isso afastar o “perigo vermelho”.

É certo que Duarte manteria divergências freqüentes com os comunistas, mas não parece que estas tenham desembocado em desconfiança tamanha para se gerar um argumento inconseqüente, ou meramente oportunista e reacionário.

Um ponto chave diz respeito à tradição do “bacharelismo” no qual a UDN, mais do que todos os outros partidos, segundo Benevides, teria se fiado em seus aspectos “positivos” e “negativos”. Atendo-nos às preocupações formais do pensamento político de Duarte não verificamos nele as tendências majoritárias no partido que iriam aliar tais preocupações com o “imobilismo”, o “conservadorismo” e a “retórica elitista”.

Ao mesmo tempo, nele há um esforço de “restauração jurídica” sem se prender ao mero “jurismo”, do qual inclusive seria crítico. É visível, por outro lado, a sua tentativa de demonstrar que o esforço jurídico e a projeção das formas ideais, caso direcionados a um processo mais amplo, se constituem ou devem se constituir em parte integrante da reforma e da democratização da sociedade como um todo.²³⁸

Em relação à sua sociologia política, um elemento adicional que podemos tomar é a idéia de que se deter sobre feudalismo e capitalismo não implica cair em

²³⁸ Assim resume Maria Victória Benevides o problema fundamental do bacharelismo restritivo, tal como seria continuamente seguido por expressivos contingentes udenistas: “O grande problema que permanece para a atuação do bacharel reside em exaurir, em congelar seu esforço na ‘restauração jurídica’, esquecendo-se, muitas vezes, que o restabelecimento da ordem democrática significa democratização da sociedade como um todo, do ponto de vista das liberdades públicas, mas também do ponto de vista das garantias de igualdade econômica e social. Significa, enfim, partir do formalismo para um conceito mais concreto de cidadania”. *Op. Cit.*, p. 266.

suposto economicismo. Aos politólogos contemporâneos, isso sugere que se deter e usar tais categorias ainda pode sugerir *problemas políticos* relevantes.

Por fim, vale mencionar o que Nestor Duarte salientava em seu discurso de posse na Academia de Letras da Bahia:

Nossa época é, sobretudo, este século, século XX tão vivido, tão definido, ainda que inacabado. É tempo de começar a julgá-lo, pelo que valha, para entender nosso próprio papel e destino, apagado ou não, no curso das coisas humanas. É século, por excelência de tomadas de consciência e tomadas de posição. Isso num processo de mudanças e revoluções nunca visto antes. De tensões e exigências também nunca sentidas antes. O que condiciona violentamente a própria conduta da cultura.²³⁹

Partindo do que expressa, podemos reconhecer que sem necessariamente inovar, em meio a essas tensões e exigências de seu tempo, refletiu aproveitando extensivamente renovadas idéias, buscando chegar a uma síntese singular dos problemas em uma perspectiva mais ampla, que, abordada hoje, ainda pode despertar interesse.

²³⁹ *Op. Cit.*, p.08.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS DO AUTOR

Ensaio, Estudos e Discurso

(1ª Edição: 1933) **O Direito: Noção e Norma**. Salvador, Oficina dos Dois Mundos.

(2ª Edição: 1966) **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional: Contribuição à Sociologia Política Brasileira.** São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1ª. Edição: 1939.

(1942) **Os Fundamentos do Direito Natural e As Direções do Positivismo Jurídico.** Salvador, Tipografia Naval.

(1ª Edição: 1953) **A Reforma Agrária.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

(1966) **Discurso de Posse de Nestor Duarte na Academia de Letras da Bahia e saudação de Godofredo Filho.** Salvador, Academia de Letras da Bahia.

Romances

(1ª Edição: 1936) **Gado Humano.** Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1ª Edição: 1936.

(1ª Edição: 1958) **Tempos Temerários.** Rio de Janeiro, José Olympio.

(1ª Edição: 1968) **Cavalo de Deus.** Rio de Janeiro, José Olympio.

CITADA

ADORNO, Theodor. (2003) “O ensaio como forma” In **Notas de Literatura I**. São Paulo, Ed. Duas Cidades.

(1980) **A Inserção da Bahia na Evolução Nacional – 2ª etapa: 1890-1930**. Salvador, Fundação Centro de Pesquisas e Estudos – CPE (Bahia).

ALEXANDER, Jeffrey. (1999) “A importância dos clássicos” In **Teoria Social Hoje**. Antony Giddens e Jonathan Turner (orgs.). São Paulo, Ed. UNESP.

AMARAL, Azevedo. (1981) **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**. Brasília, Ed. UnB. (1ª Edição: 1938).

ARAÚJO, Tatiana Brito de. (2002) **Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano 1875-1909**. Salvador, FIEB.

AZEVEDO, Thales de. (1964) **As ciências sociais na Bahia: notas para sua história**. Salvador, Universidade da Bahia.

BASTOS, Élide Rugai. (2006) **As Criaturas de Prometeu**. São Paulo. Ed. Global.

BENEVIDES, Maria Victoria. (1981) **A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BRAGA, Sérgio Soares. (1998) **Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946**. Campinas, Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas e Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.

BRANDÃO, Gildo Marçal (2001) “Populações Meridionais do Brasil” In **Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico**. São Paulo, Ed. SENAC.

_____. (2004) “Metamorfoses do Conservadorismo: O Revolucionário da Ordem” In **Linhagens do Pensamento Político Brasileiro**. Coletânea de trabalhos apresentada para Concurso de Habilitação à Livre Docência junto ao Departamento de Ciência Política da USP. São Paulo.

_____. (2005) “Linhagens do Pensamento Político Brasileiro” In **DADOS**. Rio de Janeiro, IUPERJ, Vol. 48, N°. 2.

CAMARGO, Aspásia. (1980) “A Revolução das Elites: Conflitos Regionais e Centralização Política” In **A Revolução de 30: Seminário Internacional**. Brasília, Ed. UnB.

_____. (1997) “A Questão Agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)” In Bóris Fausto (org.) **História Geral da Civilização Brasileira: Brasil Republicano**. Tomo III: Sociedade e Política. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. (2003) “O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira” In **DADOS**. Rio de Janeiro, Vol. 46, N°. 1.

CÂNDIDO, Antônio. (1988) “Radicalismos” In **Estudos Avançados**. São Paulo, IEA, Vol. 4, Nº. 8, 1988.

_____. (1992) **Teresina etc**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.

_____. (2006a) **A Educação pela Noite**. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul.

_____. (2006b) “A Sociologia no Brasil” In **Tempo Social**. São Paulo, USP.

_____. (2006c) **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul.

_____. (2006 d) “O Significado de Raízes do Brasil” In Sérgio Buarque de Holanda. **Raízes do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, Ed. Comemorativa de 70 anos.

CARDOSO, Fernando. (1975) **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.

_____. (1993) “Livros que inventaram o Brasil” In **DADOS**. Rio de Janeiro, Vol. 36, Nº. 1.

CARVALHO, José Murilo de. (1998) “Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo: uma discussão conceitual” In **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

DOMBROWSKI, Osmir. (1998) **Reforma Agrária no Brasil: primeiros projetos 1945-1955**. Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de Ciência Política da USP, São Paulo.

_____. (2003) **A Cidade Sitiada: Idéias de Reforma Agrária no Brasil e a Crise do Regime Populista**. São Paulo, Tese de Doutorado defendida no Departamento de Ciência Política da USP.

DURKHEIM, Émile. (1999) **Da Divisão do Trabalho Social**. Eduardo Brandão (tradução). São Paulo, Martins Fontes.

FAORO, Raymundo. (1958 – 1ª Edição) **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre, Ed. Globo.

FREYRE, Gilberto. (2005) **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo, Ed. Global. 1ª Edição: 1933.

GILENO, Carlos Henrique. (2003) “*Numa e a Nífa*: Dilemas e Impasses da Formação da Sociedade Republicana” In **Perspectivas**. São Paulo, Nº. 26, pp. 125-136.

GOLDSCHMIDT, Victor. (1970) **A Religião de Platão**. São Paulo, Difusão Européia do Livro.

HOBBSBAWN, ERIC. (1990) **Nações e Nacionalismo desde 1780 – programa, mito e realidade**. São Paulo, Ed. Paz e Terra.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (2006 – Edição comemorativa 70 anos) **Raízes do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras. 1ª Edição: 1936.

IANNI, Octávio. (2004) **Pensamento Social no Brasil/ Octávio Ianni**. Bauru – SP, EDUSC.

(2001) **Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico**. Lourenço Dantas Mota (org.). São Paulo, Ed. SENAC.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. (2005) “A família colonial e a construção do Brasil: Vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte” In **Revista ANTROPOLÓGICAS**. Volume 16, Nº.1, ano 9.

LAMOUNIER, Bolívar. (1977) “Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: uma interpretação” In **O Brasil Republicano, 1989-1930** (História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, Vol. 2), São Paulo, Ed. Difel.

_____. (2005) **Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira**. São Paulo, Ed. Augurium.

LAVALLE, Adrián Gurza. (2004) **Vida Pública e Identidade Nacional: Leituras Brasileiras**. São Paulo, Ed. Globo.

LEAL, Victor Nunes. (1975) **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo, Ed. Alfa - Ômega.

MARINHO, Pedro Lopes. **O Estado e a Economia Cacaueira da Bahia** (mimeo).

MENDONÇA, Sônia Regina. (1997) **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo, Ed. HUCITEC.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (1982) “Apresentação” In **Estado Novo: Ideologia e Poder**. _____, Mônica Pimenta Velloso e Ângela Maria de Castro Gomes (org.). Rio de Janeiro, Ed. Zahar.

PÉCAUT, Daniel. (1990) **Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo, Ed. Ática.

PIVA, Luiz Guilherme. (2000) **Ladrilheiros e Semeadores: a modernização no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)**. São Paulo, Ed. 34.

POCOCK, J. G. A. (2003) **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo, EDUSP.

REIS, Elisa. (1989) “Brasil: Cem Anos de Questão Agrária” In **DADOS**. Rio de Janeiro, Vol. 32, Nº. 3.

SAMPAIO, Consuelo Novais. (1975) Os **Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação**. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA.

SANTOS, Raimundo (____) “Mundo Rural e Política” (Entrevista concedida) In site www.gramsci.org (mimeo).

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (2002) “Paradigma e História: a ordem burguesa na imaginação social brasileira” In **Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro**. Belo Horizonte e Rio de Janeiro, Ed. UFMG e Casa Osvaldo Cruz.

SCHWARTZMAN, Simon. (1970) “Representação e Cooptação Política no Brasil” In **DADOS**. Rio de Janeiro, IUPERJ, N°. 07.

SILVA, Paulo Santos. (2000) **Âncoras da Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)**. Salvador, EDUFBA.

SKINNER, Quentin. (1978) “Meaning and Understanding in the History of Ideas” In **History and Theory**. Michigan, Vol. VIII, N°. 1.

_____. (1999) **Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo, Companhia das Letras.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. (1976) **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. Ed. Alfa-Ômega.

TAVARES, Luís Henrique Dias. (1966) **O Problema da Involução Industrial da Bahia**. Salvador, Ed. UFBA.

TOCQUEVILLE, Alexis de. (1987) **A Democracia na América**. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia.

_____. (1997) **O Antigo Regime e a Revolução**. Brasília, Ed. UnB.

VALENTE, Gisele Laguardia. (2004) **Nestor Duarte: Liberalismo e Reformas Sociais na Construção da Nação Republicana**. Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado defendida No Departamento de História da UFMG.

VIANNA, Oliveira. (1939 – 2ª Edição) **O Idealismo da Constituição**. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1ª Edição: 1920.

_____. (1987) **Populações Meridionais do Brasil**. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia. 1ª Edição: 1918.

WEBER, Max. (1999) **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo, Ed. Cultrix.

_____. (2001) **Economia y Sociedad**. Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica.